



**Tiago Miguel Pinto de Lima**

Licenciado em Engenharia do Ambiente

## **Planos de Bairro – Experiências Europeias e Potenciais Lições para o Contexto Português**

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Engenharia do Ambiente, Perfil  
de Ordenamento do Território e Impactes Ambientais

Orientador: Prof. Doutor João Muralha Farinha, Professor Auxiliar,  
Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Nova de Lisboa

Júri:

Presidente: Prof. Doutora Lia Maldonado Teles de Vasconcelos

Arguente: Arq. António Luís Moreira de Carvalho Perestrelo

Vogal: Prof. Doutor João Muralha Farinha



FACULDADE DE  
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

**Outubro de 2013**

**Plano de Bairro - Experiências Europeias e Potenciais Lições para o Contexto Português** Copyright © Tiago Miguel Pinto de Lima, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.

A Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Universidade Nova de Lisboa têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

## **Agradecimentos**

Quero agradecer ao Prof. Doutor. João Muralha Farinha por toda a dedicação e orientação dada ao logo desta dissertação. A todos os apoios institucionais que me facultaram toda a informação, pois sem ela, esta dissertação não era possível.

Quero agradecer aos meus amigos da faculdade por todo o apoio prestado, e prestar uma homenagem ao grupo de amigos e companheiros que mais me acompanhou nesta caminhada académica: Shari Alves, João Bruno Fonseca, Irina Figueiredo, Joana Rito, Clara Simões e Rui Mendes. Agradeço também a todos os outros colegas e amigos que me acompanharam ao longo desta carreira académica.

Quero agradecer há minha família, tanto a que reside em Lisboa, como a que reside na terra dos meus pais, Ponte de Lima, por todo o apoio prestado, em especial ao meu irmão João Lima, pelo apoio moral e auxílio na revisão da tese, e ao meu tio Frei José Dias de Lima, igualmente por todo o apoio prestado. Aos meus pais, aos quais dedico integralmente esta dissertação.

Quero com esta dissertação prestar homenagem à Associação Ser Ajuda, tendo eu ao longo destes cinco anos trabalhado nos seus vários projetos na luta contra a pobreza e exclusão social. Quero agradecer a todos os membros e amigos pelo apoio ao longo desta caminhada, especialmente: Alexandra Silva, Hugo Reis, Sandra Andrade, Catarina Nunes e Mónica Cruz.

Quero também prestar homenagem à Casa do Concelho de Ponte de Lima em Lisboa, instituição onde conciliei também o meu esforço ao longo destes 5 anos, e que tão arduamente trabalha em prol da cultura limiana. Quero agradecer o apoio ao longo destes 5 últimos anos dos meus amigos desta Casa, dedicando-lhes esta dissertação.

Finalmente, dedico esta dissertação a todos os docentes que me acompanharam no ensino ao longo dos últimos cinco anos, prestando-lhes o meu agradecimento por toda a dedicação.



## Resumo

Nas principais cidades portuguesas existem em regra os chamados bairros potencialmente problemáticos ou segundo a carta dos BIP-ZIP de Lisboa, bairros de intervenção prioritária. São Bairros com padrões de qualidade claramente abaixo da média dessa cidade e que frequentemente concentram fortes desafios económicos, ambientais e sociais. Estas características conferem aos moradores fraca qualidade de vida fazendo com que os respetivos apresentem padrões de desenvolvimento não sustentáveis.

Estes bairros requerem por isso atenção acrescida no sentido de serem qualificados e de que os seus moradores possam ter um padrão de vida em termos de qualidade idêntico ao dos restantes cidadãos. É assim importante que estes Bairros sejam objeto de planos específicos, os chamados de planos de sustentabilidade ao nível do bairro. Para a cidade como um todo é igualmente importante que as suas partes menos qualificadas possam contribuir mais e melhor para o desenvolvimento integrado de todo o território.

Na Europa, são vários os países que incluem nas suas políticas nacionais orientações específicas de forma a resolver os problemas que afetam os bairros de intervenção prioritária. Estas políticas de âmbito nacional para os bairros enquadram e orientam políticas locais, ao nível do município e bairro, sendo importante que se reforcem mutuamente.

Na presente tese são analisadas estas políticas específicas de âmbito nacional relativamente a 5 países: França, Alemanha, Grã-Bretanha, Suécia e Espanha. Para cada país, efetuou-se um ou mais estudos de caso, relativos a planos de sustentabilidade ao nível do bairro. Foca-se também a realidade portuguesa e procura-se retirar ensinamentos que ajudem a intervir e a construir um plano integrado para o contexto dos bairros de intervenção prioritária portugueses.

Tendo em conta esta visão internacional, alguns dos princípios após aplicados no contexto português, irão contribuir para uma futura formulação de uma política de contexto nacional de bairros, que irá ser posteriormente aplicada ao nível municipal e em escala mais pequena, ao nível do bairro.

**Palavras-chave:** bairros de intervenção prioritária, regeneração urbana, sustentabilidade, Europa



## **Abstract**

In Portuguese cities, exists the problematic or less qualified neighbourhoods. There are neighbourhoods with a quality pattern below the average of the city and frequently, there concentrate strongest economic, environmental and social problems. These Characteristics confer for the dwellers one weak life quality with development pattern unsustainable.

These neighbourhoods require attention, about their requalification, so that their dwellers may have equal opportunities. Is so important for some neighbourhoods that are subject of specific plans – the neighbourhood plans. For the city is important the less qualified people, contribute more for integrated development of territory.

In Europe, several countries, includes in their national policies, specific orientations, for solve problems that affect the problematic neighbourhoods.

In this thesis, are analysed the policies about five countries: France, Germany, England, Sweden and Spain. Each Country, realise one or more case studies about respective neighbourhood plans.

Given this international vision, some specific policies, in the national scope, will be contribute for the future formulation of the Portuguese policy neighbourhoods context, which will be implicated in municipal level and in more small scale (in neighbourhood level).

**Keywords:** neighbourhood planning, urban regeneration, sustainability, Europe.



## Índice de conteúdos

1	Introdução .....	1
1.1	Enquadramento.....	1
1.2	Objetivos.....	3
1.3	Organização da Dissertação .....	4
1.4	Metodologia .....	5
2	Revisão Bibliográfica.....	7
2.1	Conceitos Relevantes .....	7
2.2	Programas Nacionais de Sustentabilidade dos Bairros de Intervenção Prioritária .....	12
2.2.1	Alemanha – “ <i>Soziale Stadt</i> ” .....	13
2.2.2	Inglaterra – <i>The New Deal for Communities</i> .....	16
2.2.3	Suécia – <i>Swedish Strategy for Sustainable Development</i> .....	21
2.2.4	Espanha – Estratégia Nacional de Sustentabilidade Urbana e Local .....	24
2.2.5	França – <i>Politique de la Ville</i> .....	26
2.2.6	Portugal – Política de Cidades POLIS XXI .....	29
3	Planos de Sustentabilidade ao Nível do Bairro - Casos de Estudo.....	33
3.1	Bairro de <i>Hassenberg</i> l - Munique .....	33
3.2	O Bairro de <i>Aston pride</i> - <i>Birmingham</i> .....	35
3.3	O Bairro de <i>Wapping</i> , <i>Londres</i> .....	37
3.4	O Bairro de <i>Hammarby Sjöstad</i> - Estocolmo .....	38
3.5	O Bairro de <i>La Elipa</i> - Madrid.....	40
3.6	Os Bairros em Corunha.....	44
3.7	Bairros de Santa Catarina e Sant Pierre - Barcelona .....	46
3.8	Grand Project de Ville de <i>Bassens, Cenon, Floirac e Lormont</i> - <i>Bordeaux</i> .....	48
4	As Políticas de Sustentabilidade Urbanas em Portugal .....	51
4.1	Lisboa .....	51
4.1.1	BIP-ZIP .....	51
4.1.2	Agenda 21 Local .....	53
4.2	Porto .....	55
4.2.1	SRU Porto Vivo.....	55
4.2.2	Agenda 21 do Porto .....	56
4.3	Projeto “Fazer Acontecer a Regeneração Urbana .....	57
5	Ensino das Políticas Europeias para o Contexto Português .....	59
5.1	Ensinos do Programa <i>Soziale Stadt</i> – Alemanha e respetivo caso de estudo.....	59
5.2	Ensinos do programa <i>New Deal for Communities e Neighbourhood Planning</i> – Inglaterra e respetivos casos de estudo .....	60

5.3	Ensinaamentos da Estratégia nacional de Sustentabilidade Urbana e Local de Espanha e respetivos casos de estudo .....	62
5.4	Ensinaamento da estratégia da Suécia para o desenvolvimento sustentável e respetivo caso de estudo.....	64
5.5	Ensinaamentos do programa <i>Politique de la Ville</i> – França e respetivo caso de estudo .....	65
5.6	Sugestão de estrutura geral de aplicação de uma futura política nacional de sustentabilidade ao nível dos bairros.....	67
6	Conclusões, Dificuldades e Potenciais Desenvolvimentos Futuros .....	69
6.1	Conclusões .....	69
6.2	Dificuldades sentidas na realização do estudo.....	70
6.3	Desenvolvimentos futuros .....	70
	Bibliografia .....	73
	Anexos.....	79
	Anexo I – Programa <i>Soziale Stadt</i> em Munique .....	81
	Anexo II – Planta do Bairro de <i>Hassenbergl</i> .....	83
	Anexo III – Programa <i>New Deal for Communities</i> – <i>Aston Pride</i> em <i>Birmingham</i> .....	85
	Anexo IV – Localização esquemática de <i>Hammarby Sjöstad</i> .....	87
	Anexo V – Ciclo “ <i>Simbio-city</i> de <i>Hammarby Sjöstad</i> .....	89

## Índice de Figuras

Figura 1.1 Metodologia de elaboração da Dissertação .....	5
Figura 2.1 Estrutura do processo de gestão dos bairros de acordo com o <i>Soziale Stadt</i> .....	14
Figura 2.2 Mapa da localização das várias áreas de atuação do programa .....	18
Figura 2.3 Diagrama do processo de implementação do england neighbourhooh planning .....	21
Figura 2.4 Metodologia do funcionamento da política POLIS XXI.....	31
Figura 2.5 Política de Cidades POLIS XXI: Instrumentos de política .....	31
Figura 3.1 Bairro de Hassenbergl, Munique, e respetiva localização.....	33
Figura 3.2 Aston Pride: O antes e o depois .....	35
Figura 3.3 Diagrama da governança do desenvolvimento do NDC de Aston.....	37
Figura 3.4 Habitações no bairro de Wapping, Londres .....	37
Figura 3.5 No interior de Hammarby Sjöstad.....	38
Figura 3.6 Enquadramento geográfico do Plane de Barrio de La Elipa .....	40
Figura 3.7 Bairro de La Elipa .....	41
Figura 3.8 Barrio das Flores, Coruña .....	45
Figura 3.9 Enquadramento geográfico do caso de estudo .....	46
Figura 3.10 Enquadramento geográfico do presente caso de estudo.....	48
Figura 4.1 As três dimensões prioritárias dos Bip-Zip.....	52
Figura 4.2 Esquema representativo do funcionamento da agenda 21 local de lisboa intervenção .....	54
Figura 4.3 Diagrama representativo do esquema de funcionamento da Agenda 21 na cidade do Porto .....	57
Figura 4.4 O programa “Fazer Acontecer a Regeneração Urbana” e esquema de ação	58
Figura 5.1 Diagrama da orientação nacional para os planos de sustentabilidade ao nível do bairro.....	67



## Índice de tabelas

Tabela 2.1 Financiamento do programa Soziale Stadt entre 1999 e 2012.....	15
Tabela 2.2 Orçamento alocado de acordo com a figura 2.2 .....	18
Tabela 2.3 Medidas gerais por cada área temática da Estratégia Espanhola de Sustentabilidade Urbana e Local.....	25
Tabela 3.1 Projetos de <i>Hassenbergf</i> .....	34
Tabela 3.2 Medidas por área de intervenção do <i>Plane de Barrio de La Elipa</i> .....	42
Tabela 3.3 Financiamento do caso de Barcelona.....	47
Tabela 3.4 Medidas concretas por eixo de intervenção do Grand Project de Ville (Bassens - Cenon - Floirac).....	48
Tabela 5.1 Principais ensinamentos inerentes ao Soziale Stadt e respetivo caso de estudo .....	60
Tabela 5.2 Principais ensinamentos inerentes aos programas <i>New Deal for Communities</i> e <i>Neighbourhood Planning</i> e respetivos casos de estudo .....	61
Tabela 5.3 Principais ensinamentos inerentes à Estrategia Nacional de Sustentabilidade Urbana e Local e respetivos casos de estudo .....	63
Tabela 5.4 Principais ensinamentos inerentes à Estrategia Sueca para o Desenvolvimento Sustentável e respetivo casos de estudo .....	65
Tabela 5.5 Principais ensinamentos inerentes ao programa <i>Politique de la ville</i> e respetivo caso de estudo .....	66



## **Abreviaturas**

A21L - Agenda 21 Local

ABI - *Area Based Initiative Plan*

ACRRU - Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística

ACSE - *L'agence Nationale pour la Cohésion Sociale et Légalité des Chances*

AML - Área Metropolitana de Lisboa

AUGI - Área Urbana de Génese Ilegal

BIP-ZIP - Bairros de Intervenção Prioritária - Zonas de Intervenção Prioritária

BMVBS - *Federal Ministry of Transport, Building and Urban Affairs*

CCFL – Companhia Carris de ferro de Lisboa, S.A.

CEDEX - Centro de Experimentação de Obras Públicas Espanhol

CGD - Caixa Geral de Depósitos

CIP - Confederação Empresarial de Portugal

CML - Câmara Municipal de Lisboa

CUCS - *Contrats Urbains de Cohésion Sociale*

DGOTDU - Direção Geral do Ordenamento do Território e do Urbanismo

EDEC-Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário

EESUL - Estratégia Espanhola de Sustentabilidade Urbana e Local

EM - Empresa Municipal

EPARECA - *L'établissement Public National D'aménagement et de Restructuration des Espaces Commerciaux et Artisanaux*

EPIDE - *L'Etablissement Public D'insertion de la Defense*

FEDER - Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional

FRAMV - *Federacion Regional de Asociaciones de Vecinos de Madrid*

GABIP - Gabinete de Apoio ao Bairro de Intervenção Prioritária

GEE - Gases Com Efeito de Estufa

GPV - *Grand Project de Ville*

IDEA - *Instituto da Economia e da Energia Espanhol*

INE - Instituto Nacional de Estatística

LIP - *Local Investment Programme*

NDC - *New Deal for Communities*

NRU - *Neighbourhood Renewal Unit*

NSNR - *National Strategy for Neighbourhood Renewal*

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PER - Plano Especial de Realojamento

PNPOT - Planos Nacionais e Políticas de Ordenamento do Território

PROT-Plano Regional de Ordenamento Do Território

PSP - Polícia de Segurança Pública

SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana

WPLS - *Work And Pensions Longitodinal Study*

ZUS - Zonas Urbanas Sensíveis

# 1 Introdução

## 1.1 Enquadramento

O bairro é uma unidade fundamental da cidade. Se este não for sustentável, não satisfazendo as necessidades sociais, económicas e ambientais da população (não esquecendo as necessidades das gerações futuras), a cidade também não se desenvolve em cada um destes três eixos (United Nations, 1987). Por este argumento, na Europa, surgiram movimentos a apelar ao conceito de cidade sustentável, que levaram à assinatura de documentos fundamentais, tais como a Carta de *Leipzig* (União Europeia, 2007). Um documento escrito e assinado pelos estados membros da união europeia com o acordo quanto às principais estratégias comuns em matéria da política de desenvolvimento urbano. Também é conhecido o exemplo do relatório-resultado da conferência “*Cities of Tomorrow*” (European Union, 2011), documento que descreve os desafios, visões e perspetivas das cidades europeias do futuro.

Os documentos anteriormente mencionados articulam-se com as políticas de sustentabilidade ao nível dos bairros que funcionam atualmente em alguns países Europeus, nos quais se irão tratar na presente dissertação:

- a) *Politique de la Ville, França*: Uma política com ação na sustentabilidade dos bairros franceses e com desenvolvimentos desde a década de 70 do século XX. Atualmente é aplicada a 2200 bairros, inseridos em 751 Zonas Urbanas Sensíveis (ZUS) (*Ministère Délégué à la Ville*, 2013). De acordo com o *Ministère Délégué à la Ville*, 2013, esta política tem como objetivo a “redução das desigualdades regionais e a ação positiva em prol da qualidade de vida dos bairros, nos quais o conceito de sustentabilidade se encontra em causa. Para o cumprimento desta política, em cada zona urbana sensível, é realizado um compromisso em forma de contrato. Este contrato é assinado entre dos atores locais nos diferentes níveis de hierarquia designando-se atualmente por “*Contrats Urbains de Cohésion Sociale*” (*Ministère Délégué à la Ville*, 2013).
- b) *Soziale Stadt, Alemanha*: Os primeiros desenvolvimentos deste programa datam de 1973, quando a BMVBS (*Federal Ministry of Transport, Building and Urban Affairs*) financiou o início deste. Inicialmente, este servia de suporte às câmaras municipais com o intuito de ajudar nas tarefas de informação e consulta (Strauss, 2009). Foi em 1999 que o programa surgiu com toda a força, focando-se na problemática dos bairros mais desfavorecidos em termos sustentáveis. Promove uma visão holística e pluridisciplinar (Strauss, 2009). De acordo com Strauss (2009), os objetivos gerais deste programa são: travar a

espiral descendente de desenvolvimento dos bairros; melhoria das condições de vida; luta contra a polarização sócio espacial, estabilização e melhoria da situação dos bairros com padrões de qualidade de vida potencialmente inferiores. Com o intuito de acompanhar os efeitos do programa, vão sendo feitos regularmente relatórios e publicações, conferências e investigações. Possui um *site* de internet, assim como desde o ano de 2003 e um centro de transferência de conhecimentos sociais (*Bundes-Transferstelle Soziale Stadt*) (Strauss, 2009).

- c) *New Deal for Communities, Inglaterra:* O programa “*New Deal for Communities*”, foi anunciado em 1998 pelo executivo de Tony Blair, e existiu baseado num conceito ABI (*Area Based Initiative Plan*). Este plano fez parte da *National Strategy for Neighbourhood Renewal* (NSNR) (Fordman, 2010). O objetivo deste plano era o de reduzir as lacunas entre os bairros mais pobres em todo o país (Lawless, 2007). De acordo com *Rochdale Metropolitan Borough Council* (2009), este programa terminou em 2011, sendo que foram libertadas verbas para a continuação da aplicação das medidas correspondentes e terminar projetos em execução. Em 2012, surgiu o *England Neighbourhood Planning* (*The quick guide to neighbourhood Planning*, 2013), que viria a substituir indiretamente o NDC.
- d) *Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da Suécia:* Com o intuito de reforçar o conceito de sustentabilidade na Suécia, em 2002 nasceu a primeira Estratégia de Desenvolvimento Sustentável. Um esforço para integrar nas políticas nacionais os três eixos que acompanham este conceito (económico, social e ambiental) (*Ministry of Sustainable Development*, 2005). Esta estratégia surgiu, por um lado, para cumprir o compromisso que o governo teve em apresentar uma estratégia de desenvolvimento sustentável à ONU, bem como cumprir o esforço da sustentabilidade para a soberania sueca. A estratégia viria a ser revista em 2004 e posteriormente em 2005 (*Ministry of Sustainable Development*, 2005), possuindo um capítulo importante para a temática de estudo da sustentabilidade local. O capítulo 4.1, que se refere à construção de comunidades sustentáveis, é onde se encontra inclusa a problemática dos bairros mais subdesenvolvidos. Não foi de resto encontrado nenhum programa concreto em pesquisa que se destinasse diretamente aos bairros críticos e aos problemas associados (*Ministry of Sustainable Development*, 2005).
- e) *Estratégia Espanhola de Sustentabilidade Urbana e Local:* Trata-se de um documento datado de 2011 que se declara como um marco estratégico que

contem os princípios, objetivos, diretrizes e medidas, cuja aplicação efetiva permita avançar na direção de uma maior sustentabilidade urbana e local (Gobierno de España, 2011). A realização deste documento contou com a participação do Ministério do Ambiente, Meio Rural e Marinho Espanhol, a Secretária de Estado da Habitação e Urbanismo, e do Ministro do Fomento, Ministro da Indústria, Turismo e Comércio. Participaram também o Instituto da Economia e da Energia (IDEA), o Centro de Experimentação de Obras Públicas (CEDEX), Agência de Ecologia Urbana de Barcelona e outras entidades regionais e locais (Gobierno de España, 2011). Tem como objetivo implementar o conceito de sustentabilidade urbana e local, nomeadamente nos bairros de intervenção prioritária inclusos (Gobierno de España, 2011).

Há ainda a destacar a existência de teorias que comprovam que pequenas mudanças num bairro podem desencadear uma mudança no comportamento dos habitantes, por forma a diminuir comportamentos de risco e vandalismo. Um exemplo é o do *Broken Windows Theory* (Wilson & Kelling, s.d.). De acordo com este trabalho, a Universidade de Oxford efetuou uma experiência de psicologia social, que demonstrou que a diminuição dos comportamentos de risco e de vandalismo são proporcionais a obras de reabilitação realizadas no bairro. Pequenas obras, como a pintura de edifícios, a reparação de vidros partidos, assim como a reparação de mobiliário urbano alteram, de acordo com esta teoria, o comportamento dos habitantes, tornando o bairro por isso também ele mais sustentável. Os planos de sustentabilidade ao nível do bairro em vários países europeus aqui já mencionados coadunam-se com a dinâmica desta teoria em muitas das suas medidas de ação.

## **1.2 Objetivos**

O objetivo geral desta dissertação é o de analisar o modo como são elaborados os planos de sustentabilidade ao nível do bairro, nacionais (da Europa), o modo como são enquadrados nas políticas urbanas dos respetivos países, assim como os resultados que têm conseguido alcançar e que lições se podem retirar para eventual aplicação em Portugal.

Os objetivos concretos são os seguintes:

- Estabelecimento de uma relação entre estratégias nacionais para a sustentabilidade dos bairros em alguns países (Suécia, Espanha, França, Inglaterra e Alemanha) e a dinâmica de intervenção e elaboração de planos de bairro;

- Entendimento das metodologias e dos processos adotados na elaboração de planos de sustentabilidade ao nível do bairro em algumas cidades. Como são constituídos, o que é feito, como se desenrola a participação do público entre outros aspetos;
- Efetuar uma análise de resultados. Em complemento do ponto anterior, sobre processos, incide-se aqui sobre os resultados obtidos através dos planos de sustentabilidade ao nível do bairro;
- Síntese de ensinamentos que possam ser relevantes para melhorar a intervenção em bairros no contexto Português. Atualmente existe uma prática própria e um caminho de várias décadas de intervenção em bairros, mas que pode ser completa em beneficência dos ensinamentos retirados da recente prática de planos de bairro.

### **1.3 Organização da Dissertação**

A presente dissertação encontra-se sistematizada em seis capítulos:

- O primeiro capítulo apresenta uma introdução ao tema da dissertação, envolvendo um enquadramento do tema da mesma, uma menção aos objetivos, assim como a sua organização e a metodologia de realização;
- O segundo capítulo apresenta uma Revisão Bibliográfica, ou estado da arte em relação ao tema em estudo. É apresentado o que de acordo com várias fontes se fala sobre o tema em questão. Encontra-se dividido em dois subcapítulos. O primeiro, onde se referem definições importantes para o tema em questão. O segundo, onde se explora os casos europeus em termos da existência das estratégias sustentáveis de bairro em termos nacionais (na Suécia, Espanha, França, Inglaterra, Alemanha);
- O terceiro capítulo efetua a análise de casos de estudo que partem das políticas nacionais referidas no capítulo anterior;
- O quarto capítulo explora o atual contexto Português em termos de planos de sustentabilidade urbana, através de alguns casos de estudo;
- O quinto capítulo pretende fazer uma sistematização dos ensinamentos das políticas de sustentabilidade nacionais ao nível do bairro, com o objetivo de poder aplicar orientações no contexto português;
- Finalmente, no sexto capítulo serão apresentadas as conclusões, dificuldades e indicações para desenvolvimentos de futuros estudos.

## 1.4 Metodologia

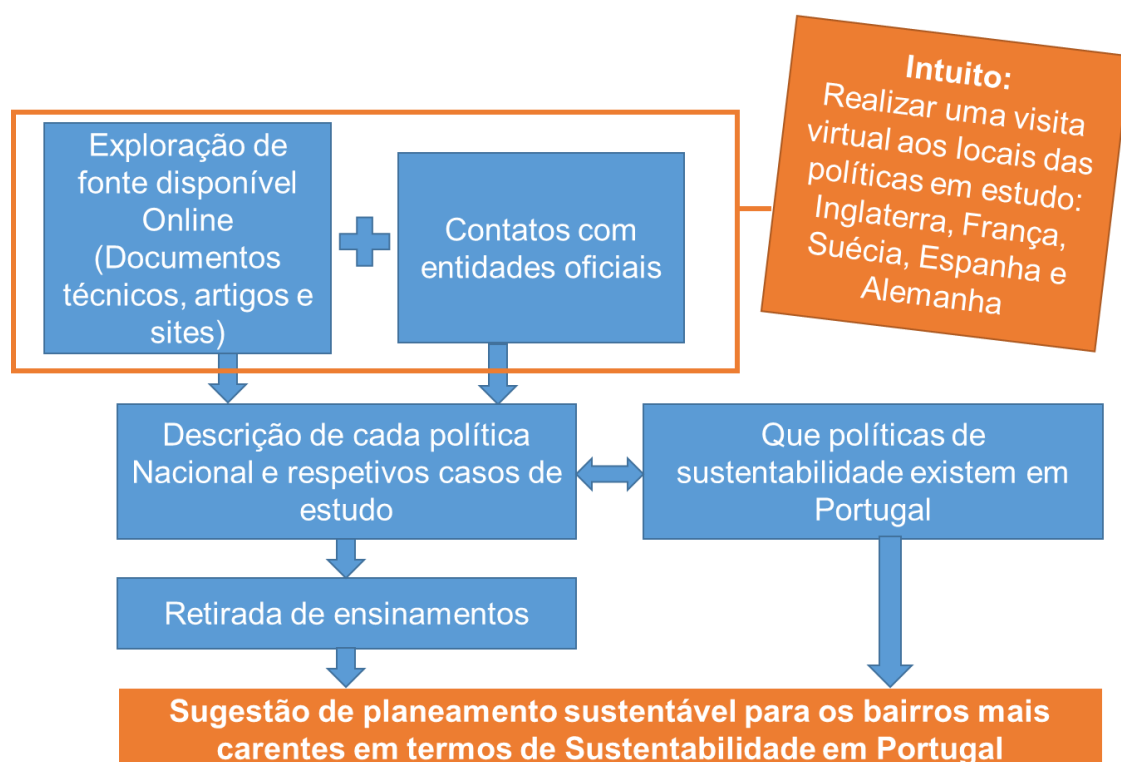


FIGURA 1.1 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Numa primeira fase, foi iniciada a exploração de documentação *online*, em fontes institucionais de internet correspondentes às políticas nacionais de sustentabilidade urbana nos países escolhidos para este estudo (Inglaterra, França, Suécia, Espanha e Alemanha). Em paralelo realizou-se um contato direto com as entidades oficiais via *email* dos respetivos programas. Esta fase teve como intuito a realização de uma visita virtual aos locais em estudo. Foram também utilizados alguns artigos científicos nesta exploração.

Numa segunda fase realizou-se a descrição de cada política Nacional e respetivos casos de estudo. Em paralelo foi feito um resumo sobre que políticas de sustentabilidade existem em Portugal. Esta fase efetuou-se a partir da exploração dos artigos adquiridos nos seguintes tópicos: Como decorreu a implantação da política; Quais os atores envolvidos; Como decorreu a participação pública; Qual o orçamento envolvido e como foi obtido; Que tipo de medidas contempla. Esta fase correspondeu à realização da revisão bibliográfica.

Por fim, fez-se a retirada de ensinamentos das políticas europeias para o caso português, com o intuito de fazer uma sugestão de planeamento sustentável para os bairros mais problemáticos em Portugal. Optou-se por realizar esta fase por país, primeiro

especificando os ensinamentos para o contexto português em texto, sistematizando no fim de cada subcapítulo em forma de tabela.

## **2 Revisão Bibliográfica**

### **2.1 Conceitos Relevantes**

De modo a clarificar a terminologia, efetua-se em primeiro lugar neste subcapítulo uma sistematização dos conceitos mais relevantes para o tema da dissertação. Cria-se assim uma base de entendimento comum, por vezes com significados próximos mas que aqui se definem. São os seguintes:

#### **a. Reestruturação Urbana**

Entende-se por reestruturação urbana como sendo uma forma de intervenção no tecido urbano existente que tem por objetivo a introdução de novos elementos estruturantes do aglomerado urbano ou de uma área urbana (CIP, 2013). Implica normalmente a demolição de partes do tecido urbano existente e, frequentemente, o complemento do tecido remanescente com edificação nova. Haverá normalmente lugar a alteração de usos. A estrutura fundiária das áreas diretamente abrangidas sofre normalmente uma profunda alteração, havendo ainda que acautelar os processos de regularização de estremas e de prédios imperfeitos (CIP, 2013).

#### **b. Requalificação Urbana**

Trata-se de um conceito bastante abrangente. É uma operação de renovação, reestruturação ou reabilitação urbana, em que a valorização ambiental e a melhoria do desempenho funcional do tecido urbano constituem objetivos primordiais da intervenção (Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural, 2008).

#### **c. Renovação urbana**

Por renovação urbana entende-se uma forma de intervenção no tecido urbano existente em que o património urbanístico ou imobiliário é substituído, no seu todo ou em parte muito substancial (Ramalhete, Soares, Tavares et al, 2013).

#### **d. Reabilitação urbana**

Por reabilitação urbana entende-se uma forma de intervenção integrada e física sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no seu todo ou em parte substancial. O património urbanístico e imobiliário é modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização coletiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos edifícios (Ramalhete, Soares, Tavares et al, 2013).

**e. Regeneração Urbana**

É um conceito que tem uma visão abrangente e integrada, munida de ações concretas que levam à resolução de problemas urbanos e que procura trazer uma melhoria duradoura das condições económicas, físicas, sociais e ambientais das áreas que tenham sido sujeitas a transformações. O conceito de regeneração urbana refere-se ainda “a um conjunto de intervenções sócio urbanísticas em áreas marcadas pela degradação do edificado e do espaço público, pela insuficiência de equipamentos sociais elementares e dos processos crescentes de exclusão social (AML, 2008).

**f. Solo Urbano**

O solo urbano é o solo que se destina a urbanização e edificação. Nele se compreendem os terrenos urbanizados e aqueles cuja urbanização seja possível programar, constituindo todo o seu perímetro urbano (Ramalhete, Soares, Tavares *et al*, 2013).

**g. Espaço Público Urbano**

De acordo com Francisco (s.d.), “o Homem, enquanto ser social relaciona-se com os outros indivíduos pertencentes ao seu habitat natural, isto é, a sociedade em geral. Deste modo, estas interações processam-se nos espaços públicos urbanos pelo que se constituem como elementos estruturantes e organizativos da forma urbana, (...) apresentam um papel integrador ao permitir a ligação e continuidade territorial, ostentam funções variadas e usos específicos e acolhem utilizadores de grupos sociais diferentes (...) que apresentam expetativas diferenciadas”.

**h. Equipamentos públicos de utilização coletiva**

Os equipamentos públicos de utilização Coletiva são edificações e espaços destinados, no todo, ou em parte, à provisão de serviços públicos dos cidadãos. Os equipamentos públicos de utilização coletiva incluem as edificações e as áreas de solo afetas à provisão de serviço público às coletividades, como saúde, administração e ensino, à provisão pública de condições para o exercício de atividades culturais, religiosas, desportivas, recreativas e de lazer. As edificações e as áreas de solo afetas à provisão de serviço público aos cidadãos podem ser do domínio público ou do domínio privado. O serviço público pode ser diretamente provido pelas entidades públicas, ou indiretamente através de entidades privadas (Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural, 2008).

**i. Agenda 21**

A “Agenda 21” é um programa para a sustentabilidade que surgiu da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Ambiente, que se realizou no Rio de Janeiro. Trata-se de um programa que apela a que de forma participativa os

governos e todos os atores desenvolvam esforços para tornar as suas comunidades mais sustentáveis. O apelo é também dirigido às autoridades locais de cada país para que desenvolvam um processo consultivo e consensual com as suas populações, sob a forma de uma versão local da Agenda 21 – Agenda 21 Local (A21L). Trata-se de aplicar o princípio de “pensar global, agir local”.

#### **j. Sustentabilidade**

A definição de Sustentabilidade que reúne mais acordo pelas várias partes é aquela que foi mencionada na Comissão de *Bruntland*, em 1987, aquando a publicação do relatório “*Our Common Future*”. Esta definição refere que o conceito de sustentabilidade, ou como referido no relatório, desenvolvimento sustentável, é a “satisfação das necessidades da geração presente, sem comprometer o desenvolvimento das gerações futuras” (United nations, report of the world commission on Environmental development: our common future, 1987).

Embora atualmente o desenvolvimento sustentável mantenha o mesmo desígnio global, a sua implementação é realizada com base em três dimensões essenciais: o desenvolvimento económico, a coesão social e a proteção do ambiente. Segundo Matos (2009), “às três dimensões do desenvolvimento sustentável deve ainda acrescentar-se a vertente institucional, que chama a atenção para as questões relativas às formas de governação, das instituições e dos sistemas legislativos (flexibilidade transparência, democracia), o quadro da participação dos grupos de interesse (sindicatos e associações empresariais) e da sociedade civil (Organizações não Governamentais), considerados como parceiros essenciais na promoção dos objetivos do desenvolvimento sustentável.”

É de referir que o conceito de desenvolvimento sustentável se encontra abrangido pela legislação nacional, em concreto da política criada pela Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo (Lei nº 48/98 de 11 de Agosto) e pela Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 11/87 de 7 de Abril) que definem como políticas fundamentais o desenvolvimento económico-social e cultural integrado; o direito a um ambiente humano e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender e a otimização e garantia da continuidade e utilização dos recursos naturais, qualitativa e quantitativamente, como pressuposto básico de um desenvolvimento sustentável (Brandão & Lima, 2013).

#### **k. Bairro**

De acordo com Driant (s.d.), o bairro tem como possibilidade de significado as seguintes opções:

- Uma malha urbana composta por ruas e edifícios com espessura temporal e arquitetónica;

- Uma unidade de base da vida, que não corresponde a uma definição político-administrativa nem é um simples suporte físico de um grupo populacional;
- Uma área sem demarcação territorial, mas delimitada na memória e no imaginário coletivo dos seus residentes;
- Um referencial geográfico onde se observa a sobreposição de temporalidades, espacialidades e sociabilidades diversas;
- Um lugar que promove a criação de marcas identitárias partilhadas no coletivo e reconhecidas no exterior;
- Uma realidade que permite a interseção da objetividade da vida social com as subjetividades da sua representação;
- Um sítio onde se “cresce” pessoal e socialmente e onde se criam memórias.

#### **I. Eco Bairro**

Segundo Gomes (2010), o conceito de eco bairro encontra-se ligado à aplicação integral do contexto de sustentabilidade à vida no bairro. Promove assim a “prática do urbanismo sustentável que se baseia na noção de equilíbrio dinâmico ou homeostático, permitindo a autorregulação dos sistemas mediante a autocorreção e a retroalimentação, definindo-se fatores de equilíbrio entre natureza e cidade, tradição e progresso, global e local, indivíduo e sociedade.” Ainda de acordo com Gomes (2010) a aplicação deste conceito ao bairro depende da satisfação dos seguintes critérios:

- Conservação dos recursos energéticos e materiais tendo como matriz de atuação fechar o ciclo de todos os fluxos, como solução para os problemas ambientais;
- Reequilíbrio entre natureza e cidade, como preservação de partes de território, para manter os ciclos naturais e introduzir os processos naturais no tecido urbano – este critério é importante para pôr limite à expansão urbana e dar prioridade à regeneração urbana ecológica;
- Redistribuição dos recursos e serviços sobre o território e dentro da cidade, mediante processos de autossuficiência, de criação de redes de serviços e informação, para também reduzir a pegada ecológica;
- Desenvolvimento local dentro do marco global da sustentabilidade, sendo necessário consolidar e valorizar os pequenos e médios núcleos urbanos e assim cumprir objetivos de forma conjunta;

- Habitabilidade dos espaços (interiores e exteriores) para fomentar o bem-estar e a qualidade de vida dentro de uma conceção ampla e orgânica que considera o metabolismo de cidade no seu conjunto;
- Equidade social, como fator chave para a sustentabilidade do sistema urbano;
- Tem como objetivo a integração do meio natural no contexto urbano.

#### **m. Mediação social**

De acordo com (ministère délégué à la ville, 2013), o termo de mediação social é definido como sendo um processo de criação e reconstrução das relações e conflitos da vida quotidiana, em que uma entidade imparcial por tentativas e através de certo tipo de mecanismos resolve conflitos entre indivíduos ou entre indivíduos e instituições.

#### **n. Área urbana**

De acordo com (DGOTDU, 2011), uma área urbana é uma área fisicamente integrada numa cidade de grande ou média dimensão, caracterizada por uma importante percentagem de superfície construída, uma elevada densidade de população e de emprego e redes significativas de infraestruturas de transportes e outras. As áreas urbanas podem englobar áreas verdes não construídas, geralmente utilizadas para fins recreativos pelos habitantes da cidade.

#### **o. Área urbana funcional**

Define-se de acordo com a DGOTDU (2011), como sendo uma área de influência de uma cidade, sendo geralmente definida a partir de dados estatísticos.

A maioria dos estados Europeus produziu definições de área funcional urbana ou conceitos semelhantes, como áreas de deslocação pendular casa-trabalho, bacias de emprego ou regiões urbanas funcionais. No âmbito do programa EPSON I procedeu-se a uma primeira identificação e delimitação de áreas funcionais ao nível Europeu, tendo por base estatística harmonizada.

#### **p. Coesão Territorial**

De acordo com a DGOTDU (2011), a coesão territorial corresponde a um objetivo fundamental do desenvolvimento territorial e encontra-se presente tanto nos princípios orientadores como no EDEC (Esquema de desenvolvimento do Espaço Comunitário).

Embora incluído ao mais alto nível em documentos oficiais, o conceito de coesão territorial não foi até agora objeto de uma definição formal. É geralmente considerado como uma componente complementar dos objetivos de coesão social e económica e visa promover o desenvolvimento harmonioso e homogéneo em

todo o território. Existe um amplo acordo sobre o facto de a coesão territorial ser um conceito multidimensional com pelo menos três componentes (DGOTDU, 2011):

- Qualidade territorial;
- Eficiência territorial;
- Identidade territorial.

#### **q. Cooperação Territorial**

De acordo com DGOTDU (2011) define-se cooperação territorial como sendo o desenvolvimento de atividades conjuntas relacionadas com as políticas de desenvolvimento territorial em domínios dependentes de competências administrativas distintas. A cooperação territorial é particularmente importante em torno das fronteiras nacionais, mas é também relevante entre unidades administrativas do mesmo estado. O objetivo da cooperação territorial é o de facilitar a integração territorial e a promoção de formas de desenvolvimento territorial mais competitivas e sustentáveis do que aquelas que resultariam de políticas de desenvolvimento territorial individuais e segmentadas, sem prévia concertação. A cooperação territorial é conduzida por entidades públicas aos diversos níveis administrativos, mas também pode associar outros tipos de atores.

#### **r. Rede Social**

De acordo com a Camara Municipal de Borba (2013), Rede Social é um programa criado através da Resolução do Conselho de Ministros de 18 de Novembro de 1997, regulamentado pelo Dec. Lei 115/2206 de 14 de Junho, e que visa lançar e reforçar os fundamentos que promovem a articulação e congregação de esforços entre os agentes sociais ativos no concelho com vista a dois grandes objetivos fundamentais: Combate à pobreza e à exclusão social e promoção do desenvolvimento social.

Entenda-se este programa como uma medida de política social ativa que impulsiona o trabalho de parceria alargada tendo por base o desenvolvimento e a consolidação de uma consciência coletiva dos problemas sociais e contribuindo desta forma para a ativação das respostas e para a otimização dos recursos de intervenção ao nível do concelho e das freguesias incidindo na planificação estratégica territorializada da intervenção social local.

## **2.2 Programas Nacionais de Sustentabilidade dos Bairros de intervenção prioritária**

Ao nível nacional, novos países europeus desenvolveram políticas e programas nacionais que incidem sobre bairros de intervenção prioritária. Efetua-se de seguida uma

sistematização dos programas nacionais com estas características na Alemanha, Inglaterra, Suécia, Espanha e França. Foram selecionados pela sua importância e potencial relevância para o caso de Portugal e o desafio dos bairros de intervenção prioritária.

### 2.2.1 Alemanha – “*Soziale Stadt*”

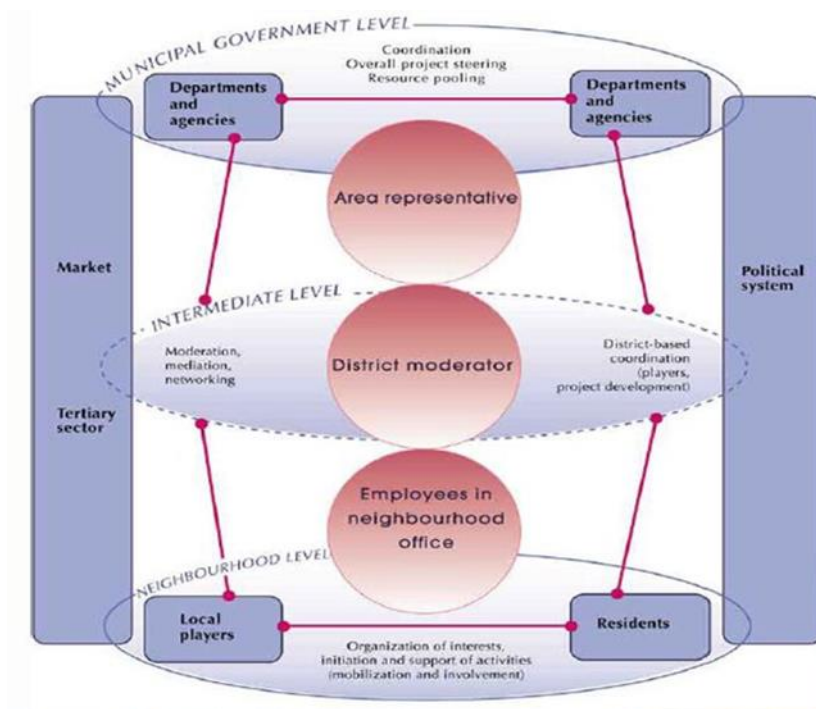
O programa *Soziale Stadt* divide-se em quatro elementos principais (Strauss, 2009):

- a. Cooperação vertical entre níveis da administração pública, nomeadamente entre o nível nacional, regional e local. Vários mecanismos de financiamento e partilha de conhecimento processual entre vários especialistas e não-especialistas de como políticas desta envergadura se fazem no estrangeiro (conhecimento “*know-how*”);
- b. Introdução de uma participação do público em geral ativa. Introdução de métodos de participação ativa e de *empowerment*, adaptadas a cada grupo-alvo. Introdução de uma abordagem “*down-top*” (de baixo dos níveis de organização para o topo dos mesmos);
- c. Criação de novas estruturas organizacionais: Tendo por base para a identificação de potenciais problemas de diferentes áreas temáticas e bairros, a comunicação e cooperação entre todos os intervenientes e a orientação de metas, estratégias, medidas e projetos a áreas urbanas específicas;
- d. Interdisciplinaridade do programa que permite que este atue em diversas áreas como um todo.

De acordo com *Bundesministerium für Verkehr* (2013), o programa *Soziale Stadt* apresenta como fases de ação: Elaboração de estratégias de sustentabilidade para cada um dos bairros, compatível com cada uma das suas necessidades; Estabelecimento de áreas temáticas de atuação; Agregação e integração de recursos; Estabelecimento do plano de gestão do bairro; Participação pública; Monitorização; Avaliação.

De acordo com Semm (2011), a programa *Soziale Stadt*, promove para além da renovação de edifícios, medidas de beneficência que são afetas às áreas de educação, saúde, condições de vida, cultura, segurança, apoio e coesão social. Já de acordo com *bundesministerium für verkehr* (2013), os campos de atuação do programa passam pela qualificação e formação da população, emprego, desenvolvimento económico da área de atuação, desenvolvimento do campo social, educação dos mais jovens, saúde, ambiente e transportes, desporto e cultura, luta contra a discriminação multiétnica, habitação, espaço público e melhoria da imagem do bairro para com o exterior.

O diagrama seguinte demonstra como se processa a gestão dos bairros abrangidos pelo programa *Soziale Stadt*:



**FIGURA 2.1** ESTRUTURA DO PROCESSO DE GESTÃO DOS BAIRROS DE ACORDO COM O **SOZIALE STADT (STRAUSS, 2009)**

A implementação deste programa, de acordo com a figura 1, decorre entre três níveis hierárquicos distintos (Strauss, 2009):

- O nível do governo Municipal, responsável pela coordenação geral do plano, realizando uma correta gestão dos recursos disponíveis;
- Nível intermédio onde são realizadas ações de moderação entre o nível do Governo Municipal e o Nível do bairro, realizando mediação e a ligação entre os dois elos;
- Nível do bairro, representado pelos moradores e empresas locais, onde é recolhida uma lista de interesses a serem concretizados. Estes têm uma ideia mais próxima das medidas importantes para a melhoria da qualidade de vida no bairro.

São de destacar ainda as inter-relações constantes entre o sistema político, o mercado económico e o setor terciário (serviços públicos) dos quais este programa depende.

Numa primeira fase, foram intervencionados 162 distritos em 124 municípios, enquanto em 2007 já viriam a ser intervencionados 498 distritos em 318 municípios (Strauss, 2009).

De acordo com Semm (2011), o programa em questão é sustentado maioritariamente pelo governo federal, pelo fundo Europeu de desenvolvimento regional (FEDER) e recursos financeiros inerentes à cidade de Berlim. O apoio financeiro é entendido como

um mecanismo de assistência “*Start-up*” para cobrir os custos subsequentes das medidas de melhoria dos bairros abrangidos. Ainda de acordo com Semm (2011), o facto de a maior parte do financiamento vir do exterior, leva a que este seja um ponto fraco, visto que este apenas se destina a ajuda no curto prazo (o programa é supostamente de longo prazo).

O financiamento viria a fazer-se sentir então para os diferentes subprogramas “*Soziale Stadt*” que vigoram na Alemanha, bem como para o financiamento de projetos-piloto (até ao ano de 2010, foram financiados cerca de 200) (Bundesministerium für Verkehr, 2013). Entre 1999 e 2012, o financiamento ao programa *Soziale Stadt*, foi apresentado na tabela seguinte:

**TABELA 2.1 FINANCIAMENTO DO PROGRAMA SOZIALE STADT ENTRE 1999 E 2012 (BUNDESMINISTERIUM FÜR VERKEHR, 2013)**

<b>Ano</b>	<b>Partes inerentes ao apoio federal (milhões de euros)</b>	<b>Partes que podem ser utilizadas para fins de aplicação de projetos piloto (milhões de euros)</b>
1999	51,1	
2000	51,1	
2001	76,7	
2002	76,7	
2003	80,0	
2004	72,5	
2005	71,4	
2006	110,4	40,0
2007	105,0	35,0
2008	90,0	20,0
2009	105,0	27,5
2010	94,9	44,9
2011	28,5	
2012	40,0	

O nível de apoio financeiro foi ao longo dos anos bastante satisfatório de acordo com os dados apresentados, sendo que a partir de 2010 se assistiu a uma diminuição dos apoios prestados pelo apoio federal, presumivelmente derivado à crise financeira e mundial ou então à redução da necessidade de financiamentos.

Outro tema de análise importante é o da participação pública. De acordo com *Oberste Baubehörde im Bayerischen Staatsministerium des Innern* (2005) e a título de exemplo, o estado de Bayern recorreu a mecanismos tais como *workshops*, sessões públicas e sessões de *empowerment* para realizar o processo.

De acordo com Strauss (2009), a ativação da participação pública neste programa faz-se através da inclusão de entidades não administrativas, adaptação dos procedimentos de participação pública de acordo com o público-alvo, envolvimento de prestadores de serviço locais, devolução do poder e tomada de decisão aos cidadãos. Recorre-se ao esquema “*botton-up*”.

### **2.2.2 Inglaterra – *The New Deal for Communities***

Introduzido no capítulo 1.1, este foi um plano de sustentabilidade ao nível do bairro, que esteve em vigor no Reino Unido até 2011, e que até entrar em funcionamento passou por alguns procedimentos importantes.

Numa primeira fase, começou por ser feito um balanço da situação naquela altura dos vários bairros. Esta caracterização foi feita pela *Social Disadvantage Research Center*, pertencente à Universidade de Oxford. Outras fontes de dados foram o *Work and Pensions Longitudinal Study (WPLS)*, *Department of Work and Pensions*, os preços das habitações (impostos e rendas), obtenção dos dados dos alunos das escolas das áreas de influência, bem como os dados relacionados com a criminalidade. Depois, foi feito o diagnóstico, traçando-se os próximos passos a seguir (*Communities and Local Government*, 2010).

De acordo com *communities and local government*, (2010), o programa *New Deal for Communities* encontrava-se baseado nos seguintes princípios:

- I. As parcerias inerentes encontravam-se estabelecidas para um prazo de 10 anos, em forma de programas estratégicos, desenhados para transformar os bairros mais problemáticos, efetuando nos mesmos uma melhoria da respetiva qualidade de vida;
- II. As tomadas de decisão eram da competência das 39 parcerias, cada uma ligada a cada bairro, representantes destes na maioria ligados à comunidade;
- III. As comunidades eram a principal variável em termos da regeneração dos bairros;
- IV. As parcerias eram realizadas na sua maioria com instituições municipais, tais como a polícia local;
- V. As parcerias eram destinadas a colmatar lacunas tais como a incidência de criminalidade, precariedade das habitações, degradação do ambiente e problemas sociais relacionados com a comunidade, para os moradores das 39 áreas intervencionadas.

De acordo com Lawless (2007), o programa NDC chegou a envolver inclusivamente 14 organizações académicas (Universidades), o centro de pesquisa económica e social através de um parecer encomendado em 2001 pela *Neighbourhood Renewal Unit* (NRU). No ano de 2002, foi realizada uma pesquisa domiciliar (entrevista aos residentes), para estabelecer uma base para todas as 39 concessões deste programa. Foram recolhidas um total de 500 respostas. Este questionário foi repetido em 2004 e 2006 (Lawless, 2007). Estas entrevistas foram completadas com a análise de documentos (inerentes aos do programa, notícias e outros documentos importantes) (Dargan, 2007).

Este programa contava com uma participação pública de forte envergadura, uma vez que esta metodologia contempla um melhor conhecimento dos problemas ao nível local. O governo de Inglaterra refere que este conceito representa uma aproximação ao conceito de Regeneração Urbana (Lawless, 2007). Esta participação veio a culminar com a realização de um relatório intercalar do programa no ano de 2005, com o objetivo de avaliar a implementação do mesmo.

De acordo com Dargan (2007), no caso do programa *NDC Newcastle West gate*, o processo de participação pública foi guiado com o apoio de 23 pessoas, incluindo 12 residentes, 4 vereadores da respetiva Câmara municipal, sendo que as restantes participações estavam confinadas a representantes do quadro legal e associações/instituições públicas (Dargan, 2007).

. O processo de participação pública dividia-se em duas partes:

- a. Identificação das causas de degradação dos bairros/comunidades a partir da recolha de veredictos acerca do bairro por parte dos atores locais.
- b. Desenvolvimento de um programa com aproximação ao conceito de regeneração Urbana.

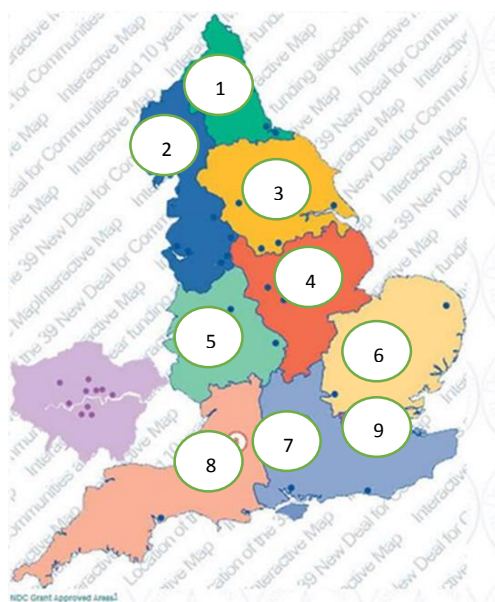
Ainda de acordo com Dargan, 2007, o governo alocou 50 milhões de Euros para cada uma das 39 concessões participantes no programa, sendo que a restante verba a ser necessária iria ser providenciada através do financiamento privado, voluntário ou outros setores públicos.

Os atores locais foram inteiramente envolvidos, e foram convidados a descrever (em entrevista), através da sua visão, quais eram os problemas inerentes ao seu bairro. Quanto à aproximação do contexto de regeneração urbana, esta fazia-se sentir com a produção de mudanças substanciais no contexto económico, físico e social do respetivo bairro (*donegall pass community forum*, 2010).

De acordo com *department for communities and local government* (2010), o programa em questão tinha o objetivo de efetuar a melhoria ao nível dos bairros nas seguintes áreas temáticas:

- a. Comunidade: Onde se propunha que ao nível do bairro se fizessem iniciativas destinadas a promover o envolvimento dos residentes em uma participação ativa e local. No entanto era preciso ter em conta certas minorias étnicas, em que era necessária uma especial atenção no tratamento;
- b. Crime e segurança: Com o aumento de policiamento no bairro e em área envolvente;
- c. Educação: Com o auxílio em termos de transporte para as crianças, para além de apoio em termos de material e ensino propriamente dito;
- d. Saúde: Aumento da oferta médica, bem como a prevenção de problemas de saúde pública, desencorajamento às drogas e ao tabaco;
- e. Habitação e espaço físico: Melhorias inerentes ao mercado habitacional, melhorando as habitações e o espaço físico envolvente. Enfoque sobre a relação entre vizinhanças;
- f. Mercado de trabalho: Aumento da oferta de trabalho para os moradores dos bairros abrangidos.

O programa *New Deal for Communities* terminou em 2011, pelo que de acordo com o *Forum Donegall Pass Community (2010)*, foi elaborado um programa de orçamento de governo 2008-2018, para a continuação do desenvolvimento de certos pontos do programa (figura 2.2 e tabela 2.2):



**FIGURA 2.2 MAPA DA LOCALIZAÇÃO DAS VÁRIAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA (FORUM DONEGALL PASS COMMUNITY, 2010)**

**TABELA 2.2 ORÇAMENTO ALOCADO DE ACORDO COM A FIGURA 2.2 (FORUM DONEGALL PASS COMMUNITY, 2010)**

Zona	Bairro/Comunidade	Valor alocado (€)	População
	Hartlepool (West Central Hartlepool)	53794000	9092
	Middlesbrough (West)	52126000	7330

Zona	Bairro/Comunidade	Valor alocado (€)	População
1	Newcastle (West Gate)	54900000	9336
	Sunderland (East End and Hendon)	53895000	8784
2	Knowsley (North Huyton)	55800000	9318
	Liverpool (Kensington)	61912300	10589
	Manchester (Beswick & Openshaw)	51725000	8262
	Oldham (Hathershaw and Fitton Hill)	53530000	9367
	Rochdale (Old Heywood)	52003000	9136
	Salford (Charlestown and Lower Kersal)	53000000	10985
	Bradford (Little Horton, Marshfield & West	49975000	10393
3	Doncaster (Doncaster Central)	52000000	5581
	Hull (Preston Road)	54969000	9432
	Sheffield (Burngreave)	52000000	8770
	Derby (Derwent)	42000000	12405
4	Leicester (Braunstone)	49500000	8976
	Nottingham (Radford & Hyson Green)	55112000	17861
	Birmingham (Aston)	54000000	9685
5	Birmingham (Kings Norton)	50000000	7315
	Coventry (Wood End, Henley Green,	54000000	12145
	Sandwell (Greets Green)	56000000	11965
	Walsall (Bloxwich East and Leamore)	52000000	10877
	Wolverhampton (All Saints and Blakenhall)	53500000	7976
	Luton (Marsh Farm)	48835000	8110
6	Norwich (North Earlham & Marlpit)	35200000	8110
	Brighton (East Brighton)	47200000	16809
7	Southampton (Thornhill)	48700000	9743
	Bristol (Barton Hill)	49994876	5299
8	Plymouth (Devonport)	48725000	4972
	Brent (South Kilburn)	50060000	6962
9	Hackney (Shoreditch)	59400000	20306
	Hammersmith & Fulham (North Fulham)	44268000	9112
	Haringey (Seven Sisters)	50121000	10737
	Islington (Finsbury)	52900000	8946
	Lambeth (Clapham Park)	56000000	7262
	Lewisham (New Cross Gate)	45000000	8047
	Newham (West Ham & Plaistow)	54565000	10126
	Southwark (Aylesbury Estate)	56200000	7557
	Tower Hamlets (Ocean Estate)	56600000	7401

Como é possível perceber pela tabela anterior, o apoio é feito e maioria a bairros periféricos das principais cidades, e que por serem mais problemáticos, requerem mais cuidados. De salientar ainda que os dados anteriores devem ser revistos com precaução, uma vez que estes foram retirados de uma fonte sem fundamentação técnica conhecida (*forum donegall pass community*, 2010).

De acordo com o *the quick guide to neighbourhood planning* (2013), o governo de Inglaterra lançou em 2012 uma verba de 9,5 milhões de dólares, com o intuito de colocar em prática o “*England Neighbourhooh Planning*. Este é um programa que se destina à

ajuda de áreas e bairros de todo o país criando planos de sustentabilidade ao nível do bairro.

A legislação “*the localism act 2011*”, introduziu a necessidade de se efetuarem estes planos de sustentabilidade ao nível do bairro sendo que a sua elaboração levou à participação ativa da comunidade local (*the quick Guide to neighbourhood planning*, 2013).

Estes planos são utilizados para aferir o futuro das zonas abrangidas, tornando-as mais aptas para se viver, com a escolha da localização de novas habitações e infraestruturas, como vão ser construídas e a permissão de planeamento para a construção dos novos edifícios (*the quick guide to neighbourhood planning*, 2013).

As comunidades de apoio aos planos de sustentabilidade ao nível do bairro serão apoiadas de duas maneiras:

- Apoio direto, através do aconselhamento e apoio, com um valor médio de 9500 dólares (necessidade de apoio dos bairros);
- Concessão de pagamentos: até 7000 dólares por área de bairro, para cobrir custos inerentes ao planeamento de sustentabilidade do bairro.

Este programa de apoio destina-se a apoiar o planeamento dos planos de cada bairro em várias áreas (contexto geográfico e temático). Existe um formulário que cada grupo de responsáveis pelo bairro pode preencher (a pretensão da bolsa tem de atender aos critérios de elegibilidade). Podem ser eleitos para bolsas deste género cidades, juntas de freguesia e fóruns de bairro para o planeamento dos planos de sustentabilidade ao nível do bairro (*the quick guide to neighbourhood planning*, 2013).

De acordo com *the quick guide to neighbourhood planning* (2013), um plano de bairro é uma espécie de “legislação comunitária” que leva à criação de um guia para o crescimento da área em questão. Conta com as metas, objetivos, políticas e propósitos para o desenvolvimento futuro de cada um dos bairros que estre neste projeto.

Em si, estes planos de sustentabilidade ao nível do bairro são constituídos pelos seguintes elementos, pertencentes à “*localism act*” (*the quick guide to neighbourhood planning*, 2013):

- A existência dos “*neighbourhood development orders*” (destinados ao âmbito das freguesias, concelhos de bairro ou fóruns), meios que se destinam a conceder a permissão de planeamento para certos tipos de desenvolvimento a áreas específicas. É aplicado em todo ou em parte da área de atuação;
- Fase de determinação da finalidade de elaboração dos planos de bairro;
- A elaboração do plano-projeto dos planos de bairro.

A produção dos planos de sustentabilidade ao nível do bairro é realizada através das seguintes fases: Delimitação da área geográfica de aplicação, qualificação das fronteiras de aplicação, preparação do suporte à decisão dos planos de sustentabilidade ao nível do bairro (mapas, documentação, legislação, entre outros elementos), construção de uma base de evidência (com a realização do balanço da situação de cada bairro concorrente, no contexto económico, social, ambiental e em termos de infraestruturas) envolvimento da população, através reuniões, publicidade, apoios locais, *empowerment*, informação, envolvimento de especialistas, utilização da criatividade, *marketing* por *target* e utilização dos meios de suporte informático (internet), pré-submissão do plano, submissão do plano, revisão do plano e sua colocação em prática quando não existirem objeções (*the quick Guide to neighbourhood planning*, 2013).

## Process Diagram

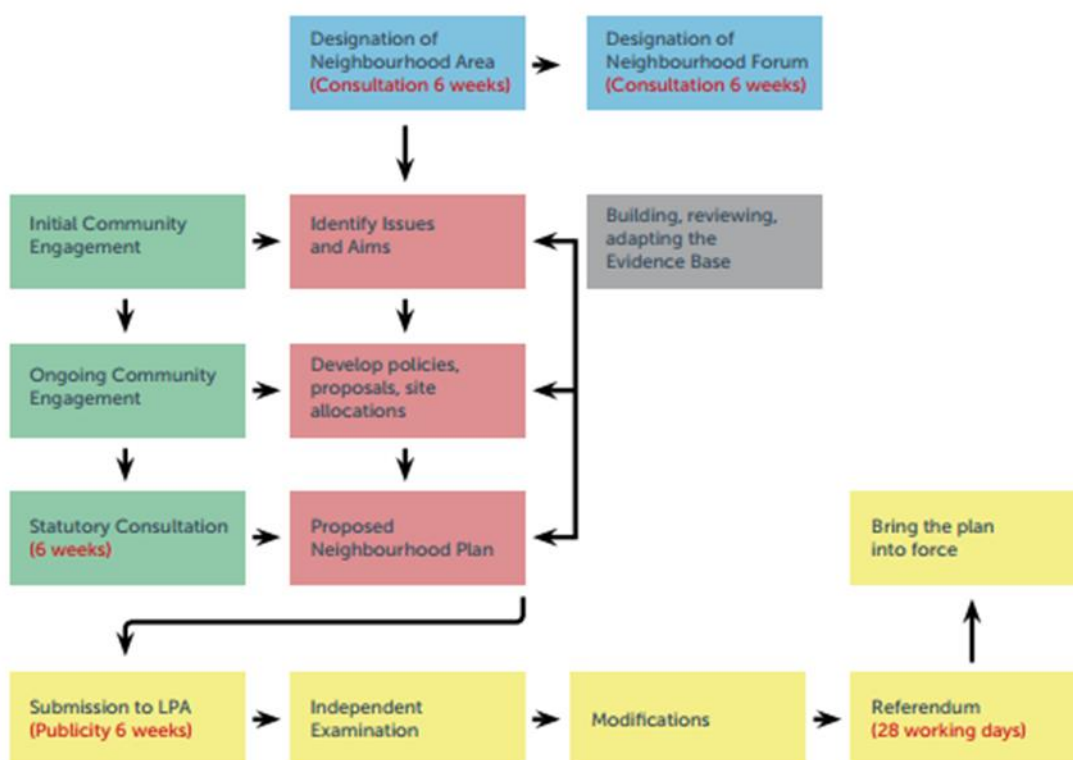


FIGURA 2.3 DIAGRAMA DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO ENGLAND NEIGHBOURHOOD PLANNING (THE QUICK GUIDE TO NEIGHBOURHOOD PLANNING, 2013)

### 2.2.3 Suécia – Swedish strategy for sustainable development

A Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável da Suécia, surgiu com o intuito de criar um desenvolvimento do país eficaz, em prol dos recursos, salvaguardando as gerações futuras, integrando as três dimensões aleadas a este conceito: dimensões social, económica e ambiental (*svenska regeringen kontor*, 2005). A primeira estratégia de

desenvolvimento sustentável surgiu em 2002, sendo que em 2004 obteve a primeira revisão e uma segunda em 2005. Daqui saíram os principais vetores inerentes a esta estratégia, nomeadamente (*svenska regeringen kontor, 2005*):

- I. Desenvolvimento local em regiões metropolitanas;
- II. O poder do cidadão decidir – Direito à participação;
- III. Investigação para uma vida melhor;
- IV. Objetivos para a qualidade ambiental Sueca – Uma responsabilidade partilhada;
- V. Revolução positiva no ensino;
- VI. Direito à informação do público;
- VII. Estratégia nacional para o desenvolvimento rural;
- VIII. Plano Nacional de ação para os direitos urbanos;
- IX. Energia sustentável com o vento;
- X. Plano Nacional para a eficiência energética;
- XI. Programa de cuidados alimentares;
- XII. Política da pesca.

Com a delimitação desta estratégia, saiu em 2004 o documento “ *From IT policy for society to a policy for the Information*”, resumindo a estratégia em três partes (*ministry of industry, 2005*). Uma primeira parte que se refere ao progresso no desenvolvimento sustentável nos últimos anos (inclusive no capítulo das comunidades sustentáveis, de maior interesse para o âmbito desta dissertação), os desenvolvimentos quotidianos nos capítulos da saúde, igualdade de direitos, promoção da evolução demográfica e encorajamento para o crescimento sustentável. Finalmente os pré-requisitos em evoluções futuras (*Ministry of Industry, 2005*).

O capítulo das cidades sustentáveis inclui na sua génese a aplicação de políticas ativas de emprego, habitação e alocação de recursos, promovendo uma igualdade de oportunidades entre todos. Estas políticas, inseridas nesta estratégia, têm como finalidade fazer frente a problemas que afetam alguns bairros degradados, nomeadamente as mudanças demográficas (migração), envelhecimento da população, as tendências de despovoamento de zonas menos densamente povoadas entre outros fatores (*ministry of industry, 2005*).

A Suécia, como pertencente ao leque dos países mais desenvolvidos, é-lhe atribuída uma responsabilidade especial, no sentido de criar este tipo de comunidades, utilizando a construção sustentável (*svenska regeringen kontor, 2005*). Para que isso ocorra, o planeamento da cidade deve facilitar o comportamento sustentável a ter por parte dos

cidadãos (*svenska regeringen kontor*, 2005). De seguida incluem-se os objetivos que são aplicados neste capítulo da estratégia (*svenska regeringen kontor*, 2005):

- I. Promoção do desenvolvimento sustentável de acordo com o local e condições regionais;
- II. Garantia das condições de segurança e acessibilidade em ambientes urbanos, tornando estas condições mais acessíveis a todos;
- III. Incentivo ao espírito de pertença e participação ativa por parte da população;
- IV. Promoção da revertência de situações de segregação social e económica, bem como os problemas relacionados com discriminação nas áreas metropolitanas;
- V. O direito a que todos possuam uma habitação digna.

As metas distinguem-se naturalmente dos objetivos anteriormente mencionados, sendo os seguintes para o capítulo das cidades sustentáveis (*Svenska regeringen kontor*, 2005):

- Criação de medidas de proteção ambiental locais e municipais, realizadas de acordo com o programa de governo sueco, designado de “*swedish environmental quality objectives – a shared responsibility*”;
- Promoção por parte do governo da realização de um inquérito, intitulado de “*commission on climate and vulneability*”;
- A revisão da legislação do planeamento “*planning and building act*”;
- O desenvolvimento rural, tendo como vetor principal a agricultura. Não só para promover a economia local, mas também a nacional e os pontos de vista social e ambiental;
- Preparação de um novo relatório sobre o desenvolvimento urbano sustentável;
- Gotemburgo e Malmo efetuarão uma revisão dos acordos para o desenvolvimento local;
- Criação de um plano nacional para a eficiência energética;
- Combater a sexualização da esfera pública;
- Execução de programas de combate à discriminação, com a finalidade de que todos beneficiem dos mesmos direitos.

De acordo com a agência *the swedish environmental protection* (2004), a estratégia para o desenvolvimento sustentável sueca, utiliza o programa de financiamento LIP, “*Local Investiment Programme*”, com o intuito de financiar os projetos que coadunam com a sustentabilidade. O governo sueco, com os LIP, alocou um total de 6,1 biliões de coroas suecas para estes projetos, incluindo as Agendas 21. Projetos tais como *Vastra Hammen*, em Malmo e ainda *Hammarby Sjostäd*, em Estocolmo, foram comparticipados com uma

alocação total de 770 milhões de coroas suecas (*Agency the swedish environmental protection, 2004*).

No que diz respeito à participação pública, a aposta vai para uma visão democrática, em que todos são chamados a intervir no processo de decisão (*ministry of industry, 2005*). Para que tal se cumpra, e para que em futuro todos trabalhem para a construção de uma sociedade sustentável, é essencial que a educação exerça um papel fundamental, desde a educação básica, até ao ensino profissional de adultos, inculcando a definição do termo “participação pública” (*svenska regeringen kontor, 2005*).

De acordo com *Svenska regeringen kontor (2005)*, “a implementação da estratégia de desenvolvimento sustentável da suécia é reforçada pela partilha de experiências a nível local e regional, com organizações não-governamentais e do setor privado. Está incluída a metodologia da agenda 21 Local, estando cada vez mais voltada para a ação.

O Governo criou um concelho para o desenvolvimento sustentável sob o *National board of building*, com o intuito de promover a aplicação de Agenda 21. A tarefa deste concelho é a de apoiar ativamente os esforços de desenvolvimento sustentável local e regional, promovendo o diálogo entre os diferentes atores, facilitando a aplicação da estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável. O conhecimento e a experiência dos diferentes atores devem ser utilizados (*svenska regeringen kontor, 2005*).

Assim, e utilizando esta metodologia, pretende-se a aplicação de uma perspetiva “*bottom-up*”, isto é, iniciativas que procedem às necessidades das pessoas que vivem nos bairros envolvidos, dando-lhes oportunidade de ajudar e orientar políticas de aplicação metropolitana e local (*Svenska regeringen kontor, 2005*).

#### **2.2.4 Espanha – Estratégia Nacional de Sustentabilidade Urbana e Local**

A Estratégia Espanhola de Sustentabilidade Urbana e Local (EESUL) é um documento oficial que se apresenta como sendo um quadro estratégico que define princípios, objetivos, diretrizes e medidas de execução permitindo o progresso no sentido de que haja uma maior sustentabilidade no meio urbano (*Gobierno de España, 2011*). A estratégia foi coordenada pelo Ministério do Ambiente, Assuntos Rurais e do Mar, bem como pelo Ministério da Habitação e Urbanismo entre outras entidades (*Gobierno de España, 2011*). Os planos de sustentabilidade ao nível do bairro em Espanha articulam-se com esta estratégia nacional, incluindo os três seguidamente apresentados neste estudo: Madrid (*planes de barrio*), Coruña (Cidad dos barrios) e Barcelona (revitalização dos bairros históricos) (*Gobierno de España, 2011*).

A estrutura desta estratégia está relacionada com a estrutura do próprio documento estratégico. Numa primeira fase, foi feita uma análise crítica da situação atual, com a descrição do quadro geral do contexto urbano do país (*Gobierno de España, estratégia*

*española de sostenibilidad urbana y rural*, 2011). Procede à descrição de um conjunto de áreas temáticas consideradas prioritárias (*Gobierno de España, estratégia española de sostenibilidad urbana y rural*, 2011): instrumentos territoriais, acessibilidade, mobilidade e transportes, gestão e governança, construção e reabilitação e por fim o papel das Alterações climáticas (papel pouco relevante para o objetivo deste estudo). De seguida, foram declarados os princípios e objetivos gerais que contemplam esta estratégia, passando pelo desenvolvimento de cada uma das áreas temáticas.

Finalmente são implantadas medidas, posteriormente sujeitas a acompanhamento e monitorização (*Gobierno de España, estratégia española de sostenibilidad urbana y rural*, 2011).

A presente estratégia de sustentabilidade local funciona sobre um conjunto de princípios orientadores (*Gobierno de España, 2011*): Ecoeficiência e produção de recursos; Equidade; solidariedade interterritorial, precaução, Integração dos conceitos de conservação, uso sustentável, melhoria e restauração do património cultural, paisagem e políticas urbanas, assim como o princípio da garantia de informação e participação dos cidadãos.

Após a escolha das áreas temáticas de atuação, procedeu-se como já foi referido à definição de objetivos por cada área temática existente (*Gobierno de España, 2011*):

**TABELA 2.3 MEDIDAS GERAIS POR CADA ÁREA TEMÁTICA DA ESTRATÉGIA ESPANHOLA DE SUSTENTABILIDADE URBANA E LOCAL (GOBIERNO DE ESPAÑA, 2011)**

<b>Área temática</b>	<b>Medidas gerais</b>
<b>Urbanismo e desenvolvimento territorial</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Controle de expansão urbana, minimizando a ocupação do solo, protegendo os espaços culturais e elementos da imagem urbana e memória histórica. Proteção dos recursos naturais inerentes mais valiosos no ponto de vista ambiental, respeitando a singularidade das complementaridades entre o urbano e rural;</li> <li>-Promoção da compactação e da centralidade das cidades, promovendo a melhoria e valorização do património construído e aplicação do contexto de regeneração urbana em algumas áreas carentes de intervenção.</li> <li>- Pretende-se restaurar a credibilidade potencial, agilidade e transparência dos vários instrumentos de planeamento</li> </ul>
<b>Mobilidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Integração das políticas de mobilidade; promover o desenvolvimento económico e aumentar a competitividade no</li> </ul>

	contexto da mobilidade sustentável. Melhorar a qualidade do ar, reduzindo as emissões dos GEE e níveis de ruído. Objetivos definidos no contexto da Estratégia espanhola de desenvolvimento Sustentável.
<b>Construção e Reabilitação urbana</b>	-Diminuição da ocupação do solo, promovendo a valorização do património construído, reabilitando-o, construindo uma cidade compacta e diversificada. Nas habitações em si, pretende-se a utilização mínima de recursos para a sustentação da vida dos alojados, diminuindo a poluição, aplicando a política dos 3 R's nos resíduos. Pretende-se promover a moderação no consumo de energia elétrica, gás e água. Pretende-se também a sensibilização da importância do ciclo de vida dos materiais.
<b>Alterações Climáticas</b>	-Redução de emissões de GEE -Adaptação da estrutura das cidades às alterações climáticas
<b>Relação entre o rural e o Urbano</b>	-Pretende-se reforçar a complementaridade entre o contexto rural e o contexto urbano, com base na solidariedade, confiança e compreensão. Diminuição dos impactos negativos da evolução da cidade no contexto rural.

No capítulo da participação pública, esta estratégia conta com a execução dos orçamentos participativos, sendo estes considerados por este documento, instrumentos de descentralização administrativa e implicação direta na gestão urbana. Mediante uma fatia de orçamento disponível, este documento prevê que a população decida as áreas ou projetos mais prioritários para que este seja utilizado. Neste capítulo, a estratégia em análise pressupõe a participação ativa da população nas fases de diagnóstico, redação, aprovação e seguimento dos planos, designadamente neste âmbito, dos planos de sustentabilidade ao nível do bairro (*Gobierno de España, 2011*).

### **2.2.5 França – *Politique de la Ville***

Com o objetivo de tornar os bairros e as cidades Francesas mais sustentáveis, foi criado o programa “Politique de la Ville” (*Ministère Délégué à la Ville, 2013*). Este programa de sustentabilidade é principalmente dirigido aos bairros mais problemáticos, sendo aplicado localmente, mediante contratos efetuados entre o estado e autoridades locais (*Ministère Délégué à la Ville, 2013*).

Ao longo dos anos de desenvolvimento da “*Politique de la Ville*”, surgiram vários contratos com objetivos inerentes à sustentabilidade Urbana, nomeadamente (Ministère Délégué à la ville, 2013):

- O programa “*Habitat et Vie Sociale*” (1970): O primeiro dispositivo baseado num contrato “top-down”, entre as autoridades locais e as organizações de habitação social, com o intuito de melhorar o conforto dos inquilinos dos edifícios e o desenvolvimento dos espaços coletivos. Foi aplicado naquela época a 39 locais de áreas urbanas periféricas das cidades, atuando sobre um conjunto total de 60000 habitações;
- *Les Conventions de Développement Social des Quartiers*” (Anos 80): Os contratos realizados anteriormente, passam a envolver o bem-estar social da população. A década de 80 terminou com a aplicação deste dispositivo a 136 áreas sensíveis;
- Os “*Contrats de Ville*” (1994): Com a aplicação dos “*Grands Projects de Ville*” e “*Grans Projects Urbains*” (contratos entre comunas. A título de exemplo o GPV de Bassens-Cenon-Loirac-Dormont, ainda existente);

Neste momento encontram-se em desenvolvimento os chamados de Contratos Urbanos de Coesão Social (CUCS), que irão ser estendidos até 2014.

De acordo com o *Ministère Délégué à la Ville* (2013), este programa abrange um grande número de atores, nomeadamente a ACSE (*L’Agence Nationale pour la Cohésion Sociale et Légalité des Chances*), EPARECA (*l’Etablissement Public National d’Aménagement et de Restructuration des Espaces Commerciaux et Artisanaux*), EPIDE (*L’Etablissement Public d’Insertion de la Defense*), *l’Etablissement Public d’Insertion de la Defense* e URBACT (programa que proporciona a troca de experiências entre cidades europeias, para além da entidade governamental).

Os atuais CUCS referem-se a um conceito, não muito diferente dos programas anteriores. Isto é, referem-se a contratos formais assinados entre as autoridades locais de cada bairro/zona considerados sensíveis, e cobrem um período de três anos. Destina-se a trazer a sustentabilidade aos bairros e zonas mais degradadas, fazendo com que estes apresentem condições de vida mais dignas (*Ministère Délégué à la Ville*, 2013).

A ação das CUCS é incidente em cinco prioridades principais: i) Acesso ao emprego e desenvolvimento económico; ii) Melhoria da habitação e meio ambiente; iii) Sucesso escolar e igualdade de oportunidades; iv) Cidadania e prevenção contra a delinquência; v) Acesso à saúde (*ministère délégué à la ville*, 2013).

Em termos de aplicabilidade técnica, o programa “*Politique de la Ville*” intervém nos seguintes campos de ação (*ministère délégué à la Ville*, 2013):

- **Cultura:** Redução das desigualdades regionais, promovendo a coesão social e aumentar o acesso de todos à cultura;
- **Mediação Social:** Uma ferramenta, cujo objetivo é o da resolução de tensões e de ligação entre bairros e instituições locais;
- **Desenvolvimento económico:** A Secretária-geral da cidade, a ACSE e a *Caisse de Dépôts* (um banco de investimentos Francês), elaboraram uma parceria para financiar diretamente ou indiretamente o desenvolvimento económico dos bairros abrangidos;
- **Formação profissional:** Desenvolvimento de dispositivos de apoio à empregabilidade. É mencionada a execução de medidas que visam a diminuição do desemprego jovem, através do mecanismo “ *le développement de l’alternance*” através de contratos de aprendizagem e contratos profissionais;
- **Emprego:** A lei “*d’orientation et de programmation pour la ville*”, definida a 1 de Agosto de 2003, e que tem como objetivo principal no mercado de trabalho a redução em um terço o número de desempregados nas zonas urbanas sensíveis;
- **Solidariedade digital:** O acesso às ferramentas digitais é um objetivo importante no que diz respeito à sustentabilidade dos bairros. Algumas medidas incluem o acesso à internet para todos, promoção da utilização inteligente da Internet, assim como a redução das desigualdades de informação;
- **Reabilitação urbana:** A deterioração das condições habitacionais dos bairros pertencentes às zonas urbanas sensíveis levou a criação de um programa nacional de renovação urbana, que prevê um esforço nacional sem precedentes para reabilitar áreas sensíveis;
- **Educação:** Diminuição das desigualdades na educação, que ocorrem nas áreas urbanas sensíveis, onde o insucesso escolar e as dificuldades de integração dos jovens são mais importantes. Para isto, o Ministério da educação envolveu-se com a finalidade de apoiar os jovens fora dos horários letivos, melhorando o incentivo às práticas letivas;
- **Desporto:** Realização de iniciativas no campo do desporto, com o objetivo de promover hábitos de vida saudáveis e laços sociais. A secretária-geral da cidade promove neste campo uma proximidade entre os jovens e os clubes locais que se encontram em especial nas ZUS;
- **Saúde:** No ano de 2001, foi criado o “*l’atelier santé ville*” (Oficina da saúde), destinando-se a definir os projetos de coordenação local de saúde, nomeadamente entre as partes interessadas e os próprios profissionais de saúde. São privilegiados a prevenção e promoção da saúde, através da sensibilização

acerca de temas específicos, dos quais são relevantes e de elevada prevalência nas ZUS, nomeadamente: Vícios, problemas psicológicos, obesidade, doenças cardiovasculares, doenças cardiorrespiratórias crónicas e outras problemáticas de saúde pública.

De acordo com Sintomer & de Maillard (2007), a participação pública deste programa fomentou desde cedo os conceitos de “diálogo entre instituições”, “participação nas decisões”, “cidadania”, “parceria” e “contratos”. Esta política promove uma espécie de “interpelação recíproca”, constituindo um processo de diálogo mutuo e crítica entre os diversos públicos, atores privados, governos locais e ONG’S.

Ainda de acordo com Sintomer & de Maillard (2007), a tática de participação principal utilizada para estes planos de sustentabilidade ao nível do bairro centraliza-se nos chamados “Conselhos de Bairro” ou em Francês “*Quartier Councils*”, que juntam representantes das partes já anteriormente mencionadas para a tomada de decisões. Em certos bairros, foi implementada uma dinâmica “*down-top*”, com base na criação dos designados de “*Comités de Quartier*”, inicialmente apenas nos bairros mais desfavorecidos. Foi aplicado mais tarde a todos os bairros abrangidos pelo programa, de cidades com mais de 80000 habitantes. De todos os bairros pertencentes a este programa identificaram-se algumas características semelhantes (Sintomer & de Maillard, 2007):

- Os administradores governamentais organizam regularmente a chamada “vizinhança aberta”, onde estão presentes todos os cidadãos que queiram participar;
- Em cada bairro reúnem-se também os concelhos formais de bairro. Aqui, fundem-se na discussão os vários atores locais, nomeadamente governantes locais, ONG’S, residentes e associações de moradores. Por eleição, são eleitos em cada bairro os designados de “concelheiros” (uma espécie de presidentes da assembleia de cada uma das reuniões);
- Nos “concílios de bairro”, no geral, são apresentadas as principais ideias de cada política, sendo que são apenas discutidas políticas mais “microlocais”.

### **2.2.6 Portugal – Política de Cidades POLIS XXI**

A Política das Cidades POLIS XXI encontra-se atualmente no período de operacionalização de 2007-2013 (Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, 2008). Procura responder aos desafios crescentemente complexos que se colocam às cidades, superar as debilidades do sistema urbano nacional e transformar as cidades Portuguesas motores efetivos de desenvolvimento das regiões e do país. Este plano

nacional tem como ambição tornar as cidades Portuguesas (Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, 2008):

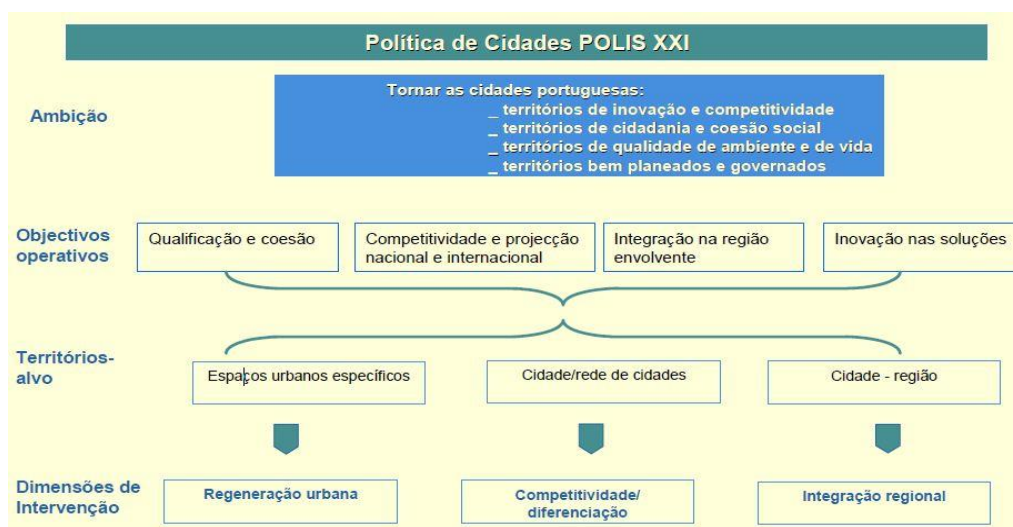
- Cidades como territórios de inovação e competitividade;
- Cidades como territórios de cidadania e coesão social;
- Cidades como territórios de qualidade de ambiente e vida;
- Cidades como territórios bem planeados e governados.

Para o presente período 2007-2013, a Política de Cidades POLIS XXI, tem para as cidades contempladas os seguintes objetivos (Ministério do Ambiente, 2008):

- Qualificar e integrar os distintos espaços de cada cidade, visando um funcionamento urbano globalmente inclusivo, coerente e sustentável e mais informado pela participação dos cidadãos;
- Fortalecer e diferenciar o capital humano, institucional, cultural e económico de cada cidade, no sentido de aumentar o leque de oportunidades individuais e coletivas e, assim, reforçar o papel regional, nacional e internacional das aglomerações urbanas;
- Qualificar e intensificar a integração da cidade na região envolvente, de forma a promover relações de complementaridade mais sustentáveis entre os espaços urbanos e rurais e a dotar o conjunto de cada cidade-região de um maior potencial de desenvolvimento;
- Qualificar e intensificar a integração da cidade na região envolvente, de forma a promover relações de complementaridade mais sustentáveis entre os espaços urbanos e rurais e a dotar o conjunto de cada cidade-região de um maior potencial de desenvolvimento;

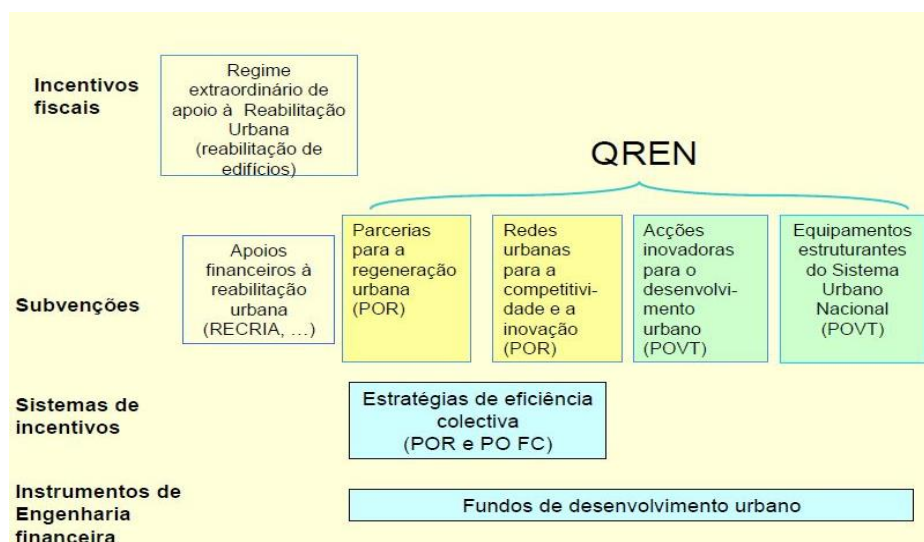
Esta política possui três domínios de intervenção distintos, cada um correspondente a um tipo de território alvo. Existe a dimensão da regeneração urbana, que se dirige a espaços *intraurbanos* específicos, visando a coesão e coerência do conjunto da cidade. A dimensão da competitividade e diferenciação, colocando ênfase na cidade, enquanto “nó de redes” de inovação e competitividade de âmbito nacional e internacional. Finalmente, o domínio de integração regional (dimensão que atua no conceito de cidade-região) (Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, 2008).

A figura 2.4 explica como decorre a política das cidades POLIS XXI, em termos metodológicos:



**FIGURA 2.4 METODOLOGIA DO FUNCIONAMENTO DA POLÍTICA POLIS XXI (MINISTÉRIO DO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, 2008)**

A Política de Cidades POLIS XXI contém um conjunto de instrumentos de política, nomeadamente nas categorias de incentivos fiscais, subvenções, sistemas de incentivos e instrumentos de Engenharia financeira, como esclarece a figura 2.5 (Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, 2008).



**FIGURA 2.5 POLÍTICA DE CIDADES POLIS XXI: INSTRUMENTOS DE POLÍTICA (MINISTÉRIO DO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, 2008)**

A aplicação desta política é feita de acordo com uma abordagem descentralizada, em que se destacam os seguintes princípios:

- Iniciativa Local: A concretização da Política de Cidades depende de propostas locais, não havendo uma predefinição das cidades a apoiar no âmbito de cada um dos instrumentos de política;
- Procedimento concursal: A afetação de recursos financeiros no quadro da Política de Cidades depende da qualidade das propostas candidatas pelos atores locais. A avaliação das candidaturas será feita em função da coerência estratégica, da inovação, do valor acrescentado e da qualidade das parcerias revelados pelas propostas, tendo em conta as opções territoriais e as orientações definidas no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e nos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT);
- Programação estratégica: As propostas de candidatura apoiam-se em programas de ação estratégicos, elaborados a partir de uma visão partilhada dos objetivos e opções de desenvolvimento da cidade pelos vários atores envolvidos e que garantem a convergência de atuação desses vários atores;
- Parceria e Contratualização: A concretização da Política de Cidades pressupõe o recurso generalizado ao princípio da contratualização, tanto ao nível local, através do estabelecimento de parcerias sólidas para a prossecução dos objetivos programados, como no acesso aos recursos financeiros que o estado disponibiliza para o efeito.

### 3 Planos de bairro - casos de estudo

#### 3.1 Bairro de *Hassenbergl* - Munique



FIGURA 3.1 BAIRRO DE HASSENBERGL, MUNIQUE, E RESPECTIVA LOCALIZAÇÃO (LANDESHAUPTSTADT MÜNCHEN, 2008)

De acordo com Ritter, Wagner, Rott, & Eberhard (2003), a cidade de Munique apresentava antes da elaboração do programa *Soziale Stadt* algumas fragilidades referentes à manutenção dos edifícios, espaços verdes, deficiência nos transportes, problemas sociais e ao nível da economia local. Foi com o intuito de mitigar estas problemáticas que em 2003 a cidade de Munique aderiu ao *Soziale Stadt*. Este programa foi aqui dirigido por um grupo de pessoas pluridisciplinar permanente (formado pelos departamentos do serviço social, departamento do trabalho e da economia, departamento da saúde e ambiente, departamento do planeamento urbano e construção), e um agrupamento formado por participantes de outras unidades urbanas entre outros especialistas (*Landeshauptstadt München*, 2013).

Em termos geográficos, o programa *Soziale Stadt* trabalha em Munique exercendo trabalho nas áreas carentes de remodelações, reabilitações e renovações urbanas (Constantes no Anexo I da presente dissertação) (*Landeshauptstadt München*, 2013). Neste trabalho opta-se por tratar mais em pormenor o exemplo do Bairro de Hassenbergl (figura 3.1). No anexo II, encontra-se a planta do mesmo.

O plano de ação encontra-se obviamente relacionado com o geral (capítulo 2.2.1), sendo que neste caso tem vindo a sofrer retificações ao longo do tempo, fruto natural das adaptações às realidades locais. O plano de ação passa pelo desenvolvimento do *design* urbano, social, cultural, educacional, saúde, ecologia e economia local, numa abordagem holística e de integração de recursos (*Landeshauptstadt München*, 2013). Este constante desenvolvimento do plano de ação foi influenciado pela participação pública (partes

interessadas e atores locais). Em termos específicos, as áreas de atuação são: condução de um processo de participação pública eficaz, atuação no ambiente residencial (habitações), espaço público, infraestruturas e projetos sociais, medidas de dinamização da economia local, cultura e desporto e gestão adequada de recursos financeiros.

Na tabela seguinte, encontram-se alguns dos projetos em concreto, pertencentes aos campos anteriores, realizados pelo Soziale Stadt de Munique, Bairro de Hassenbergl (Landeshauptstadt München, 2008):

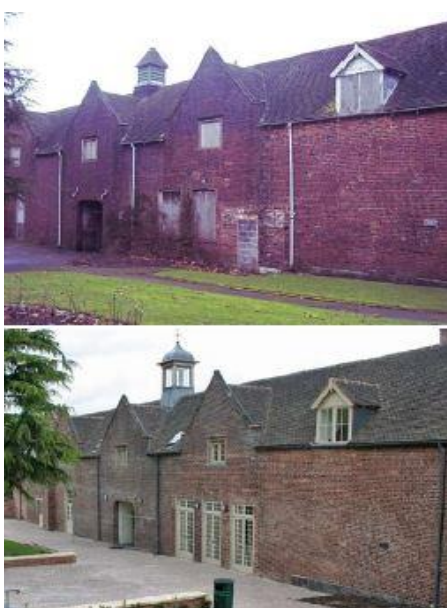
TABELA 3.1 PROJETOS DE *HASSENBERGL*

Projeto	Finalidade
<b>Melhoria do ambiente comercial e residencial</b>	Melhoria dos espaços de estacionamento, com o seu aumento/reparação e de equipamentos que promovam a qualidade de vida. Construção de parques de estacionamento abertos, intercalado com trilhos envoltos de espaços verdes.
<b>Melhoria dos espaços verdes do bairro</b>	Beneficência dos espaços entre edifícios, com o reforço das áreas de plantio. Melhoria dos pavimentos.
<b>Melhoria da conexão pedonal entre o norte e o sul do Bairro de Hassenbergl</b>	Redução das barreiras sociais e melhoria da acessibilidade pedonal.
<b>Processo de participação pública</b>	Promoção da participação ativa dos cidadãos. Facilitação e apoio a todo o processo de participação pública e envolvimento dos vários atores locais.
<b>Criação de um meio de comunicação e divulgação de notícias do bairro – O jornal “<i>Kurz und Bündig</i>”.</b>	Informar os moradores sobre notícias e atividades no contexto social e cultural que estejam a ser realizadas no bairro.
<b>Campanha de marketing/publicidade positiva em prol da imagem do bairro</b>	Mobilização de meios e profissionais para trabalhar em prol de uma campanha publicitária e de <i>marketing</i> para melhoria de imagem do bairro, para com o exterior. A finalidade é a de tornar o bairro mais atrativo para novos moradores.

<b>Formação extracurricular para os jovens</b>	Dirigido para os jovens dos 10 aos 18 anos, este destina-se a ocupá-los e ao mesmo tempo para captar talentos em áreas como a música. Foi criada uma infraestrutura para este efeito.
<b>Ampliação da zona comercial local</b>	Dinamização da economia local, a partir da instalação de um supermercado, restaurante, uma farmácia e escola de condução. Criação de postos de trabalho.
<b>Criação de infraestruturas, tais como oficinas e salas de formação.</b>	Valorização de capacidades de pessoas desfavorecidas, por forma a conseguirem emprego em determinada área.

De acordo com Ritter, Wagner, Rott, & Eberhard (2003), a participação pública consistiu no envolvimento direto da população, através da elaboração de questionários e foruns de participação pública. São vários os atores envolvidos desde o nível estatal até ao nível do bairro. Ao nível estatal, destaca-se a participação do departamento dos Serviços Sociais, o Ministério do trabalho e da Economia, assim como o Ministério do Ambiente e o Departamento de Planeamento Urbano e Regulamentos de Construção. Já ao nível do bairro, destaca-se a participação atores locais tais como estabelecimentos de ensino, empresas locais e os próprios moradores ( Ritter, Wagner, Rott, & Eberhard, 2003).

### 3.2 O Bairro de *Aston pride* - *Birmingham*



Trata-se de um caso de regeneração urbana, que iniciou no ano de 2001 na localidade de *Aston*, no distrito de *Birmingham* (Kattri, Woodland, Fiddes, & Barret, 2011). Esta é uma das 39 áreas abrangidas pelo programa *New Deal For Communities*, cumprindo os critérios correspondentes (Localização geográfica da zona de atuação encontra-se no anexo III). O financiamento foi realizado a longo prazo, permitindo às parcerias atuar com uma maior eficácia. Operou entre 2001 e 2011, tendo sido atribuído a este programa 54 milhões de euros (Kattri, Woodland, Fiddes, & Barret, 2011).

FIGURA 3.2 *ASTON PRIDE: O ANTES E O DEPOIS* (KATTRI, WOODLAND, FIDDES, & BARRET, 2011)

Ao longo de 10 anos, este programa realizou em *Aston* 135 iniciativas ou projetos, concebidos para melhorar a vida dos cerca de 10000 moradores da região.

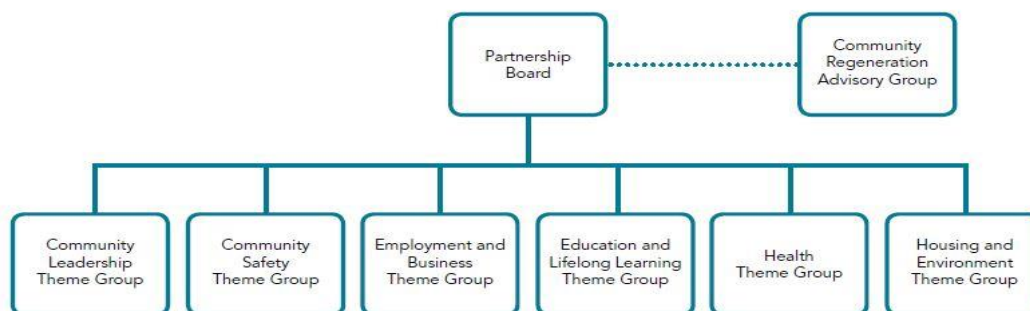
Em termos concretos, os resultados debruçaram-se sobre as seguintes áreas (Kattri, Woodland, Fiddes, & Barret, 2011):

- Saúde: Abertura do Centro comunitário de saúde, permitindo o alargamento dos cuidados de saúde local em número de especialistas e em alargamento de horários de atendimento;
- Educação: Melhoria da performance de ensino das escolas locais em termos de resultados. Os moradores foram beneficiados com a colocação de 250 computadores em suas casas, assim como foi financiado o acesso à internet;
- Emprego: Foram oferecidos 1328 empregos aos habitantes locais;
- Segurança local: Melhoria da segurança local com diminuição do índice de criminalidade e taxas de assalto. Tornou-se a terceira zona mais segura do Reino Unido, graças às parcerias feitas na área da segurança;
- Habitação e ambiente: Melhoria do tratamento de resíduos, assim como a consequente melhoria do ambiente do bairro. Foram melhoradas habitações, assim como foi construído um novo pavilhão desportivo;
- Rede de voluntariado: Abrangeu 4100 residentes locais, com 440 voluntários em 120 projetos, das mais variadas áreas.

Em termos de dinâmica de funcionamento, esta baseou-se em uma metodologia de governança corporativa. É eleito um grupo de pessoas, o *Partnership Broad*, cujo papel é o de guiar todo o processo de elaboração do presente plano. É constituído por 17 membros (Kattri, Woodland, Fiddes, & Barret, 2011):

- 5 Membros da comunidade (eleitos para os 5 temas de trabalho);
- 5 Membros estatutários (incluindo a título de exemplo da polícia e centro de emprego);
- 3 Vereadores da Câmara Municipal;
- 4 Membros representantes da comunidade (eleitos por uma comissão independente).

Este grupo de trabalho foca a sua atenção nos seguintes temas: comunidade, segurança, educação, emprego, saúde e habitação e ambiente (Kattri, Woodland, Fiddes, & Barret, 2011). A figura 3.1 demonstra como este processo de governança corporativa funciona (Kattri, Woodland, Fiddes, & Barret, 2011):



**FIGURA 3.3 DIAGRAMA DA GOVERNANÇA DO DESENVOLVIMENTO DO NDC DE ASTON**

Estes 17 membros, de acordo com a figura 3.1 enquadram-se em grupos de discussão dos seguintes temas: segurança, negócios e economia, ensino, saúde, habitação e espaço envolvente e liderança comunitária, efetuando uma gestão temática integrada.

### **3.3 O Bairro de *Wapping*, Londres**



**FIGURA 3.4 HABITAÇÕES NO BAIRRO DE WAPPING, LONDRES (FONTE: GOOGLE STREETVIEW 2013)**

Este é um caso de estudo, bastante focado no conceito de participação pública. Para que este plano de bairro tenha sido idealizado e estivesse em constante evolução, foram criados dois conceitos: A *Network Wapping* e o *Neighbourhood Planning Fórum* (My *Community Rights*, 2013). No primeiro caso, tratou-se de toda uma estrutura criada pelos atores locais, com o fim de criar o *Network Wapping Community*, que trabalhou no desenvolvimento de projetos para esta zona. Os projetos em questão são de três áreas distintas (*Network Wapping*, 2013):

- Criação do *Neighbourhood Planning Fórum*;
- Criação de empresas sociais e locais (diminuição do desemprego);
- Realização de iniciativas para a comunidade local.

Das três áreas anteriormente mencionadas, destacaram-se a criação do *Neighbourhood Planning Fórum* (*Network Wapping*, 2013). Estes fóruns foram criados para a discussão das várias temáticas que careciam de desenvolvimento em *Wapping*, nomeadamente (*Network Wapping*, 2013): Desemprego, problemas sociais e problemas relacionados com o espaço físico (degradação de edifícios e mobiliário exterior). De referir ainda que estas reuniões são feitas a título 100 % voluntário, pelo que existem bastantes limitações no ponto de vista de espaço e tempo. Estes fóruns atenderam a requisitos legais, neste caso os decretados pelo concelho “*Tower Hamlets Council*, respeitando também a legislação local e o regulamento que rege a efetuação de planeamento ao nível do bairro. São fóruns abertos a toda a população com afiliação local (*Network Wapping*, 2013). Tudo o que foi decidido nos fóruns anteriormente mencionados será constituído num documento, que foi posteriormente levado aos decisores, para posteriormente ser aprovado pelo concelho local (*Network Wapping*, 2013).

### 3.4 O Bairro de *Hammarby Sjöstad* - Estocolmo



FIGURA 3.5 NO INTERIOR DE HAMMARBY SJÖSTAD (*HAMMARBY SJÖSTAD*, 2013)

O conceito de Eco bairro, aplicado a um determinado bairro, é de elevada importância para a sustentabilidade tanto ao nível do próprio bairro, como para toda a cidade. A estratégia de desenvolvimento sustentável da Suécia descreve exatamente a importância do enquadramento dos bairros na ligação entre o humano e o natural, não esquecendo o conforto das habitações e a eficiência energética (*Ministry of Industry*, 2005).

Assim, nesta dissertação, o autor opta por estudar um caso referente a um eco bairro na Suécia, designadamente o bairro de *Hammarby Sjöstad*, na cidade de Estocolmo (*Hammarby Sjöstad*, 2013). A localização geográfica encontra-se no anexo IV.

Aqui, o conceito de eco bairro é aplicado de forma integral nos seguintes campos (*Hammarby Sjöstad*, 2013):

- a. Energia: Colocação de células de combustível, células solares e painéis solares, para que no futuro os moradores de Hammarby Sjöstad consigam produzir

metade de toda a energia que necessitam; Adaptação do tipo de construção, promovendo a eficiência energética dos edifícios;

- b. Água e efluentes sanitários: Redução do consumo de água em 50 %, através da utilização de eletrodomésticos económicos para o recurso, tais como máquinas de lavar loiça e roupa, assim como a colocação de mecanismos nas torneiras (misturadoras de ar); Redução na quantidade de metais pesados e componentes não biodegradáveis das águas residuais. A abordagem a ser utilizada é a do tratamento a montante (*Upstream*); No processo de separação sólido-líquido, é feita uma extração de biogás para futuro aproveitamento; Utilização de Lamas resultantes do efluente para fins agrícolas; Aproveitamento da água das chuvas para reserva e rega;
- c. Resíduos e reciclagem: Prática da reciclagem, com separação doméstica de resíduos.

Estas três vertentes anteriormente mencionadas, fecham-se em ciclos, complementando a visão de *Hammarby Sjöstad* como Eco bairro. No Anexo V, encontra-se o esquema gráfico representado com estes ciclos fechados, concebendo o conceito de *Simbio-city* (*Hammarby Sjöstad*, 2013).

Para além do ciclo atrás descrito, foram ainda lançadas mais metas no que diz respeito a (*Hammarby Sjöstad, the site*, 2013):

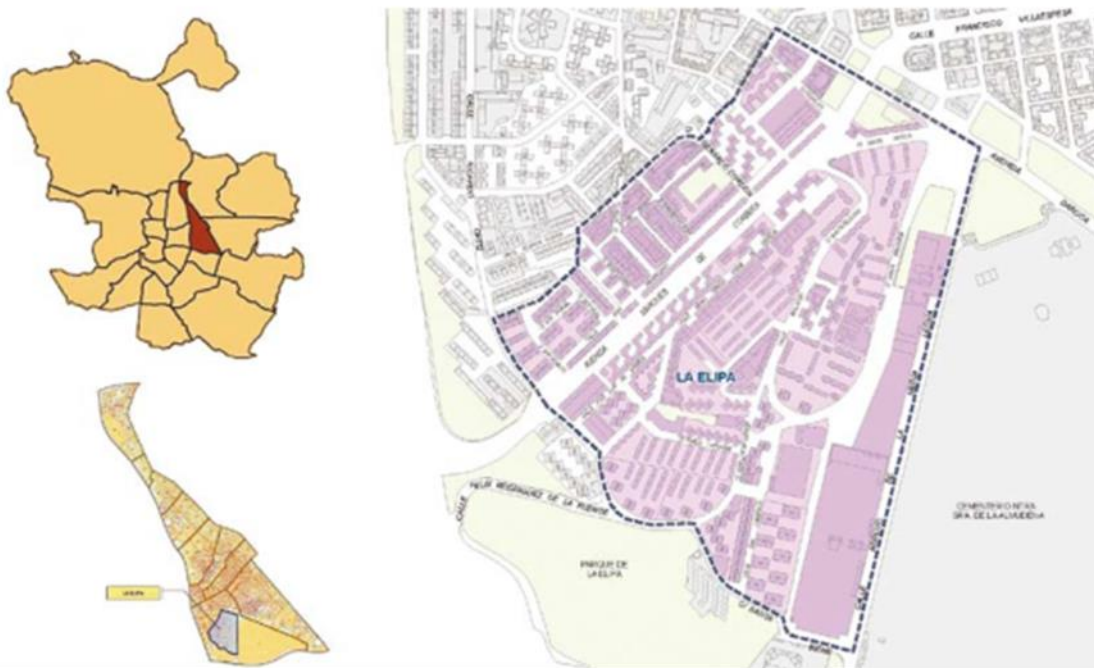
- Uso do solo: Reabilitação de antigas zonas industriais em áreas residenciais e espaços públicos verdes;
- Transportes públicos: Maximizando a sua oferta, diminuindo a utilização do veículo próprio;
- Construção: Relacionada com a eficiência energética, utilizando materiais sustentáveis. O bairro de *Hammarby Sjöstad* é também uma zona de centralidade de serviços e com elevada conectividade com a restante cidade (*Hammarby Sjöstad*, 2013):
- Centro de Negócios: Conectado com uma cidade cheia de empresas e oportunidades de trabalho;
- Construção de escolas e creche;
- Constituição de empresas de partilha de automóveis (*Carsharing*);
- HSEF (*Hammarby lake city economic association*): Associação empresarial, cujo objetivo é oferecer aos moradores internet e telefone, sem encargos para os mesmos;

- Lazer: *Hammarby Sjöstad* faz-se munir de uma biblioteca, desportos náuticos, História social e local, prática de desportos, artes e associações recreativas.

De acordo com *Agency the swedish environmental protection* (2004), o financiamento para o projeto de *Hammarby Sjöstad* veio do LIP (*Local Investimento Plan*). Pela informação, consta que este programa distribuiu para a construção desta e mais 85 projetos de caráter semelhante cerca de 770 milhões de coroas suecas, isto é, cerca de 893 milhões de euros.

Em Março de 2008, foi realizado um relatório para verificar se as metas, estariam a ser alcançadas (Grontmij & Brick, 2008). De acordo com Grontmij & Brick (2008), as metas quer no consumo e tratamento de águas, quer na energia, quer na produção e aproveitamento dos resíduos foram alcançadas com sucesso.

### 3.5 O Bairro de *La Elipa* - Madrid



**FIGURA 3.6 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DO PLANE DE BARRIO DE LA ELIPA (AYUNTAMIENTO DE MADRID & FRAMV, 2013)**

Os “*Planes de Barrio*” são um projeto realizado por uma parceria entre a Câmara Municipal de Madrid com a “*Federacion Regional de Asociaciones de Vecinos de Madrid*” (FRAMV). Estes planos têm como objetivo o equilíbrio social e territorial da cidade de Madrid, mediante uma intervenção social nos bairros degradados e mais desfavorecidos de Madrid (*Ayuntamiento de Madrid & FRAMV, 2013*). Isto tendo em conta que os objetivos se coadunam com os da estratégia de sustentabilidade urbana e local Espanhola (*Ayuntamiento de Madrid & FRAMV, 2013*).

A participação pública é uma aposta preponderante para o desenvolvimento destes planos, sendo que estes envolveram não só a participação ativa dos moradores, mas também de organizações sociais na sua conceção, desenvolvimento e avaliação (*Ayuntamiento de Madrid & FRAMV, 2013*).

Numa primeira fase, o gabinete responsável pela participação dos cidadãos e a FRAMV, selecionaram 16 bairros (*Ayuntamiento de Madrid & FRAMV, 2013*). Para esta seleção tiveram em conta os resultados de uma pesquisa previamente realizada, comparando cada bairro mediante um conjunto de indicadores, incluindo taxa de escolarização, taxa de desemprego geral e desemprego Jovem, dados relativos à emigração, rendas *per capita*, entre outros (*Ayuntamiento de Madrid & FRAMV, 2013*). Assim, se chegaram às principais necessidades dos bairros, inclusive no caso aqui retratado – La Elipa. A partir dos problemas definiram-se as metas, objetivos e conseqüentemente as soluções (*Ayuntamiento de Madrid & FRAMV, 2013*). Seguidamente e antes de passar à participação pública, o Governo Municipal estudou a viabilidade técnica de cada uma das ações propostas, verificando a exequibilidade técnica e financeira de cada uma. (*Ayuntamiento de Madrid & FRAMV, 2013*).



**FIGURA 3.7 BAIRRO DE LA ELIPA (AYUNTAMIENTO DE MADRID & FRAMV, 2013)**

Finalmente, iniciou-se o processo de participação pública. Este processo visou a resposta a um programa de trabalho estruturado em fases, e que culminou no documento final que incluiu as linhas de ação de cada um dos *planes de barrio* (*Ayuntamiento de Madrid & FRAMV, 2013*). No caso do Bairro de *La Elipa*, entre Março e Maio de 2008 foram realizadas reuniões entre a FRAMV, legalmente representada para desenvolver um documento inicial com ações específicas, consideradas prioritárias para a melhoria do bem-estar e qualidade de vida do bairro (*Ayuntamiento de Madrid & FRAMV, 2013*). O documento inicial, apresentado pela *Asociacion de vecinos nueva Elipa*, assistiu a 41 apresentações das quais 25 responderam aos critérios de inclusão no plano distrital, isto é, ações que buscam reequilibrar o tecido social e económico de La Elipa. Coordenados

pela *Dirección general de participación ciudadana*, as *Áreas de Gobierno del Ayuntamiento de Madrid* e a *Junta Municipal de Distrito* realizaram um estudo de viabilidade técnica de cada uma das atuações com o objetivo de definir a responsabilidade de ação de cada uma das medidas e avaliar se são possíveis de concretizar no âmbito do *plane de barrio* (*Ayuntamiento de Madrid & FRAMV, 2013*). O resultado final foi o desenvolvimento de um documento de base que contém as ações e normas de jurisdição municipal para o *plane de barrio* (*Ayuntamiento de Madrid & FRAMV, 2013*). Após esta fase, iniciaram-se as reuniões ou comitês da consulta, sendo estas concebidas como espaços de reflexão e negociação em que os agentes participantes têm em prioridade ações que concordaram incorporar em cada *plano de barrio*. Existiram três reuniões de comissão, sendo elas (*Ayuntamiento de Madrid & FRAMV, 2013*):

- 1ª Reunião do comité de consulta: Onde foi apresentado um documento inicial que continha as necessidades e problemas do bairro, e que careciam de intervenção;
- 2ª Reunião de concertação: Foi apresentado um documento com as propostas acordadas na reunião anterior. Foram incorporadas propostas de iniciativa dos moradores do bairro e de iniciativa municipal, a fim de partilhar recursos para melhorar a qualidade geral de vida no bairro;
- 3ª Reunião (Reunião de feche dos acordos e documentos): Acordo das ações a incluir no plano e no documento final. Este estabelece as propostas que serão desenvolvidas através dos *planes de barrio*, acordado por todas as partes interessadas.

O *Plano de Barrio de La Elipa* contém 42 atuações destinadas a reequilibrar territorialmente a zona em questão, principalmente ligadas a aspetos físicos, sociais e económicos, incluídas as constantes na tabela seguinte (tabela 3.2) (*Ayuntamiento de Madrid & FRAMV, 2013*):

**TABELA 3.2 MEDIDAS POR ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANE DE BARRIO DE LA ELIPA (AYUNTAMIENTO DE MADRID & FRAMV, 2013)**

ÁREA DE INTERVENÇÃO	MEDIDA
<p><b>Habitação e espaço público</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de ações de limpeza do bairro;</li> <li>• Realização de estudos técnicos para averiguar as acessibilidades dentro do bairro (2009);</li> <li>• Revisão e reposição do mobiliário urbano, incluindo respeitante a parques infantis;</li> <li>• Revisão da iluminação pública;</li> <li>• Elaboração do plano diretor da mobilidade ciclista;</li> <li>• Colocação de relva artificial no campo de futebol do bairro de la Elipa;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalação de uma área de prática de ginástica para idosos.</li> </ul>
<b>Cultura e desporto</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidação da gestão do campo de futebol municipal pela Associação de La Elipa durante o triénio 2009-2012, por concessão desportiva de serviços públicos, de acordo com o quadro contratual, assumindo a implementação de programas de atividades desportivas e ao estabelecimento de um desporto escolar;</li> <li>• Desenvolvimento durante o período 2009-2012, de programas culturais no Centro Cultural La Elipa (artes cênicas, exposições, música, etc.);</li> <li>• Criação de uma oficina de teatro no centro Sénior do bairro em questão.</li> </ul>
<b>Emprego, formação e economia local</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalho em colaboração com as entidades sociais que trabalham com as organizações sociais que trabalham com os grupos de pessoas aqui envolvidos no plane de barrio;</li> <li>• Realização de ações formativas e de motivação (empowerment);</li> <li>• Atenção personalizada: Orientação Laboral;</li> <li>• Intermediação Laboral: Bolsa de emprego, que tem como objetivo o desenvolvimento de competências pessoais, para a ocupação e formação pré-laboral em pessoas de competências pessoais básicas;</li> <li>• A formação na área laboral contempla: cursos de formação ocupacional e programas mistos de formação e emprego encaminhados à aprendizagem de uma profissão e através de uma formação teórica e uma prática, mediante um contrato de trabalho;</li> <li>• Formação em novas tecnologias: Programa “<i>Integr@te</i>” para facilitar o acesso à sociedade de informação através da aquisição de conhecimentos relacionados com o manejo da informática básica, internet, correio electrónico,...;</li> <li>• Promover acordo com empresas e associações empresariais para facilitar o emprego de cidadãos do bairro;</li> <li>• Constituição de uma Oficina-Escola.</li> </ul>
<b>Segurança e Mobilidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento em 2009, com a participação de organizações de cidadãos, o Plano de Segurança Pública e Segurança para o bairro, que será avaliado a cada seis meses;</li> <li>• O aumento gradual, chegando a um aumento de 20% em 2011 em comparação com a situação hoje, o número de agentes do Distrito de prestar atenção especial para o bairro do Elipa;</li> <li>• O aumento gradual, chegando a um aumento de 30% sobre a atual situação no 2011 a presença da polícia, em determinadas áreas, como parques ou escolas com especial atenção aos espaços no bairro de La Elipa;</li> <li>• O aumento gradual dos atuais 3-5 agentes em 2011, o número de agentes especializado em violência de gênero, com atenção especial para o bairro do Elipa;</li> <li>• Mitigação de conflitos e integração social.</li> </ul>
<b>Educação e Juventude</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a criação de uma Comissão Educação Temática de Trabalho, que centra a sua atenção nos bairros alvo de plano com a participação da Comunidade de Madrid, Camara municipal de Madrid e F.R.A.V.M;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar em 2009, 10 lugares no Programa desenvolvido a nível distrital “<i>Quedamos al salir de clase</i>” em <i>CEIP Leopoldo Alas Clarín (Barrio Ventas)</i>;</li> <li>• Consolidação, entre 2009 e 2012, do programa “La Tarde más joven”, realizado no <i>Centro Sociocultural Ciudad Lineal</i>, voltado para a população mais jovem e preferencialmente dirigido aos adolescentes de <i>la Elipa</i>;</li> <li>• Elaboração de atividades específica para jovens, nomeadamente: <i>taller de radio, promoción de la participación de los jóvenes, oficina de información juvenil</i>, entre outros;</li> <li>• Promoção de um maior rendimento dos tempos livres para os jovens do bairro de <i>La Elipa</i> (atividade desportiva, social e de convivência);</li> <li>• Suporte Educacional fora do horário escolar para complementar as atividades letivas;</li> <li>• Criação de uma infraestrutura destinada à qualificação dos adultos (alfabetização e melhor preparação para o mercado de trabalho);</li> <li>• Atividades em bibliotecas, e encorajando a leitura entre os alunos mais novos;</li> <li>• Recuperação de Jovens em risco social;</li> <li>• Outros cuidados (proteção da mulher e idosos).</li> </ul>
<b>Idosos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento do atendimento domiciliar a Idosos, no programa “<i>Teleassistência 11</i>”;</li> <li>• Aumento do atendimento domiciliar a Idosos também com o programa “<i>Ajuda em casa</i>”;</li> <li>• Aumento do número de vagas no programa “<i>mantenimiento y rehabilitación de mayores</i>”, com fisioterapia preventiva (aumento de 50 %);</li> <li>• Aumento da abrangência do programa “<i>Detección y valoración de las situaciones de riesgo para las personas mayores</i>” (avaliação da hipotética situação de risco dos idosos).</li> </ul>

### 3.6 Os bairros em Corunha

Este é outro programa que se encontra de acordo com as premissas da estratégia de sustentabilidade urbana e local de Espanha, sendo que se faz constituir na sua implementação pelas seguintes peças (*Colegio oficial de arquitectos (Coruña)*, 2013):

- a. Documentação: Onde se constam os dados dos bairros respeitantes a diversos indicadores, outros planos em vigor e informação geográfica/demográfica;
- b. Pesquisa: realização de entrevistas e amostras estatísticas;
- c. Processamento de Informação: através da utilização de sistemas de informação geográfica, mapas, bases de dados e gráficos;
- d. Análise e representação: análise dos dados, obtenção de temáticas e objetivos;
- e. Participação pública ativa: reuniões, conferências e *workshops*;
- f. Resultados: publicação de artigos e início das ações.



**FIGURA 3.8 BARRIO DAS FLORES, CORUÑA (A CIDAD DOS BARRIOS, 2013)**

Este programa promove uma evolução dos bairros que o constituem por forma a se tornarem mais sustentáveis (*Colegio oficial de arquitectos (Coruña)*, 2013). Essa evolução sustentável passa pela sua beneficência, tornando-se espaços de convivência e relacionamento, espaços de socialização, espaços com “boa imagem por dentro e por fora”, com boa integração com o meio rural (exterior da cidade), um local cheio de centralidades, ricas em termos de beleza paisagística, estratégias de densidade e valorização da pluralidade de cultura e costumes (*Colegio oficial de arquitectos (Coruña)*, 2013).

Para efetuar a participação pública nos bairros eleitos para este caso, recorreram-se a indivíduos com idade superior a 15 anos, residentes em 51 bairros e que agrupados em 36 áreas somaram um total de 220000 habitantes participantes (*Colegio oficial de arquitectos (Coruña)*, 2013). Deste modo, realizou-se uma pesquisa baseada em 400 entrevistas que foram realizadas na rua, em diferentes períodos de tempo. Num primeiro período de tempo, estas entrevistas foram dirigidas aos bairros da fase 1 (entre Setembro a Dezembro de 2009), sendo que a fase 2 foi coberta entre Fevereiro e Julho de 2010. As recolhas foram qualitativa e quantitativamente tratadas (*Colegio oficial de arquitectos (Coruña)*, 2013).

Posteriormente realizou-se uma segunda recolha de informação de forma independente a cada bairro em separado, através de uma sondagem e com questionários, metodologicamente menos “rígidos” que os anteriores. Aqui recolheu-se a opinião de cerca de 1600 residentes, obtendo uma média de 44 entrevistas por cada área de trabalho. Para ajudar a completar o valor dos registos anteriores, foram realizados *workshops* em associações culturais da área de aplicação (*Colegio oficial de arquitectos (Coruña)*, 2013).

Com o resultado dos processos de participação anteriores, procurou-se obter respostas acerca do que seria necessário mudar para tornar os bairros de Corunha mais sustentáveis e bons para se viver (*Colegio oficial de arquitectos (Coruña)*, 2013).

### 3.7 Bairros de Santa Catarina e Sant Pierre - Barcelona



FIGURA 3.9 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DO CASO DE ESTUDO, FONTE: (AYUNTAMENT DE BARCELONA, 2013)

O plano levado a cabo pela Câmara Municipal de Barcelona (*Ayuntamiento de Barcelona*), pressupõe a existência de um conjunto de temáticas prioritárias. Estas temáticas foram constituídas após o diagnóstico inicial feito ao bairro em questão (*Ayuntamiento de Barcelona*, 2013):

- Transformação Urbanística: Transformar o bairro em questão numa centralidade de usos, revitalizando algumas áreas inerentes;
- Habitação: Revitalização das habitações existentes, através de processos de renovação e reabilitação, por forma a tornar estas habitações melhores locais para se viver;
- Convivência e relação entre os habitantes: Tomada de medidas que visam a melhoria da convivência entre os habitantes do bairro, minorando problemas entre diversificação de raças e aspetos culturais;

Este programa tem ação em certos campos, nomeadamente em melhoria dos espaços públicos e espaços verdes, reabilitação de edifícios, em especial dos espaços comuns, instalação de equipamentos exteriores e de utilização coletiva, incorporação de tecnologia de informação em edifícios, promoção de desenvolvimento urbano sustentável, políticas de igualdade entre os sexos, programas para melhoria do planeamento social e económico, acessibilidades, entre outras intervenções (*Ayuntamiento de Barcelona*, 2013).

De acordo com Ayuntamiento de Barcelona (2013), o financiamento deste projeto, encontra-se resumido na tabela seguinte:

**TABELA 3.3 FINANCIAMENTO DO CASO DE BARCELONA (AYUNTAMENT DE BARCELONA, 2013)**

		2005 (milhares de euros)	2006 (milhares de euros)	2007 (milhares de euros)	2008 (milhares de euros)	Total (milhares de euros)
Espaço público	Fase 4 ( <i>Pou de la figuera</i> )	100	1800	340		2240
	Pequenos Jardins ( <i>Racons</i> )	30	70	70		170
	Outros espaços		90			90
Reabilitação	Ascensores	98	123	122	147	490
	Gestão de águas	80	100	100	120	400
	Eficiência energética	18	22	23	27	90
	Problemas estruturais	104	130	130	156	520
Equipamentos	Residências e espaços envolventes	1500	3500	1000		6000
	Edifícios residenciais		300	2220	1480	4000
	Clube local	200	1300	1300		2800
	Outras obras	706	2178	196		3080
Outros		60	90	30		150
Soma (milhares de euros)		2836	9703	5531	1930	20000

### 3.8 Grand project de Ville de Bassens, Cenon, Floirac e Lormont - Bordeaux

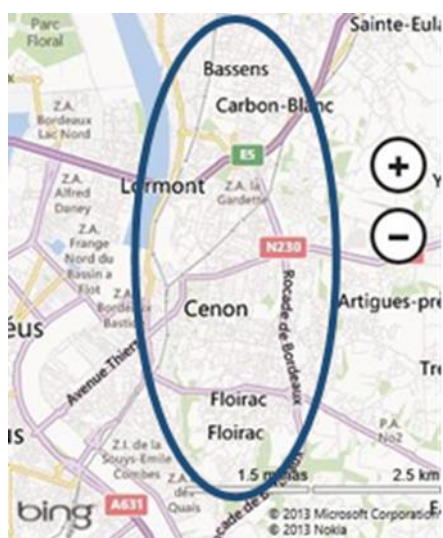


FIGURA 3.10 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DO PRESENTE CASO DE ESTUDO (FONTE: BING MAPS, 2013)

O programa *Grand project de ville* é uma consequência do programa “*Politique de la Ville*”, e que tem como objetivo juntar um ou mais distritos com o fim de aumentar a dinâmica da cidade. Para além deste, mais 49 projetos semelhantes foram realizados em todo o país, com o intuito de melhorar aspetos urbanos, económicos e sociais, melhorando as condições de vida dos habitantes (*Grand Projet de Villes - Bassens*, 2013). Este é um exemplo de um *grand project de ville* que junta quatro comunas francesas na região administrativa de Aquitânia, departamento de Gironde (periferia de Bordeaux): Bassens, Cenon, Floirac e Lormont.

Este plano faz-se constituir por três áreas de desenvolvimento prioritário (*Grand Projet de Villes - Bassens*, 2013):

- Construções, reabilitações e realojamentos em cada uma das três comunas;
- Desenvolvimento Social: Através da melhoria das condições de educação e criação de espaços culturais e de lazer;
- Desenvolvimento económico: Criação de postos de trabalho para diminuir o desemprego, políticas e estratégias que visam a mitigação da exclusão social no emprego.

De acordo com (*Grand Projet de Villes - Bassens*, 2013), as medidas por cada área de atuação foram as seguintes:

TABELA 3.4 MEDIDAS CONCRETAS POR EIDO DE INTERVENÇÃO DO GRAND PROJECT DE VILLE (BASSENS - CENON - FLOIRAC) (*GRAND PROJET DE VILLES - BASSENS*, 2013)

Eixo	Medidas concretas
Desenvolvimento Urbano	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação do encerramento em anel (ligação e conectividade entre as 4 comunas), criação de uma estação intermodal (metro, comboio e autocarro), e construção de novas pontes sobre o rio Garonne;</li> <li>Reestruturação da habitação degradada (o que acabou com a demolição de 2535 habitações degradadas e construção de 5164);</li> <li>Em Maio de 2004, os bairros que participaram neste projeto assinaram com todas as partes interessadas em habitação social, na assinatura de uma carta de qualidade urbana, para que esta garantisse os critérios de qualidade nas três</li> </ul>

<p><b>Desenvolvimento social</b></p>	<p>componentes principais: Qualidade Urbana, Qualidade da paisagem e qualidade arquitetónica;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimentos ao nível da educação (com a modernização das instalações escolares e adaptação da oferta em termos do número de alunos, aposta na formação profissional e organização do parque escolar, com possível reorganização das instalações;</li> <li>• Desenvolvimentos em termos da Cultura: Com a construção de infraestruturas culturais de qualidade, tais como um Polo Cultural de animação de Bassens, a mediateca Jacques Rivière (Cenon), a casa do conhecimento de Floirac e o Centro Cultural de Bois Fleuri (Lurmont).</li> </ul>
<p><b>Desenvolvimento económico</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução da taxa de desemprego, criando novos 9000 postos de trabalho;</li> <li>• Criação de três políticas de emprego, nomeadamente um mapa de inclusão social e económica, um plano de luta contra a discriminação e uma carta de inserção social.</li> </ul>

Foram Libertados, num período de 6 anos, uma verba de 600 milhões de euros, sendo que as entidades mobilizadas foram as seguintes (Grand ProJet des Villes - Bassens, 2013):

- O estado (pela Agência Nacional para a renovação urbana);
- FEDER (Fundos Europeus);
- As quatro comunas envolvidas (Bassens, Cenon, Floirac e Lormont);
- O conselho geral de Gironde;
- O conselho regional de Antiquane;
- Agências públicas de habitação;
- Agências públicas de Habitação;
- ACSE.



## **4 As Políticas de Sustentabilidade Urbanas em Portugal**

De seguida, são apresentados alguns casos acerca do que é realizado em Portugal em termos de políticas de sustentabilidade, quer nas principais cidades, quer em termos nacionais.

### **4.1 Lisboa**

#### **4.1.1 BIP-ZIP**

O programa BIP-ZIP surgiu em 2009, no âmbito dos objetivos do plano local de habitação (CML, 2010). A ideia de bairro ou zona de intervenção prioritária surgiu mediante o conceito de bairro crítico, entretanto já mencionado na presente dissertação. Atuando sobre este conceito, o programa BIP-ZIP promove a regeneração urbana nestas zonas, encontrando-se inserido no documento “LX – Europa 2020” (documento estratégico que define as áreas de intervenção na cidade de Lisboa com parceiros, projetos e governança incluídos) (Almeida, Simas, & Grilo, 2013).

Como promotor de regeneração urbana, o programa BIP-ZIP, visa medidas tais como: promoção do emprego e apoio à mobilidade profissional; promoção da inclusão social e o combate à pobreza; investimento na educação, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida; reforço da investigação; o desenvolvimento tecnológico e a inovação; o uso e a qualidade das tecnologias de informação; proteção do ambiente e promoção da eficiência dos recursos; promoção do transporte sustentável; superação dos estrangulamentos em redes de infraestruturas (Almeida, Simas, & Grilo, 2013).

A escolha das áreas que viriam a ter nomeação de “BIP-ZIP” foi feita a partir de duas abordagens, considerando as três variáveis do conceito de sustentabilidade de um bairro: dimensão social, ambiental e económica (CML, 2010). Uma primeira abordagem dedicada às limitações municipais importantes e que são passíveis de conter bairros que incluam o conceito de “bairro crítico” (CML, 2010):

- ACRRU – Área Crítica de Recuperação e Reversão Urbanística;
- AUGI – Área Urbana de Génese Ilegal;
- Bairros Municipais (Sobre a gestão da GEBALIS, gabinete de gestão dos bairros municipais de Lisboa, EM);
- Zonas Remanescentes dos Planos Municipais de Realojamento;
- Bairros ex-SAAL com problemas graves pendentes;
- Área de Intervenção da SRU Ocidental (Sociedade de reabilitação urbana da zona Ocidental);
- Área de Intervenção do Programa “Viver Marvila”.

Numa segunda abordagem, procedeu-se à escolha de indicadores que assentem nas três vertentes da sustentabilidade, e para posterior análise, tal como mostra a figura seguinte:



**FIGURA 4.1 AS TRÊS DIMENSÕES PRIORITÁRIAS DOS BIP-ZIP (CML, 2010)**

A partir da agregação quantitativa de cada uma das dimensões, procedeu-se à agregação de valores num só Índice, designado de Índice composto – fratura sócio territorial de Lisboa (CML, 2010).

Reunidas estas duas informações, é feita a primeira eleição de bairros e zonas com carências. Realizaram-se nestes locais três *Workshops* participativos, envolvendo os serviços e empresas municipais, as comissões permanentes da assembleia municipal de habitação e urbanismo, as juntas de freguesias e associações de moradores dos bairros Identificados (CML, 2010).

Assim, surgiram 67 bairros e zonas de intervenção prioritária, isto é, definindo de acordo com a carta dos BIP-ZIP, bairros onde se concentram carências sociais, casas degradadas ou falta de equipamentos e transportes e que por isso precisam de uma intervenção prioritária do município no contexto da regeneração urbana (CML, 2010). A identificação destes bairros em Lisboa levou a considerar também “Zonas de Intervenção Prioritária” (ZIP), que não reúnem características de “bairro” mas evidenciam problemáticas semelhantes (CML, 2010). De futuro é possível que a intervenção se estenda a outros bairros carentes de regeneração urbana (CML, 2010).

A operacionalização do programa BIP-ZIP, de acordo com (Almeida, Simas, & Grilo, 2013), e até 2020, irá funcionar mediante quatro eixos essenciais (CML, 2010):

- I. Programas de desenvolvimento local: estabelecimento, de acordo com o diagnóstico da consulta pública da Carta BIP-ZIP, entretanto avaliado e atualizado para cada uma das quatro tipologias BIP-ZIP:
  - Histórico (Castelo, Mouraria, Alfama, Anjos e Pena, São José/Santa marta, São Paulo e Marvila Velha);
  - Municipal (Bairro Padre Cruz, Boavista, Loios, Amendoeirias, Flamengo, Condado, Armador, Casalinho da Ajuda, Bairro 2 de Maio e Rio Seco), AUGI (Grafanil, Quinta da Torrinha, Quinta da Mourisca, Sete Céus, Galinheiras, Lumiar/Carnide, Quinta do Olival, Azinhagas dos lameiros/Torre do fato), outros ou mistos (Horizonte, Cooperativas João Nascimento Costa e Carlos Botelho, Portugal Novo III, Cooperativa 25 de Abril e Unidade do Povo, Prodac, Bela Flor, Liberdade, Tarujo, Bairro S. João de Brito/Pote de água), que enquadrem respostas articuladas às necessidades dos territórios e que funcionarão como o retorno/refluxo da base local;
- II. Governança/Coordenação - constituição e dinamização de unidades de suporte local – GABIP (gabinete de apoio ao bairro de intervenção prioritária ) - que garantem a cobertura de todos os territórios BIPZIP e estabelecimento uma rede GABIP de âmbito concelhio, tendo como objetivo a resposta à necessidade de coordenação e articulação, na vertente institucional e de parceria, da própria CML e dos parceiros;
- III. Participação e informação - Implementação de sistemas de informação e participação partilhados, que estruturam a rede e a abram a todos os cidadãos e proposta de sistemas de diagnóstico e avaliação, que de forma independente, permitam acompanhar o processo, avaliá-lo e incentivar a sua evolução.
- IV. Iniciativa Local - amplificação do atual Programa BIP-ZIP reforçando a capacidade de apoio da iniciativa local nas áreas de intervenção estratégica já definidas, eventualmente em outras a definir se a avaliação dos territórios assim o aconselhe, mas que aqui surgem como projetos autónomos.

Este programa é e será financiado até 2020 por acordos e parcerias Nacionais, regionais, assim como por outras fontes institucionais (CML, 2010).

#### **4.1.2 Agenda 21 Local**

A Agenda 21 Local segue a sequência do surgimento do conceito “Agenda 21” na conferência do Rio de Janeiro em 1992, cujo significado se encontra no capítulo 2.1. Na cidade de Lisboa foi aplicado o conceito a três níveis de intervenção (CML, Agenda 21

Local de Lisboa, 2013): Território, bairro e rede se cidadãos, como demonstra a figura 4.2.



**FIGURA 4.2 ESQUEMA REPRESENTATIVO DO FUNCIONAMENTO DA AGENDA 21 LOCAL DE LISBOA (CML, AGENDA 21 LOCAL DE LISBOA, 2013)**

Ate agora, a Agenda 21 de Lisboa foi apenas aplicada em 5 zonas de Lisboa: Ameixoeira, Carnide, Charneca, Benfica e Lumiar (CML, Agenda 21 Local de Lisboa, 2013). Por cada zona, foi eleito um bairro para a aplicação da vertente “Bairros 21”, nomeadamente e por ordem das zonas anteriormente mencionadas: PER da Ameixoeira, Bairro Padre Cruz, Quinta do Reguengo, Quinta do Charquinho e Bairro de Telheiras (CML, Bairros 21, 2013). Os bairros beneficiam ainda da vertente apelos “Cidadãos 21”, vertente que escolhe uma ideia por bairro para o tornar mais sustentável, tendo sido escolhidos por cada bairro os seguintes projetos (CML, Bairros 21, 2013):

- Ameixoeira: “Tratorino, de família em família”: Projeto que tem por base a mitigação de dificuldades de locomoção de pessoas com mobilidade condicionada;
- Benfica: “Bilhete do Comércio tradicional”: Projeto que visa a promoção da economia local, incentivando a utilização do comércio tradicional;

- Carnide: “Entre as ruas do Centro Histórico: tradição e futuro através do comércio local” – Promoção e salvaguarda dos princípios de identidade local e principais agentes e dinâmicas;
- Charneca: “Jardim com exercício físico”: Visa a promoção da saúde e desporto local, com a previsão de construção de um jardim com espaços verdes e equipamentos para a prática de exercício;
- Lumiar: Projeto “Augusta” - Este projeto consiste em desenvolver atividades que promovam uma maior integração social e estilos de vida mais sustentáveis, através da aproximação entre gerações, pela prática de agricultura urbana.

Em cada um dos bairros foi realizado um diagnóstico da situação existente, efetuando um levantamento e registo em fichas de leitura de estudos, programas, planos, projetos ou outros documentos relevantes para o desenvolvimento sustentável da Zona 21 formada pelas cinco freguesias descritas (CML, Agenda 21 Local de Lisboa, 2013). De seguida, em cada um dos bairros das freguesias, foram feitos fóruns de participação, envolvendo a população local. Desses fóruns saíram indicações para a delimitação dos planos de ação de cada bairro (CML, Agenda 21 Local de Lisboa, 2013).

## **4.2 Porto**

### **4.2.1 SRU Porto Vivo**

Na cidade do Porto, mais concretamente na baixa da cidade, as estratégias de reabilitação urbana passam pela empresa municipal – Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação urbana. Constituída em 2004, cabe a esta o papel de promover a reabilitação da respetiva zona de intervenção, orientar o processo, elaborar a estratégia de intervenção. Pretende ainda orientar o processo, elaborar a estratégia de intervenção e atuar como mediador entre proprietários e investidores, entre proprietários e arrendatários e, em caso de necessidade, tomar a seu cargo a operação de reabilitação, com os meios legais de que dispõe (Porto Vivo - SRU, 2013).

As áreas de reabilitação urbana, abrangidas pela área de ação do “Porto Vivo, SRU”, correspondem a espaços urbanos que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas urbanas, dos equipamentos ou dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, justificam uma intervenção integrada (Porto Vivo - SRU, 2013).

Os objetivos concretos desta sociedade são os de promover:

- I. A pré-habitação da baixa do Porto;
- II. O desenvolvimento e promoção do negócio na baixa do Porto;

- III. A revitalização do comércio;
- IV. A dinamização do Turismo, cultura e Lazer;
- V. A qualificação do domínio público.

#### **4.2.2 Agenda 21 do Porto**

No Porto, há ainda a destacar a elaboração da Agenda 21 do respetivo concelho. A elaboração da Agenda 21 do Porto encontra-se inserida num projeto da Associação “Eixo Atlântico do noroeste peninsular”, que em 2003 viu aprovada uma candidatura feita ao programa INTERREG, para implementação em simultâneo de Agendas 21 em vários concelhos da Costa Atlântica de Portugal e Espanha. Em Portugal, e para além do Porto, também Braga, Bragança, Chaves, Peso da Régua, Viana do Castelo, Vila Nova de Gaia e Vila Real se juntaram ao projeto. Já em Espanha foram envolvidos 7 municípios (*La Coruña, Compostela, Ferrol, Iugo, Monforte de Lemos, Ourense e Vigo*) (Câmara Municipal do Porto, 2013).

A abordagem deste acordo Ibérico de Agenda 21, passou pelos seguintes objetivos (Câmara Municipal do Porto, 2013):

- a. A realização de auditorias urbanas que permitissem o estabelecimento de comparações entre as cidades e com outras cidades Europeias, bem como o aumento da quantidade e qualidade de informação estatística relativa à qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentável nas cidades;
- b. A abertura de processos participativos de análises, diagnóstico e atuação que conduzissem à formulação e planos de ação para atingir a nível local os objetivos de sustentabilidade da Cimeira do Rio de Janeiro;
- c. O alinhamento da política de desenvolvimento sustentável dos municípios pertencentes ao eixo Atlântico com as respetivas estratégias nacionais e regionais de Desenvolvimento Sustentável;
- d. O estabelecimento de um modelo de referência para a elaboração de futuras Agendas 21 ou auditorias Urbanas.

Em termos de conceptualização, a Agenda 21 do Porto passou por um processo, constituído por três fases distintas: Diagnóstico, Plano de ação e Plano de seguimento (Figura 4.3).

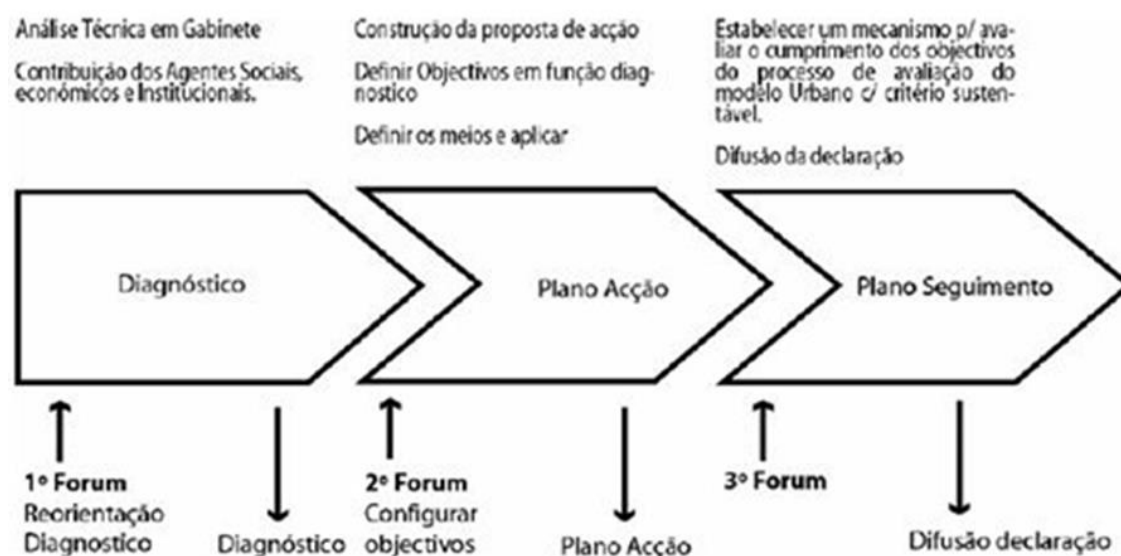


FIGURA 4.3 DIAGRAMA REPRESENTATIVO DO ESQUEMA DE FUNCIONAMENTO DA AGENDA 21 NA CIDADE DO PORTO (E CIDADES QUE A ACOMPANHARAM) (CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, 2013)

Numa primeira fase, foi realizado um diagnóstico ambiental e socioeconómico da cidade. De seguida realizou-se a discussão pública, dividida em três fóruns, espaços alargados de discussão e reflexão em torno das necessidades do desenvolvimento sustentável, levando a que os atores locais participantes identifiquem interesses e prioridades. O processo culminou na elaboração de um relatório ambiental.

Atualmente, a Agenda 21 do Porto ainda se encontra na fase de diagnóstico, não tendo por isso um documento final, validado pelo coordenador responsável pela sua avaliação.

### 4.3 Projeto “Fazer Acontecer a Regeneração Urbana

Promovido pela Confederação Empresarial de Portugal (CIP) desde 2010, este é um projeto que visa a sensibilização das entidades públicas para a importância da regeneração urbana na dinamização da economia nacional, no apoio ao setor da construção em Portugal, e no combate ao desemprego. Promove a eliminação de constrangimentos e barreiras que impedem os órgãos autárquicos de elaborar boas práticas em termos de regeneração urbana (CIP, 2013).

Para este projeto, a abordagem é feita considerando quatro vertentes do desenvolvimento sustentável (e não três como é mencionado normalmente): Social, económica, Física e Ambiental (figura 4.4).



**FIGURA 4.4 O PROGRAMA “FAZER ACONTECER A REGENERAÇÃO URBANA” E ESQUEMA DE AÇÃO (CIP, FAZER ACONTECER A REGENERAÇÃO URBANA, 2013)**

Como fundamento do projeto, são seguintes os seus objetivos (CIP, 2013):

- I. Eliminar constrangimentos à prática da regeneração urbana como política municipal;
- II. Reanimar de forma transversal a economia;
- III. Aproveitar as oportunidades identificadas no mercado internacional da regeneração urbana;
- IV. Apoio à criação de emprego;
- V. Promoção da integração no mercado de edifícios devolutos e degradados;
- VI. Desenvolver novos instrumentos de rentabilização de poupanças e investimentos;
- VII. Melhorar a qualidade de vida das populações nas cidades.

Atualmente estão a ocorrer três estudos piloto sobre a aplicação de políticas de regeneração urbana em três autarquias: Viana do Castelo, Figueira da Foz e Portalegre. A intervenção deste projeto ocorre a partir da realização de Seminários sobre a temática da regeneração urbana, realização do estudo de boas práticas ao nível da regeneração urbana, o diagnóstico de posicionamento das políticas, regimes e sistemas que condicionam e envolvem as questões relacionadas com a regeneração urbana, ações piloto, que visam testar estratégias de intervenção, montagem de uma rede colaborativa e sistematização de uma estratégia coletiva (CIP, Eixos de Intervenção, 2013).

## 5 Ensinamento das Políticas Europeias para o Contexto Português

Neste capítulo, pretende-se efetuar uma abordagem em resposta à questão respeitante aos ensinamentos a retirar das políticas europeias incididas ao nível do bairro.

Opta-se por sistematizar os ensinamentos por cada um dos países e depois efetuar uma síntese dos aspetos comuns e que perpassam todos casos analisados.

### 5.1 Ensinamentos do Programa *Soziale Stadt* – Alemanha e respetivo caso de estudo

Um dos aspetos em que este plano se torna mais relevante como modelo inspirador para o contexto português, é em termos da cooperação entre os vários níveis de organização geográfica e os níveis de poder. Em Portugal, cada autarquia constrói as suas políticas, para os seus bairros, sem grande ligação com as autarquias vizinhas, sendo deficiente a articulação vertical em vários aspetos setoriais (habitação, infraestruturas, e outros). Nos casos Portugueses referidos no capítulo 4, existe uma cooperação mais vincada entre municípios e juntas de freguesia, para além de outras organizações como a Confederação Empresarial de Portugal, que promoveu o projeto “Fazer Acontecer a Regeneração Urbana”. É importante que haja a criação de uma estratégia e uma diretriz de âmbito nacional para elaboração de planos de bairro, com forte articulação entre a administração central, os municípios, as juntas de freguesia e cidadãos. Estes aspetos são de grande relevo no *Soziale Stadt*.

No que diz respeito à participação pública, o *Soziale Stadt* introduz a participação ativa, com sessões de *empowerment*, com o intuito de tornar as tomadas de decisão mais próximas dos cidadãos, e para além disso, com formatos apelativos e motivadores de participação local. Empresas portuguesas com o intuito de gerir e facilitar este processo poderão surgir, criando oportunidades para postos de trabalho, tornando os processos de participação nos planos de sustentabilidade ao nível do bairro ágeis. Os processos de participação pública devem de ser eles também de acordo com o público-alvo. Em Portugal as Agendas 21 promovem *workshops* de participação pública, sendo um bom modelo de orientação para os processos participativos dos planos de bairro. A interdisciplinaridade do programa *Soziale Stadt* é outro ponto muito positivo. Trata de aspetos físicos e construtivos mas também de aspetos sociais, ambientais e de melhoria da base económica do bairro, conforme as prioridades. Poderia ser útil em Portugal um guia nacional com orientações para a elaboração de planos de bairro, referindo a atuação nas varias temáticas. Já existem documentos deste teor relativamente à Rede Social (definição no subcapítulo 2.1), mas com incidência específica.

O caso concreto de estudo de Munique, veio também comprovar que é necessária uma diretriz nacional para os planos de bairro, mas que certos detalhes sejam definidos tendo em conta a realidade local de cada um.

**TABELA 5.1 PRINCIPAIS ENSINAMENTOS INERENTES AO SOZIALE STADT E RESPETIVO CASO DE ESTUDO**

<b>Ensinoamento</b>	<b>Observações para o contexto Português</b>
<b>Cooperação entre os vários níveis de poder e organização geográfica.</b>	Criação de uma diretriz nacional para elaboração de planos de bairro, com articulação entre administração central, municípios, freguesia e cidadãos.
<b>Sessões de participação pública adequadas ao público-alvo e de empowerment</b>	O processo de participação pública pode guiar-se pelo bom exemplo feito atualmente das Agendas 21 Locais.
<b>Interdisciplinaridade</b>	Uma diretriz de criação de planos de sustentabilidade ao nível do bairro em Portugal deve ser interdisciplinar, abrangendo e considerando todos os potenciais fatores críticos dos bairros de intervenção prioritária.
<b>Especificidade</b>	Apesar de ser interdisciplinar, uma futura diretriz nacional para planos de sustentabilidade ao nível do bairro deve poder adaptar-se às circunstâncias singulares de cada bairro.

## **5.2 Ensinoamentos do programa *New Deal for Communities e Neighbourhood Planning* – Inglaterra e respetivos casos de estudo**

Deste programa, retira-se como lição principal que uma futura diretriz nacional para a criação dos planos de sustentabilidade ao nível do bairro deve promover um diagnóstico socioeconómico e demográfico de base para cada bairro abrangido. Este diagnóstico base pode ser elaborado recorrendo à informação já disponível por exemplo no Instituto Nacional de Estatística (INE), na Segurança Social (com atenção focada para os reformados e os em situação de desemprego ou invalidez), na Caixa Geral de Aposentações (com atenção focada para a população reformada), nos organismos locais que ajudem à averiguação da situação em termos de saúde, educação e habitação e outro tipo de documentação que os municípios e/ou juntas de freguesias dispunham sobre

os bairros. As universidades poderão também auxiliar o processo de recolha e tratamento de informação de forma expedita e com base em material já existente, portanto sem recorrer a trabalhos de campo detalhados.

Para a implementação da diretriz nacional é importante a introdução das *partnerships* (parcerias entre atores). No caso do *New Deal for Communities*, existe financiamento para elaboração deste diagnóstico-base. Podem ser empresas, instituições ou organismos públicos a elaborar. A título de exemplo, em Portugal há já alguns exemplos neste sentido. A Policia de Segurança pública é já solicitada para fazer este processo na área da segurança em determinadas temáticas tais como o projeto “Escola Segura” ou mesmo o programa “Vá de Férias Descansado”, onde a pedido de certas autarquias o policiamento é feito às casas de que vai de férias (no período de Verão). Um acordo semelhante pode ser feito, não só com a PSP, mas também com a GNR para diagnóstico e se envolver mais na resolução de problemas de segurança dos bairros de intervenção prioritária. Outra parceria pode ser feita também com organismos ligados à saúde com o intuito de não tornar a saúde tão onerosa para as populações desfavorecidas, deixando cuidados médicos mais acessíveis. Outras parcerias podem ser feitas, aumentando a qualidade de vida nos bairros críticos. De realçar ainda que estas parcerias poderão ser de índole variada, envolvendo ou não recursos monetários.

Mais recentemente, sucedendo o programa *New Deal for Communities*, o governo inglês lançou em 2012 o *England Neighbourhood Planning*, acentuando as ideias anteriores, mas investindo mais na tomada de decisões ao nível local, financiando comunidades de apoio à elaboração dos planos de sustentabilidade ao nível do bairro com apoios financeiros diretos e indiretos. Ambos os planos podem ser úteis a Portugal pelo que é necessário ir avaliando a situação constantemente, através de processos de monitorização (relatórios trianuais a título de exemplo). Isto também para averiguar a evolução mediante uma hipotética situação inicial, para posteriormente delinear um novo plano de ação reajustada a novos objetivos. Em termos concretos, o plano de bairro de *wapping*, sublinha-nos a necessidade, com relevo acentuado para Portugal da criação de uma ferramenta importante: *Neighbourhood Planning Fórum*. Esta é uma importante ferramenta para empowerment e participação pública dos cidadãos.

**TABELA 5.2 PRINCIPAIS ENSINAMENTOS INERENTES AOS PROGRAMAS *NEW DEAL FOR COMMUNITIES* E *NEIGHBOURHOOD PLANNING* E RESPETIVOS CASOS DE ESTUDO**

Ensinamento	Observações para o contexto Português
<b>Uma futura diretriz de criação de planos de sustentabilidade ao nível do bairro</b>	No caso Português podem ser contactados para a realização deste estudo entidades

**deve contemplar um diagnóstico inicial completo aos bairros a serem contemplados.**

**Introdução de *partnerships* ou parcerias para tornar os planos de sustentabilidade ao nível do bairro mais eficazes**

**Financiamento direto à realização dos planos de bairro**

**A monitorização dos planos de sustentabilidade ao nível do bairro assim como a criação de um fórum periódico aberto à população onde se discutem certos aspetos do plano.**

como o INE, CGA, Segurança Social, Documentação local ou até mesmo as Universidades e instituições de ensino locais.

Estas parcerias envolvem o contato com entidades como a PSP, outros órgãos de autoridade, escolas, instituições de saúde (no caso de apoio não monetário), passando por empresas e fundos públicos ou comunitários (no caso de ser apoio monetário)

Este financiamento diz respeito ao valor investido no processo de elaboração dos planos de bairro, desde a recolha de informação até ao processo de monitorização.

Apos estes dois pontos do processo, e caso necessário, delineiam-se novas estratégias nas mais variadas áreas.

### **5.3 Ensinaamentos da Estratégia nacional de Sustentabilidade Urbana e Local de Espanha e respetivos casos de estudo**

Neste caso os principais ensinamentos para o contexto português prendem-se também com a abordagem inicial de caracterização feita aos respetivos bairros antes de outros passos de elaboração do plano (tal como acontece com o *New Deal for Communities*). Esta abordagem inicial é composta pela análise de temáticas, tais como: os instrumentos territoriais (que se encontrem em vigor e incidindo sobre o bairro, incluindo planos municipais e estratégicos). Há objetivos claros de qualidade urbana que se refletem em várias componentes: acessibilidade (cuidados relacionados com a presença de barreiras territoriais), mobilidade (todos os bairros serem potenciais zonas 30, estabelecer um plano de mobilidade clicável em cada bairro a ser sujeito a plano e ordenamento do estacionamento), gestão e governança (envolvendo diretamente a população na gestão do espaço comum do bairro), construção e reabilitação (promover a recuperação de habitações abandonadas, alogando-as a título e exemplo a jovens estudantes).

Esta estratégia descreve certos princípios, que podem ser também aplicados ou reforçados no caso Português. Descritos já anteriormente são os seguintes: Ecoeficiência e uso sustentável de recursos; Equidade; Solidariedade interterritorial; Precaução; Integração dos conceitos de conservação existente; Uso sustentável; Melhoria e restauração do património cultural; Paisagem e políticas urbanas; Garantia de informação e participação dos cidadãos.

**TABELA 5.3 PRINCIPAIS ENSINAMENTOS INERENTES À ESTRATÉGIA NACIONAL DE SUSTENTABILIDADE URBANA E LOCAL E RESPECTIVOS CASOS DE ESTUDO**

<b>Ensinamento</b>	<b>Fundamento</b>
<b>Realização de planos específicos: de mobilidade Clicável e de mobilidade para pessoas com necessidades especiais.</b>	Muitos dos bairros Portugueses, continuam com bastantes barreiras arquitetónicas impedindo a movimentação por pessoas com mobilidade condicionada. A circulação pedonal e de bicicletas precisam de ser encorajadas e tornadas mais seguras e atrativas.
<b>Realização de ações formativas e de <i>empowerment</i> de reinserção no mercado de trabalho</b>	Esta é uma ajuda essencial, nomeadamente para a população destes bairros que se encontra desempregada, e por isso animicamente vulnerável para que posteriormente acabe por cometer erros, caindo a título de exemplo em dependências e desenvolvendo mesmo desordens psicológicas.
<b>Programa “Integr@te - Formação para aquisição de conhecimento para tecnologias de informação e comunicação</b>	Esta é uma medida mais indicada a indivíduos de faixas etárias superiores a 45 anos e que se encontrem sem ocupação, ou mesmo com ocupação, mas que necessite de adquirir conhecimentos em determinada área.
<b>Aumento da segurança nos bairros, com o aumento da frequência de patrulhas policia e com aumento de efetivos.</b>	Esta é uma garantia de melhoria de segurança para os bairros de intervenção prioritária portuguesa, em especial, para os bairros mais problemáticos. Pois aqui são comuns as desordens públicas, conflitos e comportamentos de delinquência.

Ensinamento	Fundamento
<p><b>Aumento da oferta de atividades para entretenimento dos jovens (<i>Ateliers</i> de rádio, dança, criação de associações ambientais e outros)</b></p>	<p>Uma problemática importante para a delinquência juvenil, é a desocupação. Estas atividades irão obrigar os jovens a ocuparem-se e por isso a encontrar-se longe do caminho da delinquência. Em Portugal, já é reconhecido o esforço de aplicar esta medida, mas apesar de udo ainda insuficiente.</p>
<p><b>Aumento do atendimento domiciliar a idosos, feita não só por assistentes especializados, mas também por membros da vizinhança, aumentando assim os laços de relação entre a vizinhança.</b></p>	<p>Se o atendimento às pessoas mais velhas pode ser realizado por profissionais, e certo que este pode ser também feito pelos próprios vizinhos, aumentando assim o espírito de entreatajuda entre as vizinhanças dos bairros Portugueses.</p>

#### **5.4 Ensinamento da estratégia da Suécia para o desenvolvimento sustentável e respetivo caso de estudo**

Nesta estratégia há um capítulo fulcral para ter como exemplo a Portugal. O das cidades Sustentáveis. Como já referido, cidades sustentáveis requerem bairros também eles sustentáveis. As recomendações, que também servem para a realidade portuguesa, referem a necessidade de promover mais políticas no contexto social, tais como políticas ativas de emprego e de envolvimento das pessoas na melhoria da sua comunidade. Um sério problema parece ser a falta de ocupação em tarefas úteis de muitos dos moradores, que podia também ser colmatada com ofertas de trabalho quer remunerado, ou em caso de alguma família receber rendimentos sociais, tornar o trabalho voluntário em obrigatório. Evitando a desocupação, evitam-se também comportamentos ligados a adições como o álcool ou as drogas ou até mesmo comportamentos que ponham em causa a segurança de outros moradores, como a delinquência.

No caso de *Hammarby Sjöstad*, destaca-se o conceito de Eco bairro. Um exemplo correto de trabalho de forma integrada dos ciclos naturais: água, energia e resíduos, num conceito descrito com *Simbio-City*. Por exemplo, aqui os resíduos e efluentes líquidos são convertidos em fontes de energia para utilizar nos transportes públicos e em gás para alimentar os fogões nas cozinhas. Em Portugal, o conceito de eco bairro não tem sido muito aplicado, sendo que estes três ciclos se encontram muitas vezes quebrados e com características lineares, portanto sem integrar o conceito de sustentabilidade. É assim essencial melhorar a eficiência energética dos edifícios e do bairro, utilizando mais tecnologia verde e a produção de energia com base em fontes renováveis (sol, biomassa,

vento, e outras), reduzir as perdas de água, reciclando-a e reutilizando-a, utilizando eficientemente todos os recursos (eficiência na rega de espaços verdes entre outras medidas praticas), a sensibilização da população para a redução de consumos, reciclagem e reutilização.

Neste caso de estudo, servem também de exemplo medidas ao nível da mobilidade sustentável, como a integração do conceito de *Carpooling* e a oferta considerável de transportes públicos, essencialmente movidos a biogás produzido no bairro.

**TABELA 5.4 PRINCIPAIS ENSINAMENTOS INERENTES À ESTRATÉGIA SUECA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RESPECTIVO CASOS DE ESTUDO**

<b>Ensinoamento</b>	<b>Observações para o contexto Português</b>
<b>Introdução de políticas que melhorem a vertente social da sustentabilidade dos bairros Portugueses</b>	Estas políticas deverão incidir-se sobre o rejuvenescimento dos bairros envelhecidos, para além da criação de ocupação laboral ou voluntária a indivíduos não ativos, evitando comportamentos de adição.
<b>Implantação de algumas das medidas incluídas no conceito de Eco bairro</b>	Encerrando os ciclos dos resíduos, água e resíduos. Deverão ser no mínimo minimizadas as perdas nestes ciclos em prol do ambiente.
<b>Melhoria da mobilidade, na interação Bairro e meio envolvente.</b>	Melhoria da oferta de transportes, tanto na frequência como na qualidade dos serviços.

### **5.5 Ensinoamentos do programa *Politique de la Ville* – França e respetivo caso de estudo**

Neste caso, o destaque que serve como exemplo ao contexto Português é a realização de contratos firmados entre o estado e as autoridades locais, promovendo assim melhor o conceito de sustentabilidade nos bairros ou zonas de aplicação. Esta ideia é também partilhada em termos de conceito pelos exemplos anteriores, quando se fala de *partnerships*. A aplicação deste conceito, nomeadamente a temáticas mais problemáticas dos bairros críticos portugueses, iria levar a uma evolução positiva da situação atual, possibilitando também uma maior agilidade e rapidez para a aplicação do plano. Tal como em França, a aplicação de uma política como esta em Portugal, pode incidir também sobre os vetores já foco de atenção nos CUCS, nomeadamente: Acesso ao emprego e desenvolvimento económico, melhoria da habitação e meio ambiente, sucesso escolar e

igualdade de oportunidades, cidadania e prevenção contra a delinquência e melhoria do acesso à saúde.

Outro conceito importante aplicado pelos CUCS é a atribuição de prioridades consoante a situação de sustentabilidade do bairro ou zona de aplicação. Esta prioridade seria feita consoante o diagnóstico inicial, podendo atribuir uma canalização prioritária de fundos para os de prioridade mais elevada.

Finalmente, esta política nacional de sustentabilidade ao nível do bairro introduz um conceito muito relevante - Mediação Social. A aplicação deste conceito de mediação social seria fulcral para a resolução de certas tensões sociais e humanas que ocorrem em certos bairros, nomeadamente as tensões inter-raciais.

Como já salientado em capítulos anteriores, os CUCS contêm subprogramas, tendo atualmente o nome de *Grands Projects de Ville* (GPV). O caso de estudo (que une as comunas de Bassens, Floirac e Cenon) comprova que a união de bairros ou zonas de aplicação de um futuro plano de sustentabilidade acaba por aumentar a dinâmica da cidade, aproximando as pessoas. Assim, e para o contexto português, torna-se vantajoso aplicar planos de sustentabilidade ao nível de um conjunto de bairros ou zonas de aplicação mais vastas que só um único bairro, fazendo uma maior articulação com o contexto exterior (podem ser como o caso de estudo, por exemplo as freguesias). A assinatura de uma carta contrato de sustentabilidade para os bairros ou zonas de aplicação, com o objetivo de até um certo período, e após monitorização, os critérios de sustentabilidade sejam cumpridos é outro ensinamento deste plano específico, assim como um maior investimento em infraestruturas culturais e criação de mais postos de trabalho (que podem passar por trabalhos de manutenção nas infraestruturas das zonas de aplicação destes planos.

No que diz respeito ao financiamento, este pode tal como no resente plano ser feito por *partnerships*. No caso português, haveria que encontrar os parceiros adequados.

Os ensinamentos para o contexto Português sistematizam-se na seguinte tabela.

**TABELA 5.5 PRINCIPAIS ENSINAMENTOS INERENTES AO PROGRAMA POLITIQUE DE LA VILLE E RESPETIVO CASO DE ESTUDO**

<b>Ensinamento</b>	<b>Observações para o contexto Português</b>
<b>Realização de contratos entre o Estado e autoridades locais</b>	Tal iria levar à agilização em termos de aplicação do plano Nacional de sustentabilidade ao nível do bairro.
<b>Vetores de aplicação do plano de Sustentabilidade ao nível do bairro</b>	Acesso ao emprego e desenvolvimento económico, melhoria da habitação e meio

Ensinamento	Observações para o contexto Português
	ambiente, sucesso escolar e igualdade de oportunidades, cidadania e prevenção contra a delinquência e melhoria do acesso à saúde.
<b>Integração mais vincada do conceito de Mediação social</b>	A aplicação deste conceito seria fulcral para a resolução de certas tensões que ocorrem em certos bairros, nomeadamente, a título de exemplo, as tensões inter-raciais.
<b>União de Zonas critica, para a aplicação do plano.</b>	Tal conceito iria aumentar a dinâmica da cidade, aproximando as pessoas
<b>A assinatura de uma carta de sustentabilidade para os bairros ou zonas de aplicação, com o objetivo de até um certo período, e após monitorização, os critérios de sustentabilidade sejam cumpridos.</b>	Tal medida iria desempenhar para o contexto Português, uma forma de responsabilização para os bairros alvos de plano.
<b>Criação de mais postos de trabalho.</b>	Diminuindo desta forma os tempos de desocupação para desempregados e para pessoas beneficiárias de rendimentos sociais. Estes postos de trabalho passam pela realização de obras de beneficência e manutenção dos bairros em questão.

### **5.6 Sugestão de estrutura geral de aplicação de uma futura política nacional de sustentabilidade ao nível dos bairros.**

De seguida, tendo como base e inspiração as políticas anteriormente mencionadas, apresenta-se uma proposta sobre como se poderá proceder à aplicação, em cada bairro específico, de um plano nacional de sustentabilidade ao nível do mesmo.

O processo de realização dos planos de sustentabilidade ao nível do bairro seria conduzido essencialmente por uma Comissão de Bairro. Este órgão seria composto por

atores do bairro assim como por elementos da Câmara Municipal, Junta de Freguesia e outras entidades relevantes para o mesmo. Sugere-se que esta composição seja aplicada em todos os bairros de intervenção prioritária ao nível nacional.

A primeira fase será dedicada a um processo de recolha, ao nível nacional, de informação base acerca da realidade dos bairros abrangidos. Esta recolha de informação base, como já referido em matéria anterior, poderá ser feita por organismos da administração pública ou outras organizações locais, e pode ou deve incluir a elaboração de questionários, entrevistas e sistematização de informação já existente, em estreita articulação solicitada com as comissões de bairro. Estes dados de base são de seguida tratados quantitativamente e qualitativamente de acordo com os desafios locais.

De seguida há lugar à participação ativa do público, onde se devem destacar momentos chave, como por exemplo fóruns de participação e grupos focais temáticos consoante a necessidade. É um processo muito importante em que a população local, as autoridades locais, as empresas e as coletividades e outros organismos locais procuram identificar os pontos fulcrais e prioritários no sentido de melhoria das condições de sustentabilidade do bairro.

De seguida a Comissão de Bairro delinea de forma participada um plano de ação em articulação com a respetiva Junta de Freguesia e Câmara Municipal. Esta construção participada do plano de ação implica a utilização de técnicas e métodos adequados (que não cabe aqui desenvolver) e que pressupõe a realização de *workshops* e de outras formas já testadas em processos da Agenda 21 Local. Este plano de ação é necessariamente personalizado para cada bairro e de acordo com as suas áreas temáticas prioritárias.

Após a delineação do plano de ação é necessário estabelecer o contato para a ação de modo a consolidar as parcerias (*partnerships*), com os atores diretamente ligados à implementação das ações, com intuito de consolidar e concretizar apoios, os investimentos e o calendário da alocação de recursos (dependendo do fim a que se destina). Depois da elaboração deste plano de concretização, ele deve ser divulgado e validado através de consulta pública. Neste processo sugere-se a realização de um fórum. Após aprovado no seio da comissão de bairro e na junta de freguesia, o plano é formalmente enviado para a Câmara Municipal para aprovação.

O plano de sustentabilidade ao nível do bairro deve ser periodicamente avaliado, pela comissão de bairro. Sugere-se que possa ser em períodos de três anos. Visa portanto estabelecer a monitorização da implementação e sobretudo avaliar se o plano está a sortir os efeitos desejados ou não, e em que temas é necessário ajustar ou intervir com mais intensidade.

A figura 5.1 explica esquematicamente como se desenrola o processo.

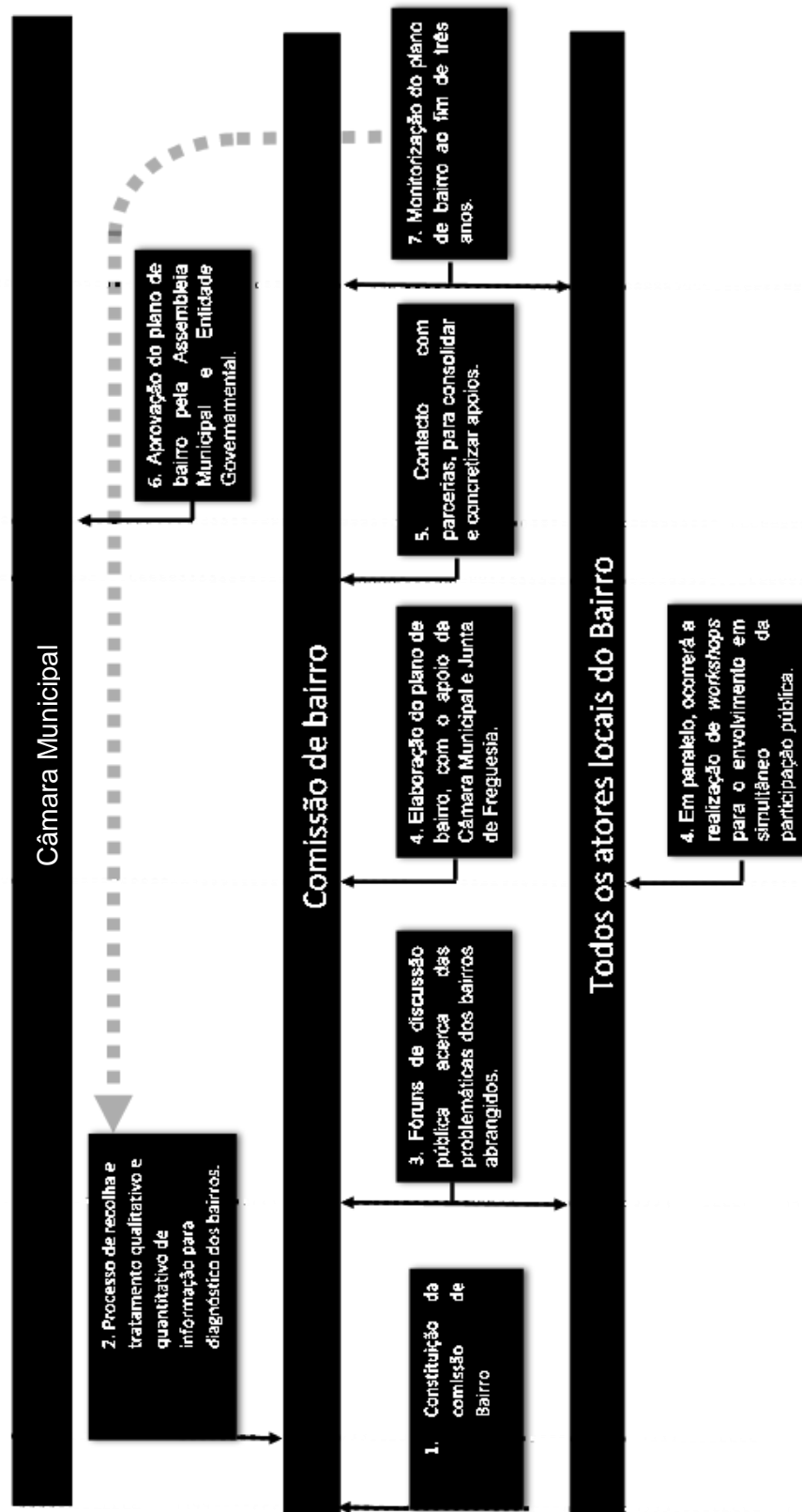


FIGURA 5.1 DIAGRAMA DA ORIENTAÇÃO NACIONAL PARA OS PLANOS DE BAIRRO



## **6 Conclusões, Dificuldades e Potenciais Desenvolvimentos Futuros**

### **6.1 Conclusões**

No contexto da atual crise económica, torna-se urgente que Portugal adote uma orientação nacional no sentido de intervir de forma concertada e eficiente para qualificar os bairros desfavorecidos. Eles são os mais afetados pela crise económica e os mais frágeis, onde as tensões e os problemas mais se fazem sentir.

Estas políticas Nacionais e Europeias, que se refletiram nos casos de estudo aqui apresentados são exemplos inspiradores para Portugal, no sentido de tornar os seus bairros mais sustentáveis, ajudando-os a resistirem ao atual contexto de crise económica e atuar em territórios próximos das pessoas e dos seus problemas concretos.

Tendo em vista os aspetos observados neste estudo, confirma-se a aproximação das abordagens e das estratégias de intervenção nos vários países analisados. As estratégias nacionais, da Suécia, Espanha, França, Inglaterra e Alemanha são claras relativamente à realização de planos de sustentabilidade ao nível dos bairros.

Nos casos de estudo de planos de bairro, em *Wapping* (Londres), *Madrid*, *A Coruña*, Barcelona, *Bassens – Loirac – Cenon* (Bordéus), *Hammarby Sjöstad* (Estocolmo) e em Munique, foram encontradas medidas aplicadas para os três eixos da sustentabilidade apontam para a forte abrangência dos temas potencialmente contemplados (vertente económica, social e ambiental), melhorando a qualidade de vida dos seus residentes e a relação com a restante parte da cidade. Este ponto serviu também de análise de resultados.

Foram retirados ensinamentos para uma futura elaboração de uma política de sustentabilidade com incidência local para ser aplicada ao nível do bairro. Por fim foi efetuada uma sugestão de como se poderia implementar. Um dos aspetos a sublinhar na futura estratégia nacional ao nível dos bairros deve de envolver ativamente os atores locais ao longo da sua elaboração, implementação e gestão. Em cada bairro, e com o intuito de guiar todo o processo de elaboração de cada plano de bairro, deve ser constituída uma comissão de bairro.

Conclui-se ainda que as parcerias são essenciais para que certas metas sejam alcançadas, nas mais variadas temáticas de ação, podendo essas parcerias serem monetárias ou não. O estado sozinho não consegue fazer tudo. Este deve ter a capacidade de captar os outros atores e traze-los para o processo de implementação e de concretização das ações.

Conclui-se que apesar de anos de evolução de políticas de sustentabilidade urbanas em Portugal, ainda existe bastante trabalho a realizar, no sentido de articular as políticas

setoriais existentes. A dimensão social e de apoio às populações às vezes encontram-se desligadas das intervenções mais de carácter físico e de ordenamento espacial.

O facto de existirem diferenças de evolução no contexto dos planos de sustentabilidade de município para município, leva a uma certa discrepância entre bairros críticos. Pretende-se que a ação para todos os bairros ocorra dentro de certos parâmetros claros (nível de urgência na intervenção, qualidade média de vida nesse bairro, entre outros), mas ao mesmo tempo tendo em conta as características específicas de cada um.

Julga-se então, que uma orientação nacional para a elaboração de planos de bairro, poderia provocar mudanças mais positivas e eficientes em bairros de intervenção prioritária em Portugal, levando à resolução dos seus problemas. Assim, é imprescindível que ocorra a melhoria das condições de sustentabilidade ao nível dos bairros Portugueses mais críticos, tornando também a cidade em que se inserem com mais qualidade e nos aspetos social, ambiental e económico. Assim serão cumpridas as metas declaradas em vários documentos Europeus tais como a Carta de Leipzig, ou até mesmo os compromissos declarados ao nível global, tais como os que se estabeleceram na cimeira do Rio em 1992 e outros documentos estrategicamente fulcrais.

## **6.2 Dificuldades sentidas na realização do estudo**

Ao longo da realização deste estudo encontraram-se várias dificuldades. Destaca-se a dificuldade no acesso à informação que envolveu diferentes barreiras linguísticas e de acesso a documentos robustos. Documentos que eram de interesse para esta dissertação, e que se encontravam unicamente por exemplo em sueco, alemão e castelhano (galego e catalão), foram explorados, embora com bastante dificuldade na sua interpretação. Estas dificuldades repercutiram-se em possíveis lapsos de informação.

Foram realizados contatos via correio electrónico com as entidades responsáveis do caso Alemão (*Soziale Stadt*) e do caso Sueco (Estratégia de desenvolvimento sustentável), mas tais contatos não obtiveram sucesso.

Outra dificuldade geral foi a de não ter podido visitar, no terreno, cada um dos bairros, sendo a recolha de informação dependente de fontes secundárias. Por isso esta dissertação uma visão menos completa da realidade e dos efeitos concretos do terreno.

## **6.3 Desenvolvimentos futuros**

Em futuros desenvolvimentos do presente trabalho, pretende-se o desenvolvimento de uma estratégia nacional para a criação de planos de bairro, nomeadamente o desenvolvimento da estratégia presente no capítulo 5.6 nas variadas etapas, desde a constituição da comissão de bairro, passando pela elaboração do plano participado pelo

público, até à aprovação e monitorização. Que atores estarão em concreto envolvidos, quais as parcerias que poderão ser utilizadas e que fundos poderão vir a ser utilizados. Outra proposta para um possível desenvolvimento futuro deste tem, é um estudo de aplicação de um plano de bairro num caso real em Portugal com a aplicação de todas as premissas sugeridas anteriormente no capítulo 5, fruto de aprendizagem dos casos europeus.



## Bibliografia

- ✓ My Community Rights. Fonte: My Community Rights: <http://mycommunityrights.org.uk/case-studies/wapping/>. Visitado a 23 de junho de 2013.
- ✓ A cidad dos barrios - Barrio das Flores. Coruña. Fonte: Disponível em: <http://mmas.net/acidadedodosbarrios/index.php?pag=barrios&sub=2>. Visitado em 12 de Junho de 2013
- ✓ Agency the Swedish Environmental Protection. (2004). *Local Investment Programmes - The way to a sustainable society*. Skrivupp/Ord & Vetande AB, Uppsala.
- ✓ Almeida, T., Simas, H., & Grilo, P. (2013). *Lx - Europa 2020 - Áreas de Intervenção na Cidade de Lisboa. Parceiros, Projetos e Governança*. Lisboa.
- ✓ AML. (2008). A regeneração Urbana - Como objetivo estratégico. *Metrópoles - Revista da área metropolitana de Lisboa*.
- ✓ Ayuntamiento de Madrid, & FRAMV. (2013). *Barrio La Elipa*., disponível em Madrid Participa - participación ciudadana: <http://www.madrid.es/portales/munimadrid/es/Inicio/Ayuntamiento/Participacion-ciudadana/13.-La-Elipa-%28Distrito-de-Ciudad-Lineal%29?vgnextfmt=default&vgnextoid=da6b5b5fa304e310VgnVCM2000000c205a0aRCRD&vgnnextchannel=8449e3d5d3e07010VgnVCM100000dc0ca8c0RCR>, visitado e 25 de Maio de 2013
- ✓ Barcelona, A. d.. *PROJECTE D'INTERVENCIÓ INTEGRAL EN EL CONJUNT DELS BARRIS DE SANTA CATARINA ET ST. PERE*. Fonte: Pla de barris - Barcelona: <http://www.barcelonetapladebarris.cat/actuacions.php>, visitado a 25 de Maio de 2013.
- ✓ Batty, E. B. (2010). *Involving local people in regeneration: Evidence from the new deal for communities programme*. Sheffield.
- ✓ Batty, E., Beatty, C., Foden, M., Lawess, P., Pearson, S., & Wilson, I. (2010). *The New Deal for Communities Experience: A final Assessment*. Sheffield: Centre for Regional Economic and Social Research.
- ✓ Brandão, L., & Lima, T. (2013). *Plano estratégico do campus da FCT-UNL*. Almada.
- ✓ Bundesministerium für Verkehr. *Handlungsfelder der Sozialen Stadt*. Fonte: [http://www.staedtebaufoerderung.info/cln\\_031/nn\\_1147082/StBauF/DE/SozialeStadt/Programm/Handlungsfelder/handlungsfelder\\_\\_node.html?\\_\\_nnn=true](http://www.staedtebaufoerderung.info/cln_031/nn_1147082/StBauF/DE/SozialeStadt/Programm/Handlungsfelder/handlungsfelder__node.html?__nnn=true), visitado a 22 de Março de 2013
- ✓ Bundesministerium für Verkehr, b. u.. *Handlungsfelder der Sozialen Stadt*. Fonte: [http://www.staedtebaufoerderung.info/cln\\_031/nn\\_1147082/StBauF/DE/SozialeStadt/Programm/Handlungsfelder/handlungsfelder\\_\\_node.html?\\_\\_nnn=true](http://www.staedtebaufoerderung.info/cln_031/nn_1147082/StBauF/DE/SozialeStadt/Programm/Handlungsfelder/handlungsfelder__node.html?__nnn=true). Visitado a 22 de Março de 2013
- ✓ Bundesministerium für Verkehr, B. u.. *Grundlagen/Finanzierung*. Fonte: [http://www.staedtebaufoerderung.info/cln\\_031/nn\\_1146984/StBauF/DE/SozialeSt](http://www.staedtebaufoerderung.info/cln_031/nn_1146984/StBauF/DE/SozialeSt)

adt/Programm/GrundlagenFinanzierung/grundlagen\_\_node.html?\_\_nnn=true.  
Visitado a 22 de Março de 2013

- ✓ Camara Municipal de Borba. (2013). *Rede social*. (M. d. Borba, Editor), disponível em Página do Municipio de Borba: <http://www.cm-borba.pt/pt/conteudos/accao+social/rede+social/>. Visitado a 2 de Setembro de 2013
- ✓ Câmara Municipal do Porto. Agenda Local 21 no Concelho do Porto. Porto. Fonte: Disponível em: <http://www.cm-porto.pt/gen.pl?fokey=cmp.stories/4984&op=view&p=stories>. Visitado a 13 de Setembro de 2013.
- ✓ CIP - *Eixos de Intervenção*. Fonte: Regeneração Urbana: <http://www.regeneracaourbana.cip.org.pt/?lang=pt&page=projecto/medidas.jsp>. Visitado a 23 de Maio de 2013
- ✓ CIP - *Fazer acontecer a regeneração urbana*. Fonte: Eixos de Intervenção: <http://www.regeneracaourbana.cip.org.pt/?lang=pt&page=projecto/medidas.jsp>, Visitado a 8 de Maio de 2013.
- ✓ CIP - *Objetivos*. Fonte: Regeneração Urbana: <http://www.regeneracaourbana.cip.org.pt/?lang=pt&page=projecto/objectivos.jsp>. Visitado a 23 de Maio de 2013
- ✓ CML. (2010). *Carta dos BIP-ZIP - Bairros e zonas de Intervenção prioritária de Lisboa*.
- ✓ CML (2013). *Agenda 21 Local de Lisboa*. Fonte: Lisboa Participa: [http://www.lisboaparticipa.pt/pages/agendaXXI.php/A=33\\_\\_collection=cml\\_artic](http://www.lisboaparticipa.pt/pages/agendaXXI.php/A=33__collection=cml_artic)e. Visitado a 27 de Maio de 2013.
- ✓ CML (2013). *Apelos 21*. Fonte: Lisboa Participa: [http://www.lisboaparticipa.pt/pages/agendaXXI.php/A=55\\_\\_collection=cml\\_artic](http://www.lisboaparticipa.pt/pages/agendaXXI.php/A=55__collection=cml_artic)e. Visitado a 27 de Maio de 2013.
- ✓ CML (2013). *Bairros 21*. Fonte: Lisboa Participa: [http://www.lisboaparticipa.pt/pages/agendaXXI.php/A=8\\_\\_collection=cml\\_article\\_agendaXXI](http://www.lisboaparticipa.pt/pages/agendaXXI.php/A=8__collection=cml_article_agendaXXI), Visitado a 7 de Março de 2013.
- ✓ Colegio oficial de arquitectos (Coruña) (2013). *Temáticas*. Disponível em A cidade dos barrios: <http://mmasana.net/acidadedodosbarrios/index.php?pag=tematicas>. Visitado a 25 de Março de 2013
- ✓ Dargan, L. (2007). *Conceptualising Regeneration in the New Deal for Communities, Planning Theory & Practice*.
- ✓ Development, M. o. (2005). *Strategic Challenges - A further Elaboration of the Swedish Strategy for Sustainable development*. Harpsund.
- ✓ DGOTDU. (2011). *Glossário do Desenvolvimento territorial*. Lisboa: DGOTDU.
- ✓ Driant, J.-C. (s.d.). *The Main Issues of Social Housing Policies in Europe and in France*. Paris.
- ✓ Dunger-Löper, H. (2008). *Ergebnisse und Perspektiven der Sozialen Stadt „From Government to Governance“*. Berlim: Senatsverwaltung für Stadtentwicklung.

- ✓ European Union. (2011). *Cities Of tomorrow - Chalenges, Visions, Ways forward*. Brussels. Fonte: Disponível em: [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docgener/studies/pdf/citiesoftomorrow/citiesoftomorrow\\_final.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/citiesoftomorrow/citiesoftomorrow_final.pdf), Visitado a 23 de Fevereiro de 2013
- ✓ Fordman, G. (2010). *The New Deal For communities Programme: Acheiving s nrighbourhood focus for regeneration - The New deal for communities National Evaluation - Final report - Volume 1*. Sheffield: Sheffield Hallam University.
- ✓ Forum, Donegall Pass Community. (2010). disponível em [http://donegallpass.org/html/new\\_deal\\_for\\_communities.html](http://donegallpass.org/html/new_deal_for_communities.html). Visitado a 28 de Maio de 2013
- ✓ Francisco, M. (s.d.). *ESPAÇO PÚBLICO URBANO: Oportunidade de Identidade Urbana Participada*. Lisboa.
- ✓ Fundação LIGA (2013). *Quem somos?* Fonte: Fundação LIGA: <http://www.fundacaoliga.pt/content/default.asp?idcat=QUEMSOMOS&idCatM=quemsomos&idContent=3FFEB2AC-DFAF-4CF6-9059-F79E0CAB8689>. Visitado a 21 de Agosto de 2013.
- ✓ Gobierno de Aragon (2013). *16 PLANES DE BARRIO*. Fonte: Aragonparticipa: <http://aragonparticipa.aragon.es/dmdocuments/Experiencia-AytoMadrid.pdf>. Visitado a 5 de Setembro de 2013
- ✓ Gobierno de España. (2011). *Estratégia Eapañola de sostenibilidad Urbana y rural*.
- ✓ Gobierno de España. (2011). *Estrategia Española de Sostenibilidad Urbana y Local*. Madrid.
- ✓ Gomes, R. (2010). *Ecobairro, um conceito para o desenho urbano*. Bubok.
- ✓ Government, D. f. (2010). *The new Deal for Communities programme: Achieving a neighbourhood focus for regeneration - The new deal for communities National Evaluation - Final Report - Volume 1*. Sheffield: Department for Communities and Local Government.
- ✓ Grand Projet de Villes - Bassens, C. F. (2013). *Enjeux du GPV*. Fonte: Grand Projet de Villes - Bassens, cenon, Floirac et Lormont: [http://www.surlarivedroite.fr/pageseditos,28,left\\_495120CC.html](http://www.surlarivedroite.fr/pageseditos,28,left_495120CC.html). Visitado a 19 de Maio de 2013.
- ✓ Grand ProJet des Villes - Bassens, C. F. (2013). *Partenaires du GPV*. Fonte: Grand ProJet des Villes - Bassens, Cenon, Floirac et Lormont: [http://www.surlarivedroite.fr/pageseditos,26,left\\_9158A69B.html](http://www.surlarivedroite.fr/pageseditos,26,left_9158A69B.html). Visitado a 19 de Maio de 2013.
- ✓ Grontmij, & Brick, K. (2008). *Report summary - Follow up of environmental impact in Hammarby Sjöstad*. Stockholm: GRONTMIJ AB.
- ✓ Hammarby Sjostad, T. S.. *Hammarby Sjöstad*. Fonte: Hammarby Sjöstad - a unique environmental project in Stockholm: [http://www.hammarbysjostad.se/inenglish/pdf/HS\\_miljo\\_bok\\_eng\\_ny.pdf](http://www.hammarbysjostad.se/inenglish/pdf/HS_miljo_bok_eng_ny.pdf). Visitado a 28 de Maio de 2013.

- ✓ Hammarby Sjöstad, the site (2013). Fonte: Environmental Goals: [http://www.hammarbysjostad.se/inenglish/inenglish\\_goals.asp](http://www.hammarbysjostad.se/inenglish/inenglish_goals.asp). Visitado a 28 de Maio de 2013.
- ✓ Innern, O. B. (2005). *Gemeinschaftsinitiative Soziale Stadt in Bayern - Diskursive Bürgerbeteiligung*. München.
- ✓ Kattri, P., Woodland, R., Fiddes, A., & Barret, D. (2011). *Aston Pride, NDC - Programme Review 2001-2011*. Birmingham: Birmingham City Council. Fonte: Disponível em: <http://www.birmingham.gov.uk/cs/Satellite?blobcol=urldata&blobheader=application%2Fpdf&blobheadername1=Content-Disposition&blobkey=id&blobtable=MungoBlobs&blobwhere=1223485433957&ssbinary=true&blobheadervalue1=attachment%3B+filename%3D75266>
- ✓ Landeshauptstadt München (2013). Fonte: Soziale Stadt - München: [http://www.sozialestadt-muenchen.de/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16&Itemid=30](http://www.sozialestadt-muenchen.de/index.php?option=com_content&view=article&id=16&Itemid=30). Visitado a 20 de junho de 2013
- ✓ Landeshauptstadt München. (2008). *Soziale Stadt in München - Projektübersicht - Sanierungsgebiet Hasenberg/ im Stadttiel Hasenberg*. München. Fonte: Disponível em : <http://www.sozialestadt-muenchen.de/images/stories/Projekte/projekte-has.pdf>
- ✓ Matos, A. (2009). *Dissertação: Evolução do Campus da Caparica - Historial dos Estudos de Implantação e Caracterização do terreno do Campus e suas implicações para o SGA*. Lisboa: FCT-UNL.
- ✓ Ministère délégué à la ville (2013). *Ministère délégué à la ville*. Fonte: Qu'est-ce que la politique de la ville?: <http://www.ville.gouv.fr/?l-essentiel-de-la-politique-de-la>. Visitado a 4 de Abril de 2013
- ✓ Ministère Délégué à la ville (2013). *Presentation*. Fonte: Ministère délégué à la Ville: <http://www.ville.gouv.fr/?historique#>. Visitado a 27 de Março de 2013
- ✓ Ministère délégué à la Ville. (2013). *Ses Domaines D'intervention*. Fonte: Politique de la Ville: <http://www.ville.gouv.fr/?ses-domaines-d-intervention>. Visitado a 27 de Março de 2013.
- ✓ Ministère délégué à la ville (2013). *Ses principaux acteurs*. Fonte: Ministère délégué à la ville: <http://www.ville.gouv.fr/?ses-principaux-acteurs>. Visitado a 27 de Março de 2013.
- ✓ Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território. (2008). *Portugal - Política de Cidades POLIS XXI 2007-2013*. Lisboa: Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades.
- ✓ Ministry of Industry, E. a. (2005). *From an IT policy for society to a policy for the information society - Summary of the Sweish Government Bill 2004/05:175*. Stockholm.
- ✓ Monteiro, A. (2010). *Dissertação: O endividamento, relativo à habitação, das famílias residentes num bairro social, em Lisboa*. Lisboa: ISCTE, IUL.

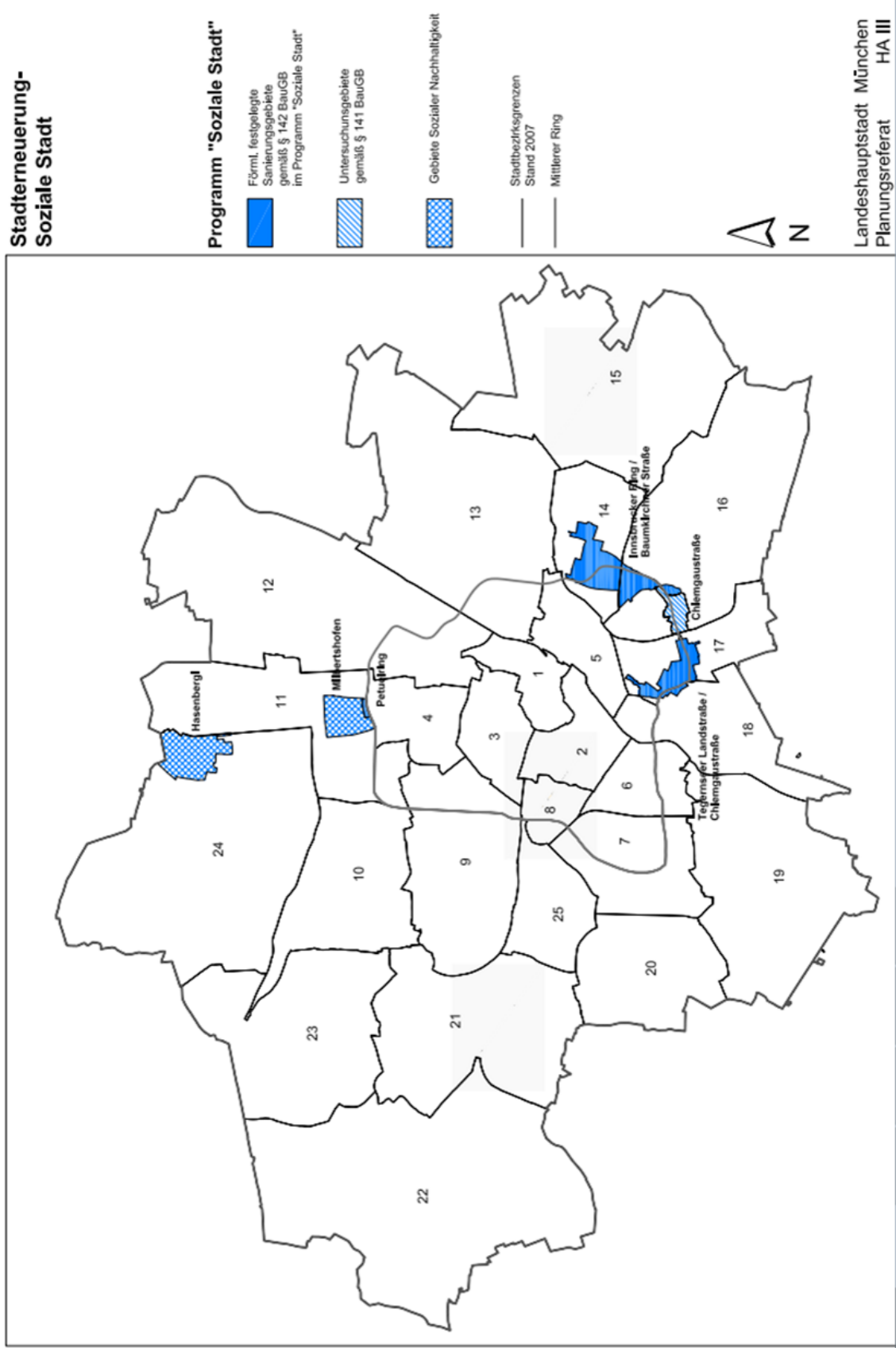
- ✓ Nations, U. (1987). *Report of the World Commission on Environment and development - Our Common Future*. Fonte: Disponível em: <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>
- ✓ Nations, U. (1987). *Report of the world commission on Environmental development: Our Common Future*. Fonte: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>
- ✓ Network Wapping (2013). Fonte: Network wapping: [http://networkwapping.org/?page\\_id=766](http://networkwapping.org/?page_id=766). Visitado a 23 de junho de 2013.
- ✓ Paul, L. (2007). *The New Deal for communities programme in England: is area based urban regeneration possible?*
- ✓ Ramalhete, F., Soares, N., & Tavares, M. (2013). *Cumplicidades do bairro (Colóquio)*. Lisboa.
- ✓ Rochdale Metropolitan Borough Council. (2009). *New heart for Heywood*. Heywood: New heart for Heywood - A New Deal for communities.
- ✓ rural, D. G. (2008). *Proposta de projecto de decreto regulamentar que estabelece conceitos técnicos a utilizar nos instrumentos de gestão territorial*. Lisboa.
- ✓ Semm, K. (2011). Neighborhood milieu in the cultural economy of city development: Berlin's Helmholtzplatz and Soldiner in the German "Social City" program. (p. 106). ELSEVIER.
- ✓ Sintomer, Y., & de Maillard, J. (2007). *The limits to local participation and deliberation in the French "Politique de la Ville"*. Main Street: Blackwell Publishing Ltd.
- ✓ SRU, P. V. (2013). *Apresentação*. Fonte: Porto Vivo - SRU: [http://www.portovivosru.pt/sub\\_menu\\_1\\_1.php](http://www.portovivosru.pt/sub_menu_1_1.php). Visitado a 4 de Maio de 2013.
- ✓ Strauss, C. (2009). The Programme "Social City" (Soziale Stadt). Amsterdam. Fonte: Disponível em: <http://www.kenniscentrumvlaamsestedden.be/beleidsdomeinen/wijkwerking/Documents/presentatie-difu--wolf-christian-strauss.pdf>
- ✓ Svenska regeringen kontor. (2005). *Strategic Challenges - A Further Elaboration of the Swedish Strategy for Sustainable Development*. Harpsund.
- ✓ *The Quick Guide to Neighbourhood Planning* (2013). Fonte: Locality - Communities ambitious for change: <http://locality.org.uk/wp-content/uploads/Quick-Guide.pdf>. Visitado a 23 de Agosto de 2013
- ✓ União Europeia. (2007). *Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias sustentáveis*. Leipzig, Alemanha.
- ✓ Verkehr, B. f. (2013). *Inhaltliche Handlungsfelder*. Fonte: [http://www.staedtebaufoerderung.info/cln\\_031/nn\\_1147082/StBauF/DE/SozialeStadt/Programm/Handlungsfelder/Inhaltlich/inhaltlich\\_\\_inhalt.html](http://www.staedtebaufoerderung.info/cln_031/nn_1147082/StBauF/DE/SozialeStadt/Programm/Handlungsfelder/Inhaltlich/inhaltlich__inhalt.html). Visitado a 23 de Março de 2013.
- ✓ Wilson, J., & Kelling, G. (s.d.). *The police and neighbourhood safety - Broken windows*. Harvard.

- ✓ Wolf-Christian, S. (2009). *The programme "Social City" (Soziale Stadt)*. Amsterdam: German Institute of Urban Affairs.

## **Anexos**



# Anexo I – Programa Soziale Stadt em Munique



(Fonte: Landeshauptstadt München, 2013)



## Anexo II – Planta do Bairro de Hassenbergl em Munique

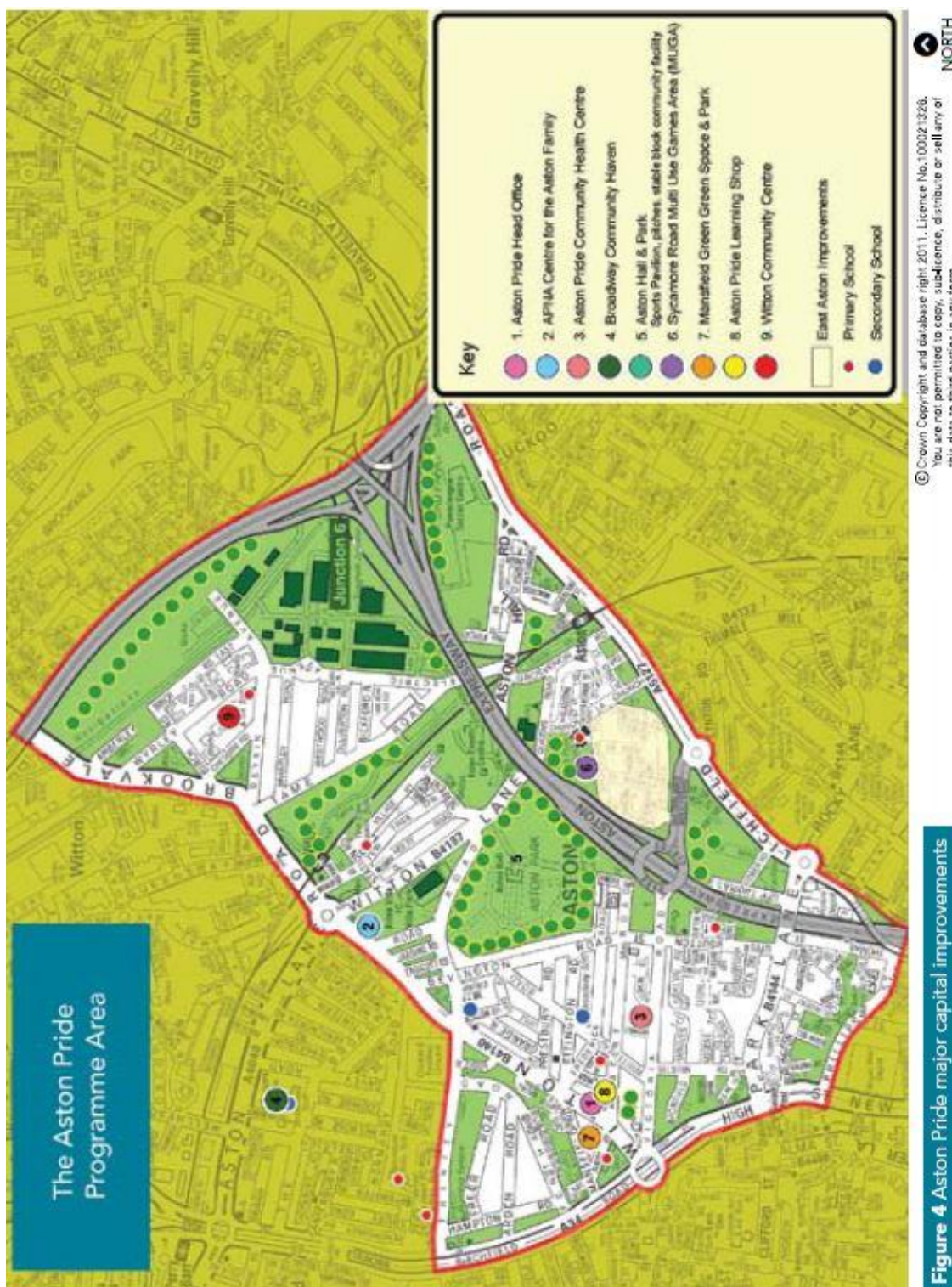
(Fonte: Landeshauptstadt München, 2008)



(Sem escala – imagem para objetivo esquemático)



Anexo III – Programa *New Deal for Communities* – Aston pride em *Birmingham*



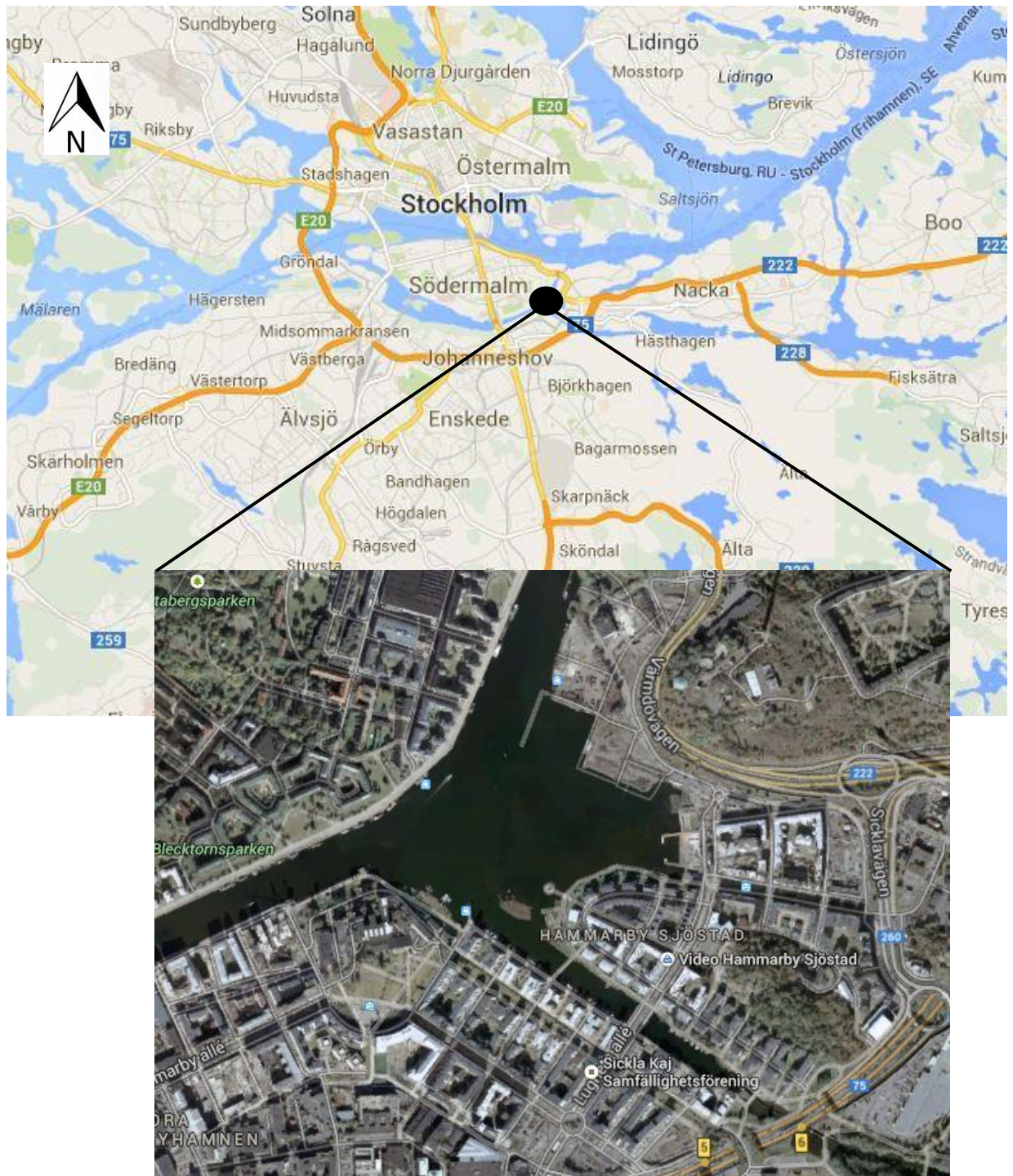
**Figure 4** Aston Pride major capital improvements

(Fonte: Kattri, Woodland, Fiddes, & Barret, 2011)

(Sem escala – imagem para objetivo esquemático)



**Anexo IV – Localização esquemática de Hammarby Sjöstad, Estocolmo**



(Fonte: Google Maps, 2013)

(Sem escala – imagem para objetivo esquemático)



